



EXTENSÃO RURAL

DEAER - CCR - UFSM, v.23, n.2, abr./jun.2016.

NESTA EDIÇÃO

**LEI DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL EM ALAGOAS-BRASIL:
CONTRIBUIÇÕES OU DESCONTINUIDADE?**

Thacya Clédina da Silva, Francisco Roberto Caporal

**ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL COOPERATIVA: O DEPARTAMENTO DE
CAMPO DE UMA COOPERATIVA AGROPECUÁRIA EM MINAS GERAIS**

Renata Rauta Petarly, Welison Portugal de Souza

**A EXTENSÃO RURAL E A PERSPECTIVA DE GÊNERO NA AGRICULTURA FAMILIAR: A
ATUAÇÃO DO IPA JUNTO À ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL MULHER FLOR DO CAMPO**

Gerlúcio Moura Bezerra de Sousa, Filipe Augusto Xavier Lima, Letícia Paludo Vargas, Tito Antonio Ferraz Jota, Darlyton Fernandes Lopes da Silva

**PERCEÇÃO DE NOVOS TERRITÓRIOS RURAIS: A IDENTIDADE PROPOSTA POR
INDIVÍDUOS ASSENTADOS**

Magdalen Julie Marques Machado Caetano, Nara Rejane Zamberlan dos Santos

**A ESCOLA URBANIZADA: INCOERÊNCIAS RELATIVAS À FORMAÇÃO DE ESTUDANTES
RURAIS DE ENSINO MÉDIO**

Laila Mayara Drebes, Edilacir dos Santos Larruscain, Luiz Felipe Schuch, Bartholomeo Oliveira Barcelos

**PERFIL DO SISTEMA DE PRODUÇÃO DE PINHA NOS POLOS DE FRUTICULTURA DA BAHIA,
COM ÊNFASE NOS ASPECTOS FITOSSANITÁRIOS DA CULTURA**

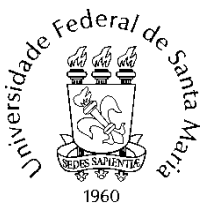
Alessandro da Silva Oliveira, Maria Aparecida Castellani, Antonio Souza do Nascimento, Aldenise Alves Moreira

**PERFIL DOS FRUTICULTORES E DIAGNÓSTICO DO USO DE AGROTÓXICOS NO POLO DE
FRUTICULTURA DE LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA, BAHIA**

Suzany Aguiar Leite, Maria Aparecida Castellani, Ana Elizabete Lopes Ribeiro, Aldenise Alves Moreira, Weber Marcilio Malheiro Aguiar



ISSN Impresso 1415-7802
ISSN Online 2318-1796



Extensão Rural

ISSN Impresso: 1415-7802

ISSN Online: 2318-1796

DEAER – CCR

v.23, n.2, abr./jun. 2016



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

Reitor: Paulo Afonso Burmann

Diretor do Centro de Ciências Rurais: Irineu Zanella

Chefe do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural: Marco Antônio Verardi Fialho

Editores: Fabiano Nunes Vaz e Ezequiel Redin

Comitê Editorial

Editor: Fabiano Nunes Vaz

Coeditor: Ezequiel Redin

Editor da Área Economia e Administração Rural: Alessandro Porporatti Arbage

Editor da Área Desenvolvimento Rural: Marcos Botton Piccin

Editor da Área Sustentabilidade no Espaço Rural: José Geraldo Wizniewsky

Editor da Área Sociologia e Antropologia Rural: José Marcos Froehlich

Editor da Área Extensão e Comunicação Rural: Clayton Hillig

Bolsista: Caroline Morsch

Impressão / Acabamento: Imprensa Universitária / **Tiragem:** 130 exemplares

Extensão rural. Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Ciências Rurais. Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural. – Vol. 1, n. 1 (jan./jun.1993) – Santa Maria, RS: UFSM, 1993 -

Trimestral

Vol.23, n.2 (abr./jun.2016)

Revista anual até 2007, semestral a partir de 2008, quadrimestral a partir de 2013 e trimestral a partir de 2014.

Resumo em português e inglês

ISSN 1415-7802

1. Administração rural: 2. Desenvolvimento rural: 3. Economia rural: 4. Extensão rural.

CDU: 63

Ficha catalográfica elaborada por

Claudia Carmem Baggio – CRB 10/1830

Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Rurais/UFSM

Os artigos publicados nesta revista são de inteira responsabilidade dos autores. Qualquer reprodução é permitida, desde que citada a fonte.

APRESENTAÇÃO

O periódico Extensão Rural é uma publicação científica desde 1993, **periodicidade trimestral**, do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural (DEAER) do Centro de Ciências Rurais (CCR) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) destinada à publicação de trabalhos inéditos, na forma de artigos científicos e revisões bibliográficas, relacionados às **áreas**: i) Desenvolvimento Rural, ii) Economia e Administração Rural, iii) Sociologia e Antropologia Rural, iv) Extensão e Comunicação Rural, v) Sustentabilidade no Espaço Rural. Tem como público alvo pesquisadores, acadêmicos e agentes de extensão rural, bem como realizar a difusão dos seus trabalhos à sociedade.

INDEXADORES INTERNACIONAIS

AGRIS (Internacional Information System for The Agricultural Sciences and Tecnology) da FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations)
LATINDEX (Sistema regional de información en línea para revistas científicas de América Latina, El Caribe, España y Portugal)
DIRETÓRIO LUSO-BRASILEIRO (Repositórios e Revistas de Acesso Aberto)
E-REVIST@S (Plataforma Open Access de Revistas Científicas Electrónicas Españolas y Latinoamericanas)
GOOGLE SCHOLAR
JOURNALS FOR FREE
PORTAL SEER (Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas)
PORTAL DE PERIÓDICOS CAPES/MEC
REDE CARINIANA (Rede Brasileira de Serviços de Preservação Digital)
ROAD (Directory of Open Access scholarly Resources)
EZB Nutzeranfragen (Electronic Journals Library/ElektronischeZeitschriftenbibliothek)
OAJI (Open Academic Journals Index)

INDEXADORES NACIONAIS

AGROBASE (Base de Dados da Agricultura Brasileira)
PORTAL LIVRE! (Portal do conhecimento nuclear)
SUMÁRIOS.ORG (Sumários de Revistas Brasileiras)
DIADORIM (Diretório de Acesso Aberto das Revistas Científicas Brasileiras)

Extensão Rural

Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Rurais
Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural
Campus Universitário – Prédio 44
Santa Maria- RS - Brasil
CEP: 97.105-900
Telefones: (55) 3220 9404 / 8165 – Fax: (55) 3220 8694
E-mail: atendimento.extensao.rural@gmail.com
Web-sites:
<http://periodicos.ufsm.br/>
<http://periodicos.ufsm.br/extensaorural/>
<http://www.facebook.com/extensao.rural>
<https://www.facebook.com/extensaoruralsantamaria/>

SUMÁRIO

LEI DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL EM ALAGOAS-BRASIL: CONTRIBUIÇÕES OU DESCONTINUIDADE? Thacya Clédina da Silva, Francisco Roberto Caporal	7
ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL COOPERATIVA: O DEPARTAMENTO DE CAMPO DE UMA COOPERATIVA AGROPECUÁRIA EM MINAS GERAIS Renata Rauta Petarly, Welison Portugal de Souza	27
A EXTENSÃO RURAL E A PERSPECTIVA DE GÊNERO NA AGRICULTURA FAMILIAR: A ATUAÇÃO DO IPA JUNTO À ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL MULHER FLOR DO CAMPO Gerlúcio Moura Bezerra de Sousa, Filipe Augusto Xavier Lima, Letícia Paludo Vargas, Tito Antonio Ferraz Jota, Darlyton Fernandes Lopes da Silva	46
PERCEPÇÃO DE NOVOS TERRITÓRIOS RURAIS: A IDENTIDADE PROPOSTA POR INDIVÍDUOS ASSENTADOS Magdalen Julie Marques Machado Caetano, Nara Rejane Zamberlan dos Santos	60
A ESCOLA URBANIZADA: INCOERÊNCIAS RELATIVAS À FORMAÇÃO DE ESTUDANTES RURAIS DE ENSINO MÉDIO Laila Mayara Drebes, Edilacir dos Santos Larruscain, Luiz Felipe Schuch, Bartholomeo Oliveira Barcelos	78
PERFIL DO SISTEMA DE PRODUÇÃO DE PINHA NOS POLOS DE FRUTICULTURA DA BAHIA, COM ÊNFASE NOS ASPECTOS FITOSSANITÁRIOS DA CULTURA Alessandro da Silva Oliveira, Maria Aparecida Castellani, Antonio Souza do Nascimento, Aldenise Alves Moreira	95
PERFIL DOS FRUTICULTORES E DIAGNÓSTICO DO USO DE AGROTÓXICOS NO POLO DE FRUTICULTURA DE LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA, BAHIA Suzany Aguiar Leite, Maria Aparecida Castellani, Ana Elizabete Lopes Ribeiro, Aldenise Alves Moreira, Weber Marcilio Malheiro Aguiar	112
NORMAS PARA SUBMISSÃO DE TRABALHO	126

SUMMARY

LAW OF TECHNICAL ASSISTANCE AND RURAL EXTENSION IN ALAGOAS-BRAZIL: CONTRIBUTIONS OR DISCONTINUITY? Thacya Clédina da Silva, Francisco Roberto Caporal	7
TECHNICAL ASSISTANCE AND EXTENSION RURAL COOPERATIVE: THE DEPARTMENT OF FIELD OF AN AGRICULTURAL COOPERATIVE IN MINAS GERAIS Renata Rauta Petarly, Welison Portugal de Souza	27
RURAL EXTENSION AND GENDER PERSPECTIVE IN FAMILY FARMING: IPA ACTIONS TOWARDS ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL MULHER FLOR DO CAMPO Gerlúcio Moura Bezerra de Sousa, Filipe Augusto Xavier Lima, Leticia Paludo Vargas, Tito Antonio Ferraz Jota, Darlyton Fernandes Lopes da Silva	46
PERCEPTION OF NEW TERRITORIES RURAL: IDENTIFY PROPOSAL FOR SETTLED INDIVIDUALS Magdalen Julie Marques Machado Caetano, Nara Rejane Zamberlan dos Santos	60
THE URBANIZED SCHOOL: INCONSISTENCES ON THE FORMATION OF HIGH SCHOOL OF RURAL STUDENTS Laila Mayara Drebes, Edilacir dos Santos Larruscain, Luiz Felipe Schuch, Bartholomeo Oliveira Barcelos	78
PROFILE OF THE ANNONA PRODUCTION SYSTEM IN THE BAHIA FRUITCULTURE POLES, WITH EMPHASIS ON THE PHYTOSANITARY ASPECTS OF THE CULTURE Alessandro da Silva Oliveira, Maria Aparecida Castellani, Antonio Souza do Nascimento, Aldenise Alves Moreira	95
PROFILE OF FRUIT GROWERS AND DIAGNOSTIC USE OF PESTICIDES IN FRUIT THE PLACES LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA, BAHIA. Suzany Aguiar Leite, Maria Aparecida Castellani, Ana Elizabete Lopes Ribeiro, Aldenise Alves Moreira, Weber Marcilio Malheiro Aguiar	112
STANDARDS FOR PAPER SUBMISSION	126

LEI DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL EM ALAGOAS-BRASIL: CONTRIBUIÇÕES OU DESCONTINUIDADE?

Thacya Clédina da Silva¹
Francisco Roberto Caporal²

RESUMO

O objetivo desse artigo foi analisar as contribuições da Lei nº 12.188/2010 para a agricultura familiar em Alagoas, tomando como base as Chamadas Públicas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), lançadas pelo Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER), da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para o Estado, entre os anos de 2010 a 2014. Tendo a política recente de extensão rural brasileira como pano de fundo, procurou-se entender, através do estudo exploratório, se a operacionalização da Lei poderia melhorar a oferta de serviços e ampliar a abrangência em número de beneficiários. Em Alagoas, em 2006, segundo o IBGE, 92% dos agricultores não receberam assistência técnica, ou seja, o Estado encontrava-se em condições críticas no atendimento dessa política. Entretanto, ao término desta pesquisa, ficou evidenciado que, através das Chamadas Públicas, foi atendido apenas 4% do universo da agricultura familiar, e que as promessas dos gestores públicos, que seriam de desburocratização e de continuidade do serviço com a implementação da Lei, não se efetivaram nesse Estado.

Palavras-chave: chamadas públicas de ATER, extensão rural, políticas públicas.

LAW OF TECHNICAL ASSISTANCE AND RURAL EXTENSION IN ALAGOAS-BRAZIL: CONTRIBUTIONS OR DISCONTINUITY?

ABSTRACT

The aim of this study was to analyze the contributions of Law 12,188 / 2010 to the family farm in Alagoas, based on the Public Technical Assistance Calls and Rural Extension (ATER), launched by the Department of Technical Assistance and Rural Extension (DATER) of Department of Family Agriculture (SAF) of the Ministry of Agrarian Development (MDA) for the state between the years 2010 to 2014. With the recent policy of the Brazilian rural extension as a backdrop, we tried to understand through this exploratory study, how the implementation of the Law could improve the

¹Graduada em Zootecnia. Mestre em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (UFRPE). E-mail: thacya.zte@bol.com.br

²Graduado em Agronomia. Mestre em Extensão Rural. Doutor em Agroecologia, Camponato e História. Professor do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (Posmex), da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). E-mail: caporalfr@gmail.com.

service offered and expand the scope of the number of beneficiaries. In Alagoas, in 2006, according to IBGE, 92% of farmers did not receive technical assistance, that is, because the state was in critical condition in compliance with this policy. However, at the end of this research, it became evident that the service through the Public Call, had reached 4% of the universe of family farming, and that the promises of the public managers which would be to reduce bureaucracy and continuity of service by the implementation of this law, had not had any affect in this state.

Keywords: Agricultural extension, public call ATER, public policy.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho se propõe a analisar as contribuições do Governo Federal para as ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) no Estado de Alagoas, voltadas à agricultura familiar, após a Lei nº 12.188 de janeiro de 2010, ano em que se começa a atuar com Chamadas Públicas para a contratação desses serviços no Brasil, tendo como referência as Chamadas Públicas lançadas pelo Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER), da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) para o estado de Alagoas, no período de 2010-2014.

Em Alagoas, segundo menor estado do Brasil, *lócus* da pesquisa, a reivindicação de universalização da oferta de assistência técnica e extensão rural tem sido uma constante de todos os movimentos sociais e sindicais do campo. Tal demanda parece estar fortemente alicerçada na realidade, pois, em 2006, o Censo Agropecuário, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostrou que o Estado possui 123.331 estabelecimentos agropecuários, e, destes, 91% (111.751) são estabelecimentos da agricultura familiar, com destaque para: camponeses, assentados de reforma agrária, indígenas, quilombolas e agricultores tradicionais.

Ainda de acordo com o censo, há 326.135 pessoas ocupadas na agricultura familiar e 92% desse total de agricultores não receberam assistência técnica em Alagoas, demonstrando a precariedade de atendimento ao setor que mais ocupa mão de obra no Estado. Apenas 8% desse público afirma receber os serviços. (IBGE, 2006).

O histórico da ATER em Alagoas, quanto à implantação dos serviços de extensão rural, é semelhante ao nacional, iniciando com Associação Nordestina de Crédito e Assistência Técnica e, posteriormente, com a Empresa Estadual de Assistência técnica e Extensão Rural (EMATER). A partir da década de 1980, as medidas neoliberais passaram a se apor no aparelho público estadual e, nesse período, havia a perspectiva de extinção de diversas empresas públicas.

O fim da Empresa Brasileira de ATER (EMBRATER) ocorreu em 1990, provocando a interrupção dos serviços. Os estados brasileiros com menores arrecadações, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, foram os que mais sofreram com essas novas medidas (PRADO, 2006). Em Alagoas, a EMATER foi incorporada à Secretaria Estadual de Agricultura, com uma reduzida equipe de funcionários, resultando numa limitação extrema do serviço prestado. (LIRA, 2014).

A partir de 2003, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) iniciou o processo de reestruturação da assistência técnica e extensão rural através da implementação da Política Nacional de ATER- PNATER, e, em janeiro de 2010, foi promulgada a Lei nº 12.188, conhecida como Lei de ATER. Segundo a Lei, em seu artigo 2º, Item I, entende-se por Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER:

serviços de educação não formal e de caráter continuado, no meio rural. Já em seu artigo 3º, quando estabelece os princípios da PNATER, o legislador assegura, no segundo princípio, que a política de ATER deve garantir “gratuidade, qualidade e acessibilidade” para os agricultores familiares e assentados da reforma agrária, assim como ao conjunto de “beneficiários” descritos no artigo 5º da Lei.

Considerando o acima exposto, este estudo tem como objetivo examinar os problemas enfrentados na implementação dos projetos de ATER, oriundos de Chamadas Públicas em relação à acessibilidade e continuidade dos serviços oferecidos para os agricultores familiares de Alagoas, bem como apresentar um conjunto de proposições analisadas pelos atores dessa pesquisa no Estado.

A pergunta que se quer responder é a seguinte: dadas as “promessas” dos gestores públicos e os dispositivos da Lei, houve incremento no número de beneficiários e continuidade nos serviços de ATER realizados no Estado de Alagoas, com o apoio do Governo Federal?

O presente trabalho foi desenvolvido a partir de pesquisa exploratória (VASCONCELOS, 2007; GIL, 2010), utilizando no itinerário metodológico: o estudo de campo e a pesquisa documental da Lei de ATER, decretos e documentos que orientam a PNATER, assim como as Chamadas Públicas lançadas para o serviço de ATER, em Alagoas, de 2010 a 2014. No trabalho de campo, adotou-se o procedimento da técnica de entrevista aberta.

Na amostra de onze (11) entrevistas, buscou-se garantir a participação do maior número possível dos seguimentos envolvidos: instituição contratante (MDA-Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário em Alagoas- DFDA), instituições executoras (EMATER, Associação de Orientação as Cooperativas do Nordeste- Assocene, Instituto Naturagro, ONG Movimento Minha Terra e o Centro de Capacitação Zumbi dos Palmares), além do Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDAFRA), instituições de representação da agricultura familiar (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Alagoas - FETAG e Movimento Sem Terra - MST), e instituição de representações dos técnicos (Sindicato dos Trabalhadores do Setor Público Agrícola e Ambiental de Alagoas-SINDAGRO). Nas entrevistas, procurou-se dialogar com os representantes legais das instituições ou técnicos referendados por esses, tendo as entrevistas sido gravadas/transcritas e as respostas analisadas à luz do que se propunha com a Lei de ATER.

O artigo se organiza da seguinte forma: inicialmente, traz uma apresentação da história recente da Política Nacional de Extensão Rural e das promessas dos gestores à época da promulgação da Lei de ATER; em seguida, os autores analisam as Chamadas Públicas de Projetos de ATER, no intervalo temporal de 2010 a 2014 para o estado de Alagoas, como também a dinâmica de execução desses projetos e as recomendações realizadas pelas instituições entrevistadas diante das dificuldades enfrentadas nesse processo. E, por fim, traz as considerações finais do trabalho, evidenciando os achados da pesquisa.

2. POLÍTICA DE EXTENSÃO RURAL: HISTÓRIA RECENTE E PROMESSAS A RESPEITO DA LEI DE ATER

A função do Estado é promover o bem-estar da sociedade e para atingir esses resultados, os governos se utilizam das Políticas Públicas (RUA, 2005). Flexor e Leite definem Política Pública como:

Um sistema de decisões públicas que visa a ações ou omissões, preventivas ou corretivas, destinadas a manter ou modificar a realidade de um ou de vários setores da vida social, por meio da definição de objetivos e estratégias de atuação e da alocação dos recursos necessários para atingir os objetivos estabelecidos (FLEXOR; LEITE, 2006).

Bonnal e Kato (2011) alertam que as políticas públicas se encontram inseridas em contextos políticos e sociais específicos e são disputadas por diferentes atores com interesses diversificados e distintos graus de poder de influência e cooptação. (BONNAL; KATO, 2011).

Década após década, com diferentes formatos institucionais e abordagens na medida em que foi estruturada, a política pública de ATER participou ativamente do processo de desenvolvimento rural. Primeiro, supervisionando crédito e levando conhecimento para a produção agrícola e economia doméstica, visando o bem-estar das famílias e, em seguida, transferindo as técnicas da chamada Revolução Verde (adubos químicos, sementes melhoradas, agrotóxicos), visando modernizar a agricultura e massificando o crédito rural orientado para produção de *commodities* (PRADO, 2006).

Em 2003, assume no cenário nacional um projeto político que, segundo Mattei (2010), se dizia democrático e popular, baseado na força das organizações sociais e em partidos políticos conectados com demandas populares. O autor afirma que isso significou uma mudança de rota na intervenção do estado e das políticas públicas, gerando grandes expectativas nos segmentos sociais rurais (MATTEI, 2010). A primeira ação do Governo Federal referente a ATER foi a elaboração da nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), a partir de diversas consultas e diálogos com os segmentos da agricultura familiar no país (CAPORAL, 2006).

Segundo Dias (2008), a nova PNATER preconizava a (re)orientação das concepções, métodos e princípios pela agroecologia, a universalidade, a gratuidade e o caráter público dos serviços de ATER, destinado prioritariamente a um público específico – a agricultura familiar. Conforme Caporal (2009), com o surgimento da PNATER, a tarefa de educação na extensão rural assumiu uma dimensão complexa, ampla e profunda, pois se estabeleceram, a partir de então, novos paradigmas e estes exigem novas estratégias e novas bases pedagógicas nas atividades de formação, que possam se refletir na *práxis* dos Agentes extensionistas, sob pena de criar um descompasso entre discurso e prática da Extensão Rural.

Apesar dos avanços alcançados com a implementação da PNATER, alguns problemas precisavam ser enfrentados no sentido de consolidar a ATER no Brasil, especialmente no que se refere à institucionalização da política. Contudo, ao contrário dos processos de diálogo anteriores, todos os agentes de ATER foram surpreendidos com o lançamento, pelo Governo Federal, de uma proposta de Lei (Projeto de Lei nº 5.665, de 2009) encaminhada ao Congresso Nacional em caráter de urgência (CAPORAL, 2011). Segundo Diniz et al. (2011, p.5), “Nem mesmo os representantes do Comitê de ATER (Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural

Sustentável - CONDRAF) sabiam do teor da proposta que foi escrita a poucas mãos e com nenhuma participação ativa da sociedade civil”.

Em 11 de janeiro de 2010, foi sancionada a Lei nº 12.188. Destaque-se o seu Artigo 5º, definindo que a contratação de serviços de ATER “será antecedida de Chamada Pública, destinada a classificar propostas técnicas apresentadas pelas Entidades Executoras” (BRASIL, 2010). São as chamadas, portanto, mecanismo jurídico-legal que, a partir desse momento, passam a definir a localização geográfica, o público a ser beneficiado, os valores disponibilizados, enfim, as ações de ATER a serem financiadas pelo Governo Federal e executadas por meio de diversas entidades.

Diniz et al. (2011); Caporal (2011) e Teixeira (2009) analisaram que o processo da construção do Projeto de Lei desconsiderou a construção coletiva que havia ocorrido na elaboração da PNATER de 2003, e que o projeto foi feito a poucas mãos e sem consulta à sociedade. Além disso, segundo Caporal (2011), a Lei eliminou a Agroecologia do texto. Na opinião do autor, “esses fatores contribuíram para que a Pnater de 2010 desde seu berço trouxesse o estigma de ser responsável por um retrocesso no campo da extensão rural contemporânea” (CAPORAL, 2011, p.24).

Não obstante, a história mostra outras contradições, pelo menos é o que se pode deduzir de algumas manifestações de gestores públicos. Assim, durante a reunião para apresentação do Projeto de Lei (PL), no dia 12 de setembro de 2009, na Câmara dos Deputados, conforme publicado no site do MDA, o ministro Guilherme Cassel afirmou sobre o PL ter sido: “Um projeto de lei de difícil construção, ousado, que abre a possibilidade de prestação de serviços de ATER com mais qualidade.”² Na mesma ocasião, o então diretor do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER) da Secretaria de Agricultura Familiar do MDA, Argileu Martins da Silva declarou que: “o projeto dialoga com a dinâmica da agricultura familiar”.

O então Ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, afirmava, em 2010, que, com a aprovação da Lei, “será fomentado o desenvolvimento rural sustentável da agricultura familiar e dos assentamentos da reforma agrária sem interrupções”. Segundo o Ministro (à época):

Vamos fazer isso de forma mais transparente, com a contratação, por meio de Chamadas Públicas, de entidades que sejam capazes de prestar os serviços. Também vamos ter mais celeridade, porque pagaremos por serviços prestados. Com isso, não haverá mais problemas de interrupção dos serviços para a celebração de novos convênios, gerando a falta de continuidade³.

Segundo a Revista de Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria, publicada em 2003, no artigo “Bases para uma nova ATER pública”, Caporal já havia alertado que “a nova ATER pública atuará num ambiente conflitivo, pois a transição para o desenvolvimento sustentável será um processo político intenso.” (CAPORAL, 2003). Os estudos de Diesel et al. (2015) afirmaram que o enfraquecimento do compromisso político do governo com novos assentamentos de reforma agrária, o fortalecimento dos interesses de setores do agronegócio e a perda de força dos discursos críticos ao modelo de agricultura industrial, tornou a

²Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/mda>>. (Acesso em: 30/05/2014).

³Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/mda>>. (Acesso em: 30/05/2014).

conjuntura política desfavorável a um projeto de desenvolvimento rural em favor da agricultura familiar. Essa realidade apontada pelos autores pode auxiliar a compreensão de alguns desdobramentos na execução das Chamadas Públicas de ATER em Alagoas.

3. CHAMADAS PÚBLICAS DE PROJETOS DE ATER DE 2010 A 2014 PARA ALAGOAS

Segundo os dispositivos da Lei nº 12.188/2010, duas mudanças essenciais no serviço de ATER são definidas: novas formas de contratação - via Chamadas Públicas - e nova forma de credenciamento dos prestadores de serviço. A execução dos serviços de ATER dar-se-á por meio das instituições credenciadas nos Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável e selecionadas por análise de projetos submetidos às Chamadas Públicas. As Chamadas estão basicamente estruturadas da seguinte forma: objeto; entidades executoras; público beneficiário; área geográfica de atuação; ações e atividades; metodologia; prazo de execução do serviço; remuneração do serviço; qualificação da equipe técnica; prazos; objetivos da seleção; e, a validade das propostas.

Entre os anos de 2010 a 2014 foram lançadas pelo MDA para Alagoas, dezesseis (16) Chamadas Públicas de projetos de ATER, contendo vinte e dois (22) lotes. Desse total de 16 Chamadas Públicas, cerca de 9% conseguiram concluir todas as metas previstas.

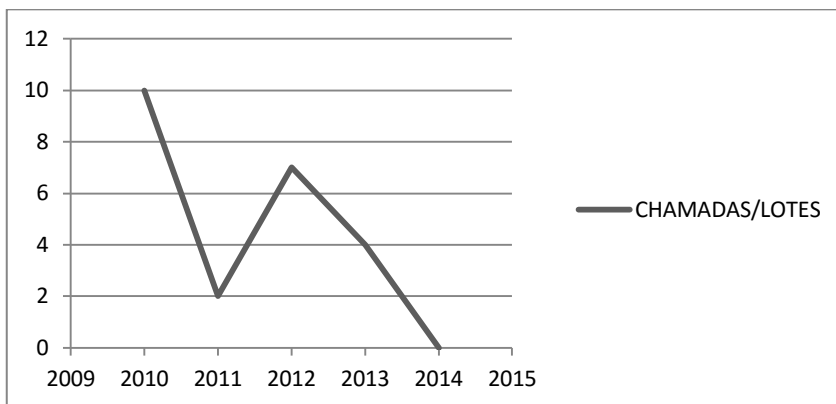
O público-alvo dos projetos foi prioritariamente os agricultores que estão inseridos na política de Territórios de Cidadania. O segundo público em destaque foi os beneficiários do Programa Brasil Sem Miséria (PBSM), com cerca de 23% dos lotes, sendo que uma (1) dessas Chamadas foi destinada para o público específico dos agricultores quilombolas, que estão situados na linha de pobreza extrema.

Cerca de 40% das Chamadas divulgadas não lograram êxito para contratação de entidades, sendo que 23% desse total foram devido à ausência de projetos, dando “vazio” ou “em branco”, como se diz no jargão do MDA. Aproximadamente 14% dos lotes tiveram projetos apresentados e instituição selecionada, porém não efetivaram os contratos por uma deficiência interna do MDA: não havia fiscais disponíveis para acompanhar a execução. Por conta disso, 3.240 possíveis beneficiários foram prejudicados. Segundo representante da DFDA-AL (gestão 2003/2011):

É tanta falta de fiscal, que o fiscal de Alagoas é suplente do fiscal de Aracaju e vice-versa. Então alguns momentos ele vai ter, que não só tratar de Alagoas, mas vai ter que ir a Sergipe ajudar. Lógico que a gente sabe que todos os órgãos fazem isso, mas quando todo mundo tem pouco, aí falta para todo mundo (ENTREVISTADO DA DFDA-AL).

Entre os anos de 2010 a 2014 ocorreu um declínio do número de Chamadas Públicas para o estado, conforme se pode observar no gráfico abaixo:

Gráfico 1 - Chamadas Públicas de ATER, para Alagoas, de 2010 a 2014



Fonte: elaborado pelos autores

Entre 2010 e 2011 houve uma diminuição de 80% das Chamadas, possivelmente justificada devido às dificuldades de execução dos projetos do primeiro ano. A situação se agravou em 2014, ano em que, de acordo com os dados disponibilizados pela SAF/MDA, não houve nenhuma chamada de ATER para o Estado, provavelmente pelo cenário político de redução orçamentária para o MDA.

Os projetos contratados pelo MDA e a situação do contrato, no período da pesquisa, podem ser verificados na tabela abaixo.

Quadro 1– Projetos contratados em Alagoas

Chamada	Lote	Público-Alvo	Entidade Selecionada	Nº benef.	R\$	Situação do contrato
95/2010	1	TC Agreste	Instituto Naturagro	1.620	1.179.005,55	Execução parcial, contrato suspenso
95/2010	2	TC Agreste	Instituto Naturagro	1.620	1.179.005,55	Execução parcial, contrato suspenso
95/2010	3	TC Agreste	Instituto Naturagro	1.080	786.283,43	Execução parcial, contrato suspenso
121/2010	1	TC Bacia Leiteira	Instituto Naturagro	1.080	777.100,71	Execução parcial, contrato suspenso
02/2011	1	Programa Brasil Sem Miséria (PBSM)	Movimento Minha Terra (MMT)	1.120	1.185.246,19	Contrato encerrado
04/2011	10	DTAB	Movimento Minha Terra (MMT)	720	816.239,53	Contrato encerrado
02/2012	2	Programa Brasil Sem Miséria (PBSM) Sertão	Centro de Capacitação Zumbi dos Palmares	3.000	4.602.821,00	Contrato vigente em execução
09/2012	1	Programa Brasil Sem Miséria (PBSM) Quilombolas	Associação de Orientação as Cooperativas do Nordeste - Assocene	1.400	3.162.899,22	Contrato vigente em execução
010/2012	1	Sustentabilidade	Emater	1.920	6.763.916,15	Contrato vigente em execução
011/2012	1	PNCF	Cooperativa Agropecuária Regional de Palmeira dos Índios LTDA-Carpil	1.000	3.467.839,21	Contrato vigente em execução
07/2013	7	Sust. Cadeia produtiva do leite	Emater	1.500	5.084.549,86	Contrato vigente em execução
010/2013	1	Mulheres rurais	Emater	240	704.245,30	Contrato vigente em execução
011/2013	13	Programa Brasil Sem Miséria (PBSM)	Movimento Minha Terra (MMT)	1.600	4.991.006,28	Contrato vigente em execução
011/2013	14	Programa Brasil Sem Miséria (PBSM)	Movimento Minha Terra (MMT)	1.400	2.322.480,74	Contrato vigente em execução

Fonte: elaborado pelos autores

No período, foram lançadas onze (11) Chamadas com projetos contratados pelo MDA, distribuídas em quatorze (14) lotes, com seis (6) instituições contratadas. O Instituto de Inovação para o Desenvolvimento Rural Sustentável (EMATER-AL) é a única instituição que, até o momento da pesquisa, não havia

conseguido executar nenhuma das metas previstas nas Chamadas 010/2012, 010/2013, 07/2013. O principal motivo do Estado não ter conseguido executar as Chamadas, pode estar atrelado ao reduzido quadro técnico que a instituição dispõe. Neste sentido, o entrevistado do Sindagro afirma que:

O Governo Federal através de convênios conseguiu contribuir na estruturação da Emater (carros, computadores, etc.), mas o estado não fez a contrapartida dele que era contratar as pessoas. O que comprometeu as chamadas em si. E o estado não conseguiu executar as chamadas (ENTREVISTADO DO SINDAGRO).

Os contratos efetivados pelo MDA, com as seis instituições antes mencionadas, envolvem um montante financeiro de R\$ 33.022.638,72 e um público potencial de 19.300 beneficiários. Conforme dados enviados pela Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), através do Departamento de Assistência Técnica (DATER), observa-se que até a data da pesquisa foram cadastrados e “atendidos” 12.948 agricultores, segundo consta no sistema de ATER (SIATER). Ou seja, através dos projetos contratados estão sendo “atendidos” cerca de 4% dos agricultores familiares de Alagoas.

Esse “atendimento” nem sempre significa assistência técnica e extensão rural, de fato. Representa, apenas, que esse público foi beneficiário de algumas das metas de determinado projeto. Do total de beneficiários, em cinco (5) anos de execução de projetos contratados a partir das Chamadas Públicas de ATER, 6.547 são mulheres e 6.401 são homens, distribuídos em sessenta e três (63) dos cento e dois (102) municípios de Alagoas, sendo que em apenas dez (10) municípios estão concentrados 5.769 dos agricultores/as beneficiados. Ou seja, em dez (10) dos municípios atendidos, estão aproximadamente 45% do total de beneficiários do estado inteiro. Nos outros cinquenta e três (53) municípios se observa uma pulverização do público cadastrado. Assim, em quase 15% dos municípios, o número de beneficiários não passa de dez (10).

O percentual de 4% de agricultores atendidos através dos projetos oriundos de Chamadas Públicas de ATER está longe de ser uma amostra possível de provocar a revolução alardeada pelo então deputado Pedro Eugênio, um dos relatores do PL de ATER, em 2009. Disse o mesmo: “Será uma revolução em nosso País”. Na mesma linha, o então secretário da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), em dezembro de 2010, Adoniram Sanches Peraci, no encontro que discutiu “Avanços da Política Nacional de ATER”, anunciou que “o sistema de extensão está chegando aonde nunca se chegou”. Em Alagoas, como mostram os dados, tal fato está longe de acontecer.

As Chamadas 02 e 04/2011 foram finalizadas e, apesar da mesma entidade (MMT) ter sido selecionada por outra Chamada para trabalhar com o mesmo público e na mesma região, não há possibilidade de continuidade dos serviços. O PBSM prevê que, com o fim da execução do contrato e do pagamento do fomento às famílias assessoradas, o estado responsabilizar-se-ia por assumir esse público. Entretanto, em Alagoas não existe um sistema estadual de ATER que possa dar seguimento à ação inicial do Governo Federal, que, por sua vez, não autoriza a continuação do serviço na mesma área, nesses casos. Sobre isso o representante do MMT fez o seguinte comentário:

Concluimos essas chamadas e por sorte surgiram outras chamadas e a gente ganhou. Inclusive uma delas é na mesma área (região agreste) embora o público seja outro. O que é uma

das falhas gritantes desse processo, o fato de não podermos dar continuidade aos serviços de ATER com o público já atendido anteriormente pela instituição (ENTREVISTADO DO MMT).

Uma das grandes preocupações apresentadas pelo representante da Federação dos Trabalhadores da Agricultura (FETAG) sobre ATER é referente à (des) continuidade do serviço. O mesmo afirmou que os contratos são feitos com prazos determinados, não havendo uma continuidade, e esclarece: “Porque às vezes o agricultor tem uma cultura de dois anos e o técnico é contratado por um tempo menor. A expectativa não é atendida e os resultados não são visualizados” (ENTREVISTADO DA FETAG).

Esse achado confirma a hipótese levantada por Caporal (2014), no capítulo intitulado Extensão Rural como Política Pública: a difícil tarefa de avaliar, do livro *Políticas agroambientais e sustentabilidade: desafios, oportunidades e lições aprendidas*, IPEA, 2014, onde o autor diz:

A Lei de ATER inclui promessas que não poderão ser cumpridas. Isto começa já na definição de ATER, em que se lê que se trata de um serviço de educação não formal, *de caráter continuado*. Ora, a debilidade orçamentária e as formas instituídas de contratação de serviços a partir de chamadas públicas de projetos mostraram, já nos dois primeiros anos de vigência da Lei, a inviabilidade de garantir a continuidade. Isto é, não havendo recursos para universalizar a oferta de serviços de ATER, o MDA devera sempre fazer escolhas de localidades em que os agricultores serão assistidos. Por um lado, caso se mantenham sempre os mesmos territórios, excluem-se agricultores de outros territórios de forma permanente. Por outro lado, ao se elegerem territórios diferentes, cria-se a descontinuidade (CAPORAL, 2014, p. 41- 42).

A análise das Chamadas Públicas lançadas para Alagoas, de 2010 a 2014, já aponta a direção de que esse instrumento está apresentando dificuldades estruturais em sua materialização para o cumprimento do que foi estabelecido pela Lei de ATER. Para melhor compreensão desses problemas foi realizada uma análise das dinâmicas pós-contrato, vividos pelas instituições executoras, como também procurou-se registrar o conjunto de proposições feitas pelos atores dessa política pública em Alagoas.

4. DINÂMICA DE EXECUÇÃO DOS PROJETOS CONTRATADOS E RECOMENDAÇÕES

Na dinâmica pós-contrato foram diagnosticados diversos problemas na execução dos projetos pelas entidades contratadas, e o primeiro foi referente à composição e qualificação da equipe técnica. As instituições identificam que o longo intervalo entre a seleção do projeto e o início da execução provoca desistência de técnicos e a necessidade de substituição. Além desta desistência inicial, é observada alta rotatividade dos técnicos durante toda a execução dos projetos. Segundo as instituições, isso ocorre devido à demora na autorização das mudanças solicitadas, demora na contratação e nomeação do fiscal e longo período para o início da execução do projeto.

Porém, na opinião dos técnicos, tal fato se deve aos atrasos dos pagamentos dos salários, descontinuidade dos serviços e, principalmente, devido às

condições precárias de trabalho (estruturais, operacionais e legais), associadas ao não cumprimento da legislação trabalhista. Segundo os técnicos, isso ocorre pela falta de fiscalização por parte dos órgãos competentes. (Depoimentos de Técnicos extensionistas, do Curso de Especialização em Residência Agrária, à pesquisadora).

Sobre esse assunto, Caporal (2014, p. 41) apresentou a seguinte hipótese:

De que havia a possibilidade de que parte dos recursos contratados pudesse servir para reforçar o caixa das entidades de ATER. Como o custo calculado pelo DATER para pagar os serviços incorpora um valor de salário correspondente a 8,5 salários mínimos para técnicos de nível superior e 60% deste valor para técnicos de nível médio, e as entidades de ATER, por sua vez, salvo raras exceções, não pagam este valor de salário aos seus técnicos, sobriaria uma margem de dinheiro líquido para estas (...). Este tipo de possibilidade foi um dos atrativos para que muitas entidades aderissem à proposta de política do MDA/SAF/Dater [grifos nossos].

Na sequência operacional, após a celebração do contrato, as instituições devem aguardar a ordem de serviço emitida pelo MDA. Nessa fase, foi identificado um descompasso de informações entre o DATER/SAF/MDA e a Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário em Alagoas (DFDA-AL). Por diversas vezes, a ordem de serviço foi emitida à instituição executora sem que a delegacia estadual houvesse sido informada (ENTREVISTADO DO MMT).

A instituição também foi liberada para iniciar as atividades sem que os técnicos envolvidos no projeto estivessem aptos para utilizar o Sistema de ATER (SIATER), que é um sistema onde é cadastrada e comprovada, através de atestes liberados pelo próprio sistema, a realização das metas previstas. Dessa forma, os técnicos foram a campo sem os atestes, necessitando de retrabalho e aumento nos custos para realizar a atividade de seleção de famílias (ENTREVISTADO DO INSTITUTO NATURAGRO).

A instituição que teve todos os contratos suspensos alegou que diversos problemas colaboraram, como, por exemplo, a falta de estrutura de pessoal e de internet da delegacia para o uso do Siater por parte dos fiscais, que, segundo eles, provocou uma morosidade no processo de análise da prestação de contas. Assim, o primeiro lote enviado para análise demorou quatro meses para ser avaliado. E tendo em vista que a instituição só recebe após prestar conta das atividades realizadas, a instituição não conseguiu realizar o pagamento dos técnicos. Tudo isso contribuiu para a rotatividade do corpo técnico e comprometeu a “qualidade” do trabalho (ENTREVISTADO DO INSTITUTO NATURAGRO).

Por sua vez, a ONG Movimento Minha Terra (MMT) alega, como dificuldade inicial:

Ausência de reunião da entidade contratada com o fiscal do MDA, ou gestor do contrato; reunião com a Delegacia do MDA; reunião sobre SIATER e questões relativas à execução do contrato, para esclarecimentos, fortalecimento das parcerias institucionais, etc. (ENTREVISTADO DO MMT).

No início da execução, as entidades se depararam com limitações na divulgação, ausência de instrumentos de divulgação e informação sobre a atuação do MDA no Estado. Segundo um entrevistado do MMT: “É preciso dar visibilidade

para o que está sendo realizado”, alegando que um instrumento midiático pode colaborar com o processo de sensibilização e mobilização dos futuros beneficiários.

Na etapa de identificação e seleção do público-alvo, as instituições deverão sensibilizar os possíveis beneficiários, sendo esta uma etapa fundamental e difícil, conforme avaliam os representantes das entidades que foram entrevistados. No caso das entidades executoras de projetos para o público do PBSM, eles afirmam que recebem uma lista do Governo Federal com possíveis beneficiários. Entretanto, houve demora na disponibilização da lista e desatualização dos dados básicos fornecidos pelo Governo à entidade executora, provocando falhas e retrabalho (ENTREVISTADOS DA NATURAGRO, MMT, ASSOCIAÇÃO DE ORIENTAÇÃO ÀS COOPERATIVAS DO NORDESTE-ASSOCENE E CENTRO DE CAPACITAÇÃO ZUMBI DOS PALMARES).

Além disso, os agricultores só podem ser beneficiários do projeto de ATER se forem portadores da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) ou constarem na relação de beneficiários (RB), emitida pelo INCRA, para os agricultores assentados da Reforma Agrária. Muitos agricultores familiares no estado de Alagoas não possuem a DAP, o que levou o entrevistado da Assocene a afirmar que:

Outra dificuldade que é identificada é o processo de emissão de DAP e do NIS, diante da grande demanda de famílias quilombolas que ainda não acessavam as políticas públicas. Os órgãos credenciados para a emissão dessas certificações funcionam precariamente, com quantitativo insuficiente de responsáveis, sobrecarregados de demandas e, em alguns casos, desinteressados em atender pontualmente as demandas (ENTREVISTADO DA ASSOCENE).

As instituições emissoras desse documento são: EMATER, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e INCRA. A EMATER e o INCRA dispõem de um corpo técnico que tem dificuldades em atender seus próprios beneficiários. Nesse caso, para atender a demandas de outras instituições, exigiria longo período de tempo, o que implicaria em atraso para efetuar a primeira atividade exigida pela Chamada, que é o cadastramento do público que a instituição irá atender no decorrer do projeto. Com isso, ocorre o não cumprimento do tempo para prestação de contas, que, por sua vez, impossibilita a entrada de recurso financeiro na instituição, visto que o Ministério do Desenvolvimento Agrário só efetua pagamento por serviços prestados e comprovados. Logo, este é um fator que representa a inviabilização do serviço já em sua fase inicial. Fica claro que, sem a entrada de recursos, não há possibilidade de instituições não estatais - que não dispõem de capital de giro - arcar com o pagamento dos técnicos por muito tempo.

Sobre a questão da DAP, Diniz et al. (2011) afirmam:

Ela surge no bojo da necessidade de controle do crédito Pronaf (...). A justificativa era que o Pronaf oferecia “subsídios” e para evitar os possíveis desvios haveria a exigência de um cadastro identificando o agricultor. Aos poucos esta identificação começa ser utilizada por outros programas e para outros fins, inclusive para ATER. Assim, pergunta-se: ao entrar e exigir que os beneficiários das chamadas sejam aqueles com DAP, significa que se mantém a visão de desenvolvimento vinculado ao crédito e a adoção de tecnologias modernas? De que desenvolvimento as chamadas, que refletem uma política pública, afinal defendem? Para quais processos educativos

elas sinalizam para ampliação: da dependência ou da autonomia? (DINIZ et al., 2011).

Quanto à realização e cumprimento das metas estabelecidas de atividades individuais e coletivas, a que mais recebe críticas é a realização do diagnóstico da Unidade de Produção Familiar (UFP). A metodologia prevista é a aplicação de um questionário, com modelo de formulário fornecido pelo MDA. As instituições executoras avaliaram que o formulário é longo, e que o cronograma estabelecido no contrato é inexecutável por excesso de diagnósticos em curto período de tempo (ENTREVISTADO DO MMT).

Segundo entrevistados, “os formulários de diagnóstico são mal formatados, com repetições de dados, inadaptado às peculiaridades regionais e questões sem sentido prático”. Em alguns casos, a instituição já conhece e atuou na comunidade, mas a meta prevê a realização do diagnóstico e precisa ser cumprida para que entrem recursos financeiros na instituição, mesmo quando a expectativa e necessidade dos agricultores sejam outras, conforme avalia o entrevistado do Centro de Capacitação Zumbi dos Palmares:

A gente prestava assistência técnica no município de Atalaia, em um assentamento que passou um ano e três meses esperando o projeto de ATER ser aprovado para poder reiniciar os trabalhos e eles terem acesso ao fomento. Antes era ATES, quando isso aconteceu às metas eram: seleção e mobilização de famílias; diagnóstico (...) etc. Só que as famílias não entendem dessa forma, não é tão fechadinho assim. Os diagnósticos são importantes, mas esses agricultores passaram um ano e três meses esperando um crédito. Mesmo a instituição já tendo atuando antes nessa comunidade era necessário fazer os diagnósticos porque a meta pedia que fizesse (ENTREVISTADO DO CENTRO DE CAPACITAÇÃO ZUMBI DOS PALMARES).

Nas atividades coletivas, estão previstas nas Chamadas reuniões e cursos. Em algumas chamadas, aparecem também dias de campo. Todas essas atividades são divulgadas no edital, com tempo e recurso financeiro definido, sendo que elas nem sempre representam demandas legítimas dos agricultores. Tal discrepância entre demanda real da comunidade e ação prevista de atividades individuais e coletivas nas Chamadas amplia os gastos e requer maior desgaste do técnico para realizar a atividade, podendo provocar desgaste na ação do técnico pela desconexão entre o que se necessita e o que está no papel. A necessidade de homogeneização das ações nunca poderá atender às demandas específicas de cada comunidade.

O acordo que fazemos com as famílias é: precisamos atender às necessidades de vocês, mas deixando claro que precisamos também cumprir as metas. A meta é meio uma, e a demanda outra. Então os técnicos negociam com as famílias, vocês aceitam discutir as duas coisas hoje? Na maioria das vezes eles aceitam então a gente discute o que é emergencial e depois discute aquilo o que é a meta. Ultrapassa o tempo que a meta previa no trabalho, requer mais material, etc. (ENTREVISTADO DO CENTRO DE CAPACITAÇÃO ZUMBI DOS PALMARES).

Outro grande problema analisado durante a execução dos projetos são os sistemas informatizados oferecidos pelo MDA, para o monitoramento das ações (SIATER) e para a estruturação do banco de dados (SIG@LIVRE). São sistemas ultrapassados, de difícil operacionalização, lentos e pouco interativos. É preciso melhorar os sistemas de informatização de acompanhamento e avaliação, visando sua agilidade e racionalidade, transformando-o em instrumento de larga e fácil utilização pelas entidades executoras (ENTREVISTADO ASSOCENE).

As instituições entrevistadas estão preocupadas em criar sistemas próprios de cadastramento (dos Agricultores Familiares beneficiários), monitoramento e avaliação das suas atividades, visto que os sistemas disponíveis pelo MDA não geram informações básicas necessárias à instituição, como, por exemplo, o número de homens e mulheres atendidos, entre outros dados.

Os achados dessa pesquisa caminham na mesma direção do que afirmou Caporal (2014, p. 43): “Muitos problemas – como a burocracia, a não liberação de recursos nas épocas necessárias ou o atraso na liberação de recursos – que a Lei se propunha a resolver continuam presentes, senão agravados”. Percebe-se que as dinâmicas pós-contratos estão se dando de forma problemática devido às exigências das chamadas e às precárias condições em atendê-las, tanto por parte das entidades executoras quanto pelo próprio MDA e sua delegacia no estado.

Segundo os entrevistados, há um reconhecimento de que a Lei de ATER tem contribuído no que se refere à orientação para qualificação dos serviços. Entretanto, as contribuições no campo da efetividade das ações, no caso de Alagoas, ainda são pouco expressivas, como mostrou os dados dessa pesquisa. Segundo Caporal (2014, p.45): “Trata-se, entretanto, de uma política que merece ser avaliada com cuidado, pois é a primeira vez que o Brasil tem uma política de extensão rural instituída por força de Lei”.

De acordo com o entrevistado do Conselho Estadual de Desenvolvimento da Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Cedafra), ainda não é possível avaliar se houve contribuições efetivas da Lei, no caso de Alagoas. A percepção inicial deste entrevistado é de que essa Lei ainda tem baixa eficácia, porque não consegue tirar do papel o Art. 2º: (I - “Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER: serviço de educação não formal, de caráter continuado”) e o Art. 3º, onde são princípios da Pnater: (II - “gratuidade, qualidade e acessibilidade aos serviços de assistência técnica e extensão rural.”), tendo em vista que as observações iniciais apontam para a descontinuidade e precária acessibilidade por parte dos beneficiários.

Observando estes achados, à luz da Lei nº 12.188, verifica-se que existe um contrassenso, quando é dito que o serviço é continuado e de educação. Os serviços de ATER através das chamadas públicas não estão cumprindo os princípios, as diretrizes e os objetivos expostos em seus mandatos. As Chamadas Públicas, neste formato, são desconectadas da realidade para o desenvolvimento agrário e agrícola, e não atendem as demandas dos beneficiários e suas representações.

Do que é concebido na Lei de ATER, apontando para outro padrão de desenvolvimento, com base em processos educativos e agriculturas de base ecológica para o desenvolvimento sustentável, pouco se vislumbra nas chamadas de ATER. As ações extensionistas estão fundamentalmente centradas nos aspectos produtivistas, não havendo espaço para processos educativos. Os aspectos culturais, locais e individuais também não são considerados.

Segundo o entrevistado do Movimento Sem Terra (MST), a Lei de ATER definiu as políticas e os programas, o que foi positivo na observação do mesmo. Porém, possui muitas falhas que precisam ser melhoradas. Uma delas é a necessidade de interligação entre as demandas reais dos agricultores e o serviço de

ATER. O Movimento avalia que “a ATER precisa ser planejada a partir das dificuldades de cada região e não uma coisa única brasileira”.

Algumas instituições consideraram um equívoco, na forma de contratação, o estabelecimento das mesmas exigências para organizações executoras diferentes (poder público, iniciativa privada e entidades da sociedade civil), e que as mesmas estão em condições desiguais de estruturação e de participação. Sobre isso, o entrevistado da Assocene afirma o seguinte:

Outro aspecto, também desfavorável, é o próprio formato das chamadas públicas para prestação dos serviços ao colocar no mesmo *ranking* de disputa o poder público, a iniciativa privada e as organizações da sociedade civil, esta última em franca desvantagem, embora, reconhecidamente promotoras de inovações metodológicas nos serviços de ATER.

Na mesma perspectiva, é criticado o rigor do processo de padronização dos serviços para grupos sociais com especificidades diferentes (assentados, quilombolas, indígenas, ribeirinhos, mulheres etc.). São impostos procedimentos padrões que têm contribuído sobremaneira para o “engessamento” do princípio estabelecido na Lei sobre a “adoção de metodologias participativas”. Isto tem limitado a qualificação dos serviços, dificultado a inovação metodológica e a criatividade das ações de campo. Mesmo em condições de igualdade é preciso reconhecer as especificidades. Nem todos os grupos de mulheres ou de quilombolas possuem a mesma demanda, outras questões precisam ser consideradas, como, por exemplo, as diferenças regionais. Segundo o entrevistado da FETAG, as “Chamadas de ATER não resolvem os nossos problemas relacionados à diversidade do público da agricultura familiar em Alagoas”.

Um dos pontos centrais nesse debate da Lei é a questão das metas, analisadas por um lado, como aspecto positivo pela possibilidade de mensurar e quantificar se o serviço atingiu o objetivo fim ou não. Entretanto, torna-se alvo de muitas críticas, porque ao mesmo tempo em que possibilitam a mensuração, engessam um serviço que deveria ser amplo e dinâmico. As metas prevêm quantidade e tempo de cada atividade: se algum agricultor apresentar uma demanda que extrapole o número de visitas estabelecido, e se o técnico desejar atender deverá fazê-lo como trabalho extra. A instituição não é obrigada a fazer mais do que está previsto no projeto.

As chamadas deveriam ser mais flexibilizadas de modo que permitissem a formação conjunta das metas pelas partes envolvidas. O mundo rural é dinâmico, uma série de acontecimentos pode mudar o percurso da ação. É preciso que exista uma carga horária livre para o planejamento das atividades com a comunidade, para que em cima da realidade seja possível fazer uma atuação dentro das demandas existentes (ENTREVISTADO DO CENTRO DE CAPACITAÇÃO ZUMBI DOS PALMARES).

O caminho percorrido pela maior parte das instituições entrevistadas foi aliar metas cobradas pelas chamadas com as demandas dos agricultores. Dessa forma, poderiam ofertar um trabalho com melhor qualidade, mesmo que isso implique em ampliação dos custos e de tempo. Todavia, se uma instituição contratada somente cumprir as metas, assinar ateste e finalizar, sem levar em conta outras questões, ela cumpriu exatamente o papel para o qual assinou contrato. E não há nada que desabone tal procedimento. Segundo o entrevistado da Zumbi dos Palmares, “as chamadas não estão preocupadas com as demandas urgentes das vidas das pessoas”.

O estudo também identificou que o governo de Alagoas não tem contribuído efetivamente para fazer qualquer mudança que garanta bem-estar para os agricultores. As secretarias de estado passam por dificuldades para a captação de recursos federais e beiram a incapacidade nas execuções. O entrevistado do Cedafra afirma o seguinte:

A ATER estatal ainda não se firmou como uma ferramenta importante para a agricultura. Não foi realizado concurso público para contratar profissionais, e por isso não há técnicos suficientes para as demandas do estado. O regime usado, ainda hoje, para o escasso quadro existente, é o de bolsistas. Com limite de tempo do trabalho, os quadros são trocados e a credibilidade no serviço fica cada vez mais comprometida (ENTREVISTADO DO CEDAFRA).

Segundo a entrevistada da DFDA, não há empenho do governo do estado em promover a agricultura familiar alagoana, haja vista a estrutura e o ordenamento de despesa destinada ao setor que trata desse segmento no estado.

Aos agricultores de Alagoas são negados seus direitos de acesso a bens e serviços, o que é trágico, porque está se fechando um ciclo onde houve um apoio nas políticas sociais, um volume maior de recursos, um período de crescimento no país e quando se observa o estado de Alagoas, praticamente não se aproveitou quase nada disso. A pergunta é: Quando é que Alagoas vai colocar alguma política social de pé, se conseguiu perder o bonde de uma década de expansão onde as políticas públicas foram valorizadas? (ENTREVISTADA DFDA).

Segundo as entrevistas com representantes do Cedafra, FETAG e o MST, pode-se concluir que, para efetivação das ações de ATER: I - urge que o Estado tenha um plano, um projeto de desenvolvimento agrário e agrícola para o meio rural; II - assegure aos beneficiários da Lei o serviço estatal contínuo, e que o serviço não estatal dê conta dos objetivos explicitados em seus estatutos; III - que o CEDAFRA cumpra seu papel principal, que é tratar do desenvolvimento agrário e agrícola do estado.

Por outro lado, segundo entrevistada da entidade estatal, avaliou-se que o Governo Federal contribuiu, através de convênios, para a estruturação do serviço (carros, computadores, etc.), mas o estado de Alagoas não fez sua contrapartida, ou seja, contratar as pessoas, o que também comprometeu a execução das chamadas públicas de ATER e sua execução.

O Governo Federal tem contribuições importantes, mas estas não são efetivadas em Alagoas porque, com o serviço de ATER precário, uma parte dessa demanda deixou de ser cumprida. Como as ONGs são em número pequeno e com um número insuficiente de quadros, o serviço termina por não ficar a contento. As políticas públicas existem, são importantes, mas estão comprometidas: não existe vontade política do governo do estado para executá-las.

Na avaliação das entidades privadas, o apoio do Governo Federal se restringe às Chamadas Públicas. As instituições analisaram que há uma ausência da convivência institucional desse setor, restringindo-se ao campo burocrático. A convivência com o MDA é relacionada aos contratos, mas poderia ser mais ampla, com condições de discutir processos de capacitação, formação e metodologias. As

instituições executoras alegam que não se sentem como atores de uma política do MDA, participando apenas como contratados.

Com relação a atuação dos órgãos federais no estado, recomenda-se a integração desses órgãos (DFDA-AL, Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA-AL, Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Paraíba - Codevasf, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, entre outros) para evitar sobreposição de atividades e desconexão das políticas públicas. Essa medida traria melhores condições de contribuições das ações federais.

Pelo que se encontrou nesta pesquisa, sobre a execução dos projetos de ATER, à luz das proposições realizadas pelos entrevistados, recomenda-se: a) viabilização de condições efetivas para o atendimento às demandas por emissão de Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP) e Número de Identificação Social (NIS), ou reavaliação da necessidade da DAP para acessar o serviço; b) intervenção e (re)formatação dos sistemas informatizados, que possibilitem a confecção de relatórios técnicos por parte das entidades executoras e o controle social da execução dessa política; c) estabelecimento de fluxos permanentes e padrões para prestação de contas, análise, aprovação e liberação dos recursos; d) condições estruturais na DFDA para executar essas tarefas; e) flexibilidade na padronização de atividades para adequação metodológica à realidade das comunidades atendidas; e) criação de indicadores qualitativos - e não meramente quantitativos - na avaliação dos projetos executados; f) ampla divulgação das políticas e dos programas, o que facilitaria o acesso e a execução; e, g) uma atuação mais presente da delegacia, em Alagoas, junto às entidades executoras.

O apelo dos representantes dos agricultores familiares é que, mesmo com esse modelo cheio de contradições que está posto,

É preciso às instituições se desafiar e se capacitar, para que a assistência técnica seja de fato uma prestação de serviço de qualidade. E possam deixar algo de concreto nas áreas. É preciso difundir o diálogo sobre a agroecologia e sobre os modelos de produção que temos no nosso país, para que essas áreas assessoradas se tornem em possibilidade de enfrentamento desse poder. Que possam produzir de forma diversificada e com qualidade, para mostrar para a sociedade que de fato existe outra proposta, não somente a do agronegócio (ENTREVISTADO DO MST).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante os achados desta pesquisa, evidenciou-se que o descaso do serviço de ATER para com os agricultores alagoanos persiste ao longo do tempo e resiste às propostas operacionais da Lei 12.188 de 2010.

As promessas da Lei e dos seus gestores parecem vazias ao analisar o percentual de exclusão de 96% dos agricultores familiares dessa política de ATER, via Chamadas Públicas, que é o principal instrumento de acessibilidade a esse serviço, haja vistas a escassez, precariedade e, por vezes, inexistência do serviço de ATER municipal em Alagoas. Se for considerado que a ATER colabora no processo de articulação e acesso dos agricultores a outras políticas públicas (sociais, produção, comercialização, infraestrutura), na falta de ATER a exclusão das

famílias agricultoras de outras políticas públicas toma proporções ainda mais devastadoras.

A acessibilidade de apenas 4% dos agricultores familiares do estado aos serviços de ATER, através das Chamadas Públicas, coloca em xeque o artigo 3º da Lei, onde o legislador assegura a garantia de gratuidade, qualidade e acessibilidade. Ou seja, a Lei não melhorou a acessibilidade e a qualidade da extensão rural em Alagoas. Obviamente esse fato se deve a uma série de situações, como foi analisado no trabalho.

Esta pesquisa possibilitou um maior entendimento sobre o modo de operacionalização das Chamadas Públicas e seus principais problemas. Permitiu identificar, também, algumas recomendações realizadas pelos atores envolvidos na temática, no estado de Alagoas, que, se consideradas pelos gestores públicos, podem colaborar para a melhoria do serviço realizado junto aos beneficiários. Segundo se identificou nesta pesquisa, o instrumento utilizado pelo MDA, as Chamadas Públicas, carece de sérias e profundas melhorias, sendo fundamental avaliar se os instrumentos utilizados até agora têm sido satisfatórios para cumprir os princípios estabelecidos durante a concepção da Política de ATER em 2010.

E, por fim, possibilitou a constatação da fragilidade que esse Estado experimentou (e ainda experimenta) nas últimas décadas a respeito do serviço de ATER, de modo que os novos instrumentos implementados pela Lei de ATER não contribuíram para minimizá-lo. Para isso, entende-se que é fundamental o comprometimento dos governos Federal e Estadual às demandas da Agricultura Familiar em Alagoas.

6. REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília: MDA, 2004.

BRASIL. MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário **Lei no 12.188, de 11 de janeiro de 2010**. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária–PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – Pronater, altera a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. Brasília, 2010.

BONNAL, P.; KATO, K. O processo contemporâneo de territorialização de políticas e ações públicas no meio rural brasileiro. In: LEITE, S. P. et al. **Políticas públicas atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil**. Brasília: IICA, 2011. (série desenvolvimento sustentável; v. 4).

CAPORAL, F. R. Extensão rural como política pública: a difícil tarefa de avaliar. In: SAMBUICHI, R. H. R. et al. **Políticas agroambientais e sustentabilidade: desafios, oportunidades e lições aprendidas**. Brasília: Ipea, 2014. p. 273.

_____. **Lei de ATER: exclusão da agroecologia e outras armadilhas - Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável - set./dez.2011**.

_____. Política Nacional de Ater: primeiros passos de sua implementação e alguns obstáculos e desafios a serem superados. In: RAMOS, L.; TAVARES, J. (Orgs.).

Assistência técnica e extensão rural: construindo o conhecimento agroecológico. Manaus: Bagaço, 2006. p. 9-34.

_____. Bases para uma nova ATER pública. **Extensão Rural**, Santa Maria, n. 10, jan./dez., 2003.

DIAS, M. M. Políticas públicas de extensão rural e inovações conceituais: limites e potencialidades. **Perspectivas em políticas públicas**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 101-114, jan./jun. 2008.

DIESEL, V; DIAS, M. M; NEUMANN, P. S. Pnater (2004-2014): da concepção à materialização. In: GRISA, C., SCHNEIDER, S. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

DINIZ, P. C.; TAVARES, J. L.; ALMEIDA, A. **Chamadas públicas de ATER:** primeiras reflexões. Recife: UFRPE. 2011. p. 16.

FLEXOR, G.; LEITE, S. P. Políticas públicas: coletânea. SARAVIA, E.; FERRAREZI, E.. Análise de políticas públicas: breves considerações teóricas-metodológicas. Brasília: ENAP, 2006. v. 2.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**, 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário:** agricultura familiar primeiros resultados. IBGE: Rio de Janeiro, 2006, p. 1-267. (Versão digital).

LIRA, S. L. S.; **Alagoas 2003-2013**. Série: Estudos estados brasileiros. Editora Fundação Perseu Abramo. Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br.pdf>>. Acesso em: 25/03/2014.

MDA. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/mda>>. Acesso em: 30/05/2014.

MDA – SAF. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/safmda>>. Acesso em: 30 mai. 2014.

MATTEI, L.; **Institucionalidade e protagonismo político:** os 10 anos do CONDRAF. Brasília/ DF, 2010.

PRADO, E. Fundamentos teóricos e prática extensionista. **Cadernos Técnicos de Veterinária e Zootecnia**, Belo Horizonte, 2006.

RUA, M. G. **Análise de políticas públicas: conceitos básicos**. Rio de Janeiro, 2005. Curso de Aperfeiçoamento em Agroecologia. REDCAPA – Rede de Instituições Vinculadas à Capacitação em Economia e Política Agrícola da América Latina e Caribe.

TEIXEIRA, G. (2009). **A proposta de Assistência Técnica Pública e Gratuita para Agricultores Familiares e Assentados** – Projeto de Lei nº 5.665, de 2009, do Poder Executivo: uma análise dos aspectos gerais. Brasília, 2009. (mimeo).

VASCONCELOS, E. M. **Complexidade e pesquisa interdisciplinar**: epistemologia e metodologia operativa. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL COOPERATIVA: O DEPARTAMENTO DE CAMPO DE UMA COOPERATIVA AGROPECUÁRIA EM MINAS GERAIS¹

Renata Rauta Petarly²
Welison Portugal de Souza³

RESUMO

O objetivo deste trabalho é descrever a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) em uma cooperativa agropecuária e qual é o perfil dos profissionais por ela responsáveis, questionando-se como esta atividade contribui com a complexidade dos aspectos associativos e empresariais na gestão cooperativa. Por serem organizações que precisam se adequar às exigências do mercado da mesma forma que valorizam e promovem o desenvolvimento de seus cooperados, elas necessitariam de um corpo técnico que articule o duplo foco de sua gestão e se encarregue de executar ações de promoção socioeconômica. A pesquisa exploratória-descritiva foi um estudo de caso realizada na Cooperativa Agropecuária de Patrocínio, em Minas Gerais e foram entrevistados todos os seus agentes de ATER. Concluiu-se que se pode definir uma ATER Cooperativa que integra atividades voltadas para oferecer orientações aos cooperados no que diz respeito à melhoria no resultado de seu trabalho e condições de vida no meio rural, complementando-se também com ações de educação cooperativista que promovam a participação social e econômica dos cooperados, contribuindo para uma mais eficiente articulação socioeconômica.

Palavras-chave: Cooperativas agropecuárias, extensão rural, perfil profissional.

TECHNICAL ASSISTANCE AND EXTENSION RURAL COOPERATIVE: THE DEPARTMENT OF FIELD OF AN AGRICULTURAL COOPERATIVE IN MINAS GERAIS

ABSTRACT

The objective of this study is to describe how it performs Technical Assistance and Rural Extension (ATER) The aim of this study is to describe the Technical Assistance and Rural Extension (ATER) in an agricultural cooperative and what is the profile of the professionals responsible for it, is questioning how this activity contributes to the complexity of associations and business aspects of cooperative management. Being

¹Esse artigo é parte de pesquisa financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

²Graduada em Gestão de Cooperativas (UFV). Mestre em Extensão Rural (UFV). Professora Assistente da Universidade Federal do Tocantins (UFT). E-mail: renatapetarly@uft.edu.br

³Graduado em Gestão de Cooperativas (UFT). Professor Substituto da Universidade Federal do Tocantins (UFT). E-mail: welison_portugal@hotmail.com

organizations that need to comply with market requirements in the same way that value and promote the development of their members, they would need a technical body that coordinates the dual focus of its management and is responsible for implementing socio-economic promotion activities. The exploratory and descriptive research was a case study carried out in the Agricultural Cooperative Sponsorship in Minas Gerais and were interviewed all their ATER agents. It was concluded that one can define a Cooperative ATER integrating activities aimed to provide guidance to the cooperative as regards the improvement in the results of their work and living conditions in rural areas, also complementing with cooperative education activities that promote social and economic participation of members, contributing to a more efficient socioeconomic joint.

Keywords: Agricultural cooperatives, professional profile, rural extension.

1. ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL COOPERATIVA

A partir dos diversos estudos relacionados à extensão rural e às organizações cooperativas agropecuárias, fazemos uma série de questionamentos referentes ao serviço de assistência técnica e extensão rural (ATER) prestado pelas cooperativas. Se as cooperativas se inserem no sistema agroalimentar da mesma forma que outras empresas altamente competitivas, deveriam elas exigir apenas o aumento produtivo dos seus cooperados? Ou, como são empreendimentos coletivos, dever-se-ia permitir que cada cooperado produzisse da forma e com a qualidade que lhe convir? Os custos realizados para a comunicação e a participação dos cooperados podem ser reduzidos sem reflexos negativos no faturamento das cooperativas agropecuárias? O departamento técnico é apenas um setor de assistência ao cooperado, sem grande importância para a cooperativa, possibilitando apenas o aumento das vendas do setor de agroveterinária, ou se reveste de alguma maior importância no faturamento final da organização? Ela só atende questões produtivas dos associados ou também potencializa e articula as gestões social e empresarial? Apesar de não serem respondidas em sua totalidade neste artigo, essas questões foram cruciais nas reflexões que direcionaram a pesquisa. Com o intuito de delimitar as discussões aqui apresentadas, o objetivo deste trabalho é descrever como se dá a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) executada por uma cooperativa agropecuária e qual é o perfil dos profissionais por ela responsáveis, questionando-se como esse serviço contribui com a complexidade que significa responder às exigências dos aspectos associativos e empresariais na gestão cooperativa.

Se as organizações cooperativas são entidades que possibilitam a inserção de produtores rurais de forma diferente nas cadeias de valor do sistema agroalimentar, é esperado que essas organizações atuem de maneira diversa das outras empresas (como as sociedades anônimas, por exemplo) orientando-se segundo a doutrina cooperativista. Para isso, é necessário que a rotina de funcionamento interno dessas cooperativas procure, no decorrer de suas atividades, articular a gestão empresarial com a gestão social, de modo a alcançar sua proposta de desenvolvimento. Isso significa dizer que as ações executadas, pautando o rendimento econômico e financeiro da organização, só alcançarão o sucesso esperado, caso esse sucesso seja também o alicerce do sucesso dos seus cooperados. Barasuol et al.(2015) afirmam ainda que “a existência da identidade cooperativa se dá por suas características singulares, que exige o equilíbrio entre as dimensões, econômica, social e ambiental. Esses aspectos não podem ser

ignorados, pois só haverá uma identidade cooperativa se essas três dimensões forem respeitadas” (BARASUOL et al., 2015, p. 6). Dessa forma, e para que isso ocorra, é preciso que a organização mantenha um diálogo ativo e articulado com os seus cooperados a fim de compreender, a todo o momento, os seus reais anseios e necessidades.

As ações de ATER, por sua vez, precisam receber atenção especial neste contexto, já que constituem o canal mais próximo entre a cooperativa e a propriedade do cooperado. Como os agentes de ATER geralmente estão em contato direto com as propriedades rurais visitando-as periodicamente, o processo de diálogo estabelecido pode ser significativamente maior que com os outros setores da cooperativa, caracterizando esses agentes, muitas vezes, como os operacionalizadores das ações de educação cooperativista dessas cooperativas. Além disso, durante suas intervenções, embora possam não ser conscientes disso, esses profissionais carregam consigo o poder instituído pela organização que representam. O profissional torna-se, assim, o representante da cooperativa, ficando responsável por propagar a filosofia e a cultura específicas da organização e de promover os objetivos por ela estabelecidos. O agente de ATER passa a ser porta-voz de um poder institucional que deve ser executado da maneira que a instituição espera que ela seja⁴.

Ao mesmo tempo, também é necessário que a comunidade reconheça, nesse representante, o poder instituído pela organização. “A eficácia simbólica das palavras se exerce apenas na medida em que a pessoa-alvo reconhece quem a exerce como podendo exercê-la de direito” (BOURDIEU, 1996, p. 95). Na medida em que esse profissional é reconhecido como funcionário da cooperativa, esse mecanismo é acionado.

Como reflexo de uma instituição sendo representada, os produtores e as comunidades rurais percebem no agente de ATER alguém que pode contribuir para a mudança social que o local almeja. No caso das cooperativas, a proximidade estabelecida entre o departamento técnico e os produtores, faz com que eles busquem resolver problemas que não fazem (ou não fariam) parte do escopo de sua atuação, como por exemplo, atuar na reivindicação de melhoria de estradas junto ao poder público. Algumas vezes, da mesma forma como refletido por Clifford Geertz em *Nova Luz sobre a Antropologia* (2001), o profissional deve manter um determinado afastamento e deixar explícito seus interesses e sua forma de agir para não gerar expectativas frustradas no grupo com o qual trabalha. Nas cooperativas agropecuárias isso parece mais recorrente, já que os produtores rurais, ao mesmo tempo em que são clientes dos serviços oferecidos, também são donos da organização que oferece esse serviço. Ou seja, os cooperados seriam simultaneamente clientes e patrões dos técnicos.

Outra característica específica da ATER Cooperativa é a relação de proximidade e confiança estabelecida entre os técnicos e os produtores rurais. A principal diferença entre as outras organizações é que, como nas organizações cooperativas, os cooperados além de proprietários também são os clientes e fornecedores dos serviços da cooperativa, o trabalho desenvolvido pelos agentes de ATER, além de garantir resultados técnicos produtivos favoráveis, pode também

⁴Nas cooperativas os sujeitos responsáveis por fazer o papel de seus representantes perante a organização e a sociedade são os diretores eleitos para tal função. No entanto, nas cooperativas com elevado número de cooperados, o contato direto entre cooperado-diretoria tende a ser dificultado. Por mais que não seja o ideal, funcionários da cooperativa acabam fazendo essa ponte e assumindo um papel que, de antemão, não lhes caberia.

contribuir no processo de fidelização dos cooperados à cooperativa, fortalecendo assim, a face de empresa econômica presente nesse modelo de organização.

Os cooperados, dessa forma, participariam mais da organização ao notar que suas opiniões e contribuições são valorizadas pela gestão da cooperativa. Para que isso ocorra, além das assembleias gerais, as cooperativas possuem estruturas como a Organização do Quadro Social (OQS) e as pré-assembleias nas comunidades rurais. A efetividade da participação dos cooperados deve se dar não apenas nessas instâncias de participação social, mas por meio de relações de confiança que garantam que eles direcionem toda a sua produção para a organização da qual são donos, ou seja, fomentem confiança e participação econômica. Isso só acontece quando há relação de confiança e de reciprocidade entre indivíduo e organização, estabelecida previamente ou simultaneamente ao processo econômico.

No entanto, a relação de confiança dentro dessa organização não se cria apenas a partir de troca de informações, ela é proveniente de várias fontes diferentes (LEVI, 1998) e é necessário que seja criada e reforçada pelas densas redes horizontais ligadas a essa sociedade. Essas redes horizontais são estabelecidas quando os funcionários da cooperativa, os agentes de ATER, por exemplo, se colocam numa posição de parceria e de construção conjunta das ações a serem desenvolvidas, como o que se pretende nas reuniões de OQS ou nas pré-assembleias. Assim, ao invés de estabelecer uma relação com base numa extensão rural difusionista, baseada numa abordagem diretiva, ela se direciona pela abordagem interativa, na qual ambos, cooperados e técnicos, e não apenas o técnico, são vistos como nós dessa rede de construção de parcerias e de projetos a serem desenvolvidos conjuntamente.

Esse exercício constante de construção da confiança pode possibilitar ganhos constantes dentro da organização, visto que a participação política e econômica dos cooperados tenderia a aumentar a partir da ideia de um círculo virtuoso de confiança. Por outro lado, o efeito negativo de uma relação pode levar à perda da confiança estabelecida, criando um círculo vicioso que prejudicaria o trabalho.

Com o diálogo estabelecido entre os agentes de ATER da cooperativa e os cooperados, as orientações na produção podem ser feitas a partir das demandas reais dos produtores e as receitas agrônomicas/veterinárias elaboradas sem a menção das marcas dos produtos a serem adquiridos, mas com os seus compostos. Assim, os cooperados teriam a oportunidade de comprar o produto onde consigam melhor preço ou condições para pagamento. Essas compras muitas vezes são realizadas nas lojas agroveterinárias da cooperativa que, seria de esperar, oferecem melhores condições de pagamento aos cooperados. No entanto, para garantir esse benefício, às vezes, é necessário o aumento do preço do produto, o que torna inviável para alguns cooperados fazerem pequenas aquisições com pagamento à vista, obrigando a contar com outras opções de pagamento. Para criar essas condições, os conhecimentos dos técnicos e o relacionamento da cooperativa com seus associados são fundamentais para se chegar a soluções adequadas para todas as partes.

Outra diferença no trabalho do departamento técnico das cooperativas deveria estar no direcionamento do olhar do técnico, que não deveria estar voltado apenas para as lavouras ou para o gado (ou a cultura específica daquela propriedade). O trabalho de campo deveria ser realizado observando a propriedade de maneira sistêmica, integrando a diversificação da produção, a gestão da propriedade, a qualidade de vida e a saúde da família, assim como a adequação às legislações vigentes etc.

Os agentes de ATER também se responsabilizam, nas cooperativas, por organizar a oferta da produção dos cooperados a ser entregue para a cooperativa, assessoram a gerência no que diz respeito à comercialização de produtos nas lojas agroveterinárias se baseando nos seus cálculos sobre a demanda de insumos a serem adquiridos pelos cooperados, por exemplo. Para isso, é preciso que haja um canal direto de comunicação entre o departamento técnico e o departamento comercial da cooperativa. A partir da situação produtiva e da sazonalidade da produção, os agentes de ATER podem mensurar os insumos que os cooperados precisarão num futuro próximo, para que o departamento comercial possa adquiri-los de maneira planejada e garantir melhores condições de compra para os cooperados. Os agentes de ATER estão em condições de contribuir também na articulação entre o que é produzido pelos cooperados e a demanda dos mercados, podendo assim, melhorar a competitividade da organização em relação aos seus concorrentes.

A definição do foco de direcionamento do trabalho de ATER deveria ser construída a partir da concepção de desenvolvimento que a organização prestadora desse serviço tem para si. É essa concepção que deveria direcionar as ações (e inclusive a postura) dos técnicos no campo. As próprias tecnologias têm implícitas em si próprias, uma determinada compreensão do mundo que tentam responder.

É importante ressaltar que não é possível estabelecer um padrão de ações que deve ou não ser desenvolvido por todas as cooperativas, porque cada uma tem suas especificidades. Por mais semelhanças que hajam entre as organizações (em virtude da doutrina cooperativista que as orienta), como são organizações formadas por conjuntos específicos de pessoas, precisam respeitar as singularidades do coletivo que as constitui. Como as organizações cooperativas possuem uma premissa de que todas as ações realizadas não devem ser focadas apenas no seu desenvolvimento, mas também no desenvolvimento individual dos seus cooperados, essa dupla natureza cooperativa configura-se como “duas faces de uma mesma moeda”⁵. Do contrário, é possível que essas ações não tenham sucesso.

Essa dupla natureza direciona, inclusive, o modelo de ATER a ser implantado pela cooperativa e o caráter da atuação desses agentes, dos quais se espera a complementação das ações de assistência técnica com as de extensão rural. Como as cooperativas precisam agir em mercados cada vez mais competitivos e exigentes, o padrão de qualidade dos produtos por ela ofertados necessita ser adequado a essa realidade. No entanto, como a cooperativa não deve ser um fim em si mesmo, também os mercados em que atua devem ser adequados à realidade dos seus cooperados. Ao invés de transformar os produtores em escravos da produção agropecuária, espera-se que o trabalho dos agentes de ATER facilite essa relação, contribuindo para aperfeiçoar a relação entre a produção dos cooperados e os mercados da cooperativa.

Por tudo o que foi visto até agora, consideramos que as atividades de ATER podem ser consideradas um tipo específico de educação cooperativista, já que fazem parte dos processos que articulam a cooperativa e seus cooperados, incluindo-se nas atividades de capacitação produtiva as questões vinculadas à produção da forma anteriormente descrita. Essa talvez seja a razão que motiva 58% das cooperativas agropecuárias mineiras a financiarem as atividades de assistência técnica (agronômica ou veterinária) com os recursos do Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social - FATES (FERREIRA, 2009, p. 62).

Dado esse marco de atuação, é motivo de reflexão a formação acadêmica que esses agentes recebem nas universidades para atuarem no campo da ATER.

⁵Presno Amodeo (1999).

Esses profissionais são preparados para atuarem nesse ambiente cooperativo? Schmitz (2010) se utiliza do exposto por Riascos (2007) para demonstrar que o extensionista rural “é visto como educador e o trabalho de extensão é baseado principalmente no poder persuasivo da demonstração, compreendendo aspectos de extensão, psicologia educacional, sociologia rural, antropologia rural aplicada” (RIASCOS, 2007 apud SCHIMITZ, 2010, p. 120). Assim, o autor postula que se deve abordar o trabalho extensionista em uma perspectiva multidisciplinar, pautada numa atuação transdisciplinar. Essa dificuldade é enunciada pelo relatório final do Seminário Nacional de ATER realizado pelo MDA em 2008, onde as principais dificuldades apontadas pelos participantes do estado de MG, em relação ao eixo temático “Ação Extensionista – Perfil” foram: “pouco investimento das instituições e dos profissionais no desenvolvimento de habilidades compatíveis com os conhecimentos demandados para os agentes de extensão” e “a formação acadêmica é inadequada para a atuação dos profissionais na prática extensionista”.

Seriam esses profissionais formados para esse tipo de atuação ou apenas para “resolver” problemas técnicos produtivos? A necessidade dessa complementação da formação acadêmica é clara quando analisamos todas as influências e interesses externos (legislações, diretoria da cooperativa e cooperados, dentre outros) que os agentes de ATER devem articular para alcançar os objetivos do seu trabalho. E, ainda, é importante lembrar que o próprio agente de ATER é um ser social que possui seus próprios interesses e que veio de um processo de construção histórica e social que lhe confere padrões de atuação determinados por uma ética própria.

Ao enfrentar tal gama de interesses diversos, o profissional deve saber equilibrar esse jogo entre razão e emoção, entre exterioridade e interioridade e ter maturidade suficiente para não se prender a uma única compreensão de mundo. Geertz (2001) contribui ainda para as reflexões dos trabalhos de campo, lembrando que o profissional deve “reconhecer a tensão moral e a ambiguidade ética implícitas no encontro [entre técnico/produtor], e assim ser capaz de dissipá-la através das próprias ações e atitudes” (GEERTZ, 2001, p. 43). Assim, as intervenções também devem ser consideradas como um processo educativo, não só para o produtor, mas também para o agente de ATER.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esse artigo faz parte de uma dissertação de mestrado realizado entre 2011 e 2013. Trata-se de uma pesquisa descritiva que busca identificar, compreender e descrever determinada realidade. De acordo com Best (1972 apud MARCONI; LAKATOS, 2011), a pesquisa descritiva faz o delineamento do que acontece em determinada realidade. Descreve, analisa e interpreta um fenômeno atual.

Utilizou-se a fórmula estatística apresentada por Martins (1994) para determinar o tamanho da amostra de entrevistados em cada categoria: $1,96 \cdot 1,96 \cdot 0,5 \cdot 0,5 \cdot N / 0,05 \cdot (N-1) + 1,96 \cdot 0,5 \cdot 0,5$. No entanto, para este artigo, o público entrevistado foi a totalidade de 12 dos agentes de ATER da cooperativa.

Assim, foram realizadas entrevistas estruturadas que, segundo Marconi e Lakatos (2011), são aquelas em que o entrevistador segue um formulário previamente determinado e um plano estruturado a fim de alcançar os objetivos da pesquisa que realiza; e entrevistas semiestruturadas (com perguntas abertas e fechadas), na qual é possibilitado aos entrevistados discorrerem sobre o assunto de maneira livre sem, contudo, perder o foco do tema da entrevista (MINAYO, 2004).

A documentação da cooperativa também foi objeto de análise, com o intuito de elucidar-se a dinâmica das atividades da cooperativa e da sua estruturação

enquanto organização. Assim, optou-se pelos seguintes documentos: planejamento estratégico, estatuto social, atas de reuniões, regimento interno, relatório de atividades e jornais da cooperativa.

3. ANÁLISES E DISCUSSÕES

3.1. PERFIL DOS RESPONDENTES E DOS AGENTES DE ATER

Os agentes de ATER que participaram da pesquisa fazem parte do departamento técnico da cooperativa (10), da fábrica de rações e sais minerais (1) e do departamento de comunicação e marketing (1). Do total, apenas 2 (dois) agentes são do sexo feminino e 10 (dez) são do sexo masculino. Esses agentes são formados em Agronomia (7), Técnico em Agropecuária (3), Zootecnia (1) e em Gestão de Cooperativas (1). Desses, apenas 3 (três) possuem mais de 10 anos de atuação como técnicos de campo, os outros 9 (nove) agentes têm menor tempo de atuação. Segundo o tempo de trabalho na cooperativa, percebeu-se que 7 (sete) agentes têm menos de 3 anos e 5 (cinco) agentes com mais de 4 anos de contratados pela cooperativa. O alto número de contratações nos últimos anos faz com que a maior parte dos técnicos tenha pouco tempo de casa.

Nota-se que o departamento técnico da Cooperativa Agropecuária de Patrocínio (COOPA) é constituído por funcionários consideravelmente novos, com pouco tempo de atuação e formados há poucos anos. Basicamente, a formação acadêmica desses profissionais ocorreu num período em que a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) já estava sendo elaborada e implantada (a partir de 2003). Seria de esperar que isto direcionasse a sua atuação segundo uma lógica mais participativa, dialógica e de diversificação da produção, condizentes com os direcionamentos do programa, de acordo também com a perspectiva dos princípios cooperativistas.

Conforme o que foi percebido das atividades do departamento técnico da COOPA, temos uma determinada divisão de ações que podem ser classificadas de três maneiras distintas. Existem os agentes responsáveis apenas pelas questões técnicas e produtivas dos cooperados, oferecendo orientações individuais nos balcões de atendimento, sobre qual o melhor insumo a ser utilizado para otimizar a produção ou qual a quantidade de semente adquirir para a próxima safra. Esses agentes podem ser classificados como prestadores de assistência técnica, vinculados apenas à eficiência empresarial da cooperativa, visto que se direcionam apenas aos ganhos em qualidade e em escala da produção.

Ao mesmo tempo, a cooperativa também possui um “extensionista”⁶ responsável pela organização do quadro social e pelo trabalho de educação cooperativista. É ele quem discute com os cooperados as questões relacionadas ao dia a dia da cooperativa, sendo a ponte entre os órgãos diretivos e gerenciais e os cooperados. Ele é quem coordena as reuniões das comunidades cooperativistas e do comitê educativo; sua tarefa é promover a participação efetiva dos cooperados na avaliação e levantamento de demandas existentes na organização para que a cooperativa se planeje a fim de solucionar os problemas levantados. Ao invés de definir o que deve ser feito, dando respostas prontas, o profissional, nesse caso, é apenas um facilitador das discussões e interlocutor do diálogo entre diretoria e cooperado. Oferecendo cursos, oficinas, palestras e tirando as dúvidas dos cooperados, é possível que eles participem mais conscientemente das discussões

⁶Assim denominado por ela. Esse funcionário é vinculado ao departamento de comunicação e marketing da cooperativa.

relacionadas à cooperativa, promovendo efetivamente a gestão social da organização.

Este profissional, mesmo não sendo formado em cursos relacionados à produção agropecuária (como Agronomia, Zootecnia ou Medicina Veterinária), também é um extensionista, a partir das características presentes no conceito de extensão rural apresentados nas características do assessoramento em processos de solução de problemas (TRUSEN, 2004). Esse reconhecimento dado pela cooperativa, não só é adequado, teoricamente, como desafia o uso comum do termo geralmente vinculado a uma visão produtivista da ATER. Entre suas funções está a identificação dos entraves que os produtores enxergam na cooperativa e a tentativa de facilitar a sua superação.

A terceira forma de atuação das ações de ATER na COOPA diz respeito ao grupo de entrevistados que faz parte do departamento técnico e que é denominado pela cooperativa como “extensionista de campo”. Eles têm o desafio de, simultaneamente, promover a eficiência produtiva e garantir a fidelização do produtor cooperado à cooperativa. Como são os únicos profissionais que vão diretamente às propriedades realizando visitas e outras atividades fora da sede durante todo o tempo em que estão em serviço, eles representam a cooperativa na casa do produtor rural. Além dessas atividades, também participam de todas as reuniões das comunidades cooperativistas realizadas em suas regiões de atuação, oferecendo palestras técnicas para os grupos de produtores da região (cooperados ou não cooperados) e seus familiares. Juntamente com o agente responsável pela OQS, articulam com outras organizações para que sejam oferecidos cursos, dias de campo e palestras relacionadas com os temas demandados pelos participantes. Dessa forma, esses agentes executam tanto ações de assistência técnica convencional, quanto ações de extensão rural e atuam no desenvolvimento tanto social quanto empresarial da cooperativa.

É importante lembrar que esses agentes, em sua maioria, não possuem formação ou capacitação específica para trabalhar em cooperativas. Essa dificuldade é apresentada por eles quando ressaltam que é preciso se adaptar à nova forma de trabalho no decorrer do próprio trabalho. Esse problema poderia ser reduzido se a cooperativa oferecesse periodicamente cursos de capacitação em cooperativismo para seus novos colaboradores.

3.2. COMO O TRABALHO DE ATER É PERCEBIDO PELAS DIVERSAS INSTÂNCIAS ORGANIZACIONAIS

Para se discutir como o trabalho de ATER é operacionalizado na cooperativa, é importante compreender, em primeiro lugar, como os indivíduos envolvidos com essa atividade a percebem. Tal qual afirma Bourdieu (1996), os papéis são assumidos e as ações são executadas a partir das expectativas que são depositadas no indivíduo executor da ação. A partir daí, é possível tentar compreender como as divergências de opiniões podem gerar certos tipos de problemas enfrentados pela cooperativa ou podem trazer benefícios resultantes da atuação dos agentes. Foi questionado aos entrevistados a sua opinião sobre o porquê da cooperativa possuir um departamento técnico. As respostas foram agrupadas da forma apresentada pela Figura 1 abaixo.

Figura 1 – Respostas da pergunta: Por que a cooperativa tem um departamento técnico?



Fonte: Dados da pesquisa

Nota-se certa diferença de visões entre os cooperados (aqui divididos entre conselheiros e representantes do comitê educativo) e os funcionários (agentes de ATER). As categorias referentes a conceder suporte aos cooperados (“dar orientações/assistência”, “ajudar”) são provenientes dos cooperados que enxergam o trabalho do departamento técnico como crucial para o desenvolvimento da cooperativa. A resposta dada pelo representante 11 do comitê educativo é um exemplo dessa visão: “acho que é pra dar orientação pro cooperado. Se ele não produz direito, não produz bem, não tem como a cooperativa ganhar com isso. Os técnicos são a cooperativa ajudando a gente na fazenda”. Para eles, é o trabalho dos agentes de ATER que faz com que suas atividades produtivas sejam rentáveis e alcancem resultados satisfatórios. Esse resultado faz com que haja melhoria da qualidade e na quantidade dos produtos comercializados que eleva, conseqüentemente, o seu poder de negociação com o mercado. Assim se manifesta a compreensão de que a cooperativa só cresce quando os cooperados também crescem.

No entanto, ao se analisar as respostas dos cooperados representantes do comitê educativo, percebe-se uma visão dos produtores como receptores passivos de informações e de novas tecnologias, para os quais os agentes de ATER dão assistência, em forma de ajuda para que possam produzir com qualidade e em quantidade adequada. Por mais que a cooperativa e o departamento técnico priorizem a sua ATER numa abordagem interativa, essa visão dos representantes se caracteriza por uma abordagem diretiva e de transferência de tecnologia.

Ao mesmo tempo, como as opiniões refletem as condições do lugar de onde se fala, as respostas provenientes dos agentes de ATER condizem com a

representação de seu papel como uma ponte, no que diz respeito à comunicação entre cooperado-cooperativa e vice e versa. Esse ponto pode ser representado pela resposta dada pelo técnico 4: “pra levar assistência pro produtor. Pra acompanhar a produção dele e ajudar ele no que ele precisar. Pra ficar mais perto do cooperado e poder ter essa troca de informação entre a cooperativa e o produtor.” Nota-se que além de aumentar a produtividade das atividades produtivas dos cooperados, eles compreendem que o papel do departamento técnico vai muito além de resolver questões técnicas e produtivas. Eles assumem o papel de representantes da cooperativa na casa do cooperado, assumindo o papel de comunicadores de novas tecnologias e novidades da cooperativa, quando trazem para dentro da cooperativa os problemas enfrentados pelos cooperados, suas dúvidas e sugestões. Essa ideia coloca o agente de ATER e os próprios cooperados, no marco de uma abordagem interativa do processo de intervenção.

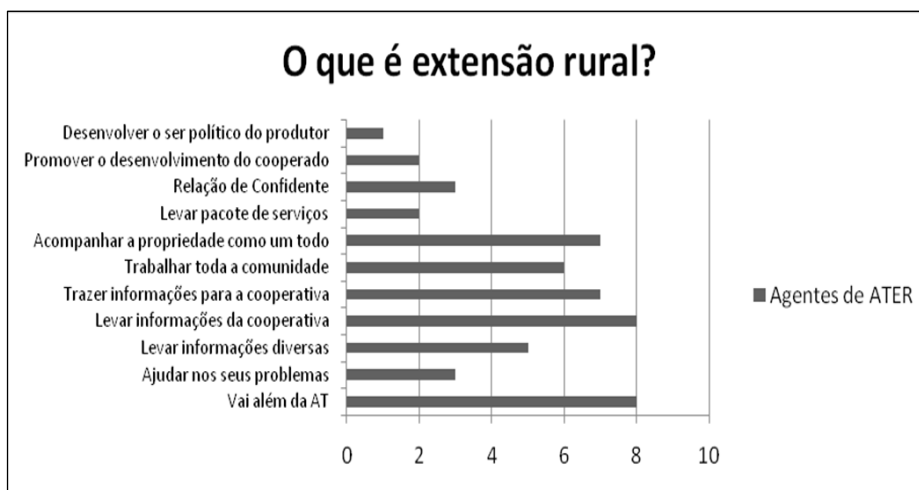
Essa diversificação nas respostas nos levou a questionar aos agentes de ATER qual era, na opinião deles, o conceito de assistência e de extensão rural. Importante ressaltar que a resposta era livre (portanto podiam responder utilizando vários conceitos) e que a pergunta sobre o conceito de extensão rural só era feita após a resposta sobre o conceito de assistência técnica. As respostas foram agrupadas a partir do critério de semelhança entre seus significados (Figuras 2 e 3).

Figura 2 – Respostas da pergunta: O que é Assistência Técnica?



Fonte: Dados da pesquisa

Figura 3 – Respostas da pergunta: O que é extensão rural?



Fonte: Dados da pesquisa

É possível perceber certa semelhança entre as respostas, o que condiz com a opção feita neste trabalho por tratar estes conceitos de forma conjunta (ao invés de separar assistência técnica de extensão rural, utilizar a expressão ATER) como apresentado oportunamente. A principal diferença existente na conceituação dos respondentes sobre as duas formas de atuação, é que a extensão rural também é vista como responsável por trabalhar com toda a comunidade na qual o produtor está inserido e a necessidade dos técnicos em trabalhar com os cooperados sua participação sociopolítica na cooperativa. A extensão rural, para eles, é a complementação das ações de troca de informações, de representação da cooperativa na casa do cooperado e orientação aos produtores em sua atividade produtiva, por meio do diálogo e do estabelecimento de uma relação de confiança entre as partes envolvidas no processo.

Uma crítica surge, quase sempre por parte dos técnicos, em relação à sua própria atuação. Ao dividir o número total de cooperados pelo número total de funcionários do departamento técnico (2.455/12), fica visível que é inviável a sua atuação da maneira como eles próprios acreditam que seja ideal. Não seria possível fazer um acompanhamento tão direto de toda a propriedade, inclusive de maneira preventiva, dado o alto número de atendimentos que precisa ser feito por cada técnico. Assim, eles acabam, muitas vezes, realizando “visitas técnicas” ao invés de oferecer serviços de ATER. Esse déficit é parcialmente sanado nas reuniões das comunidades cooperativistas. Como os agentes de ATER sempre estão presentes, é possível que o diálogo ocorra em mais de um momento além da própria visita técnica na propriedade do cooperado.

No entanto, não pode ser deixado de lado o caráter difusionista existente no discurso desses conceitos para os agentes de ATER. Nota-se que, tanto no que diz respeito ao papel do departamento técnico, quanto no significado que assistência técnica possui para eles, as ações são voltadas à transferência de tecnologia, ajudar os produtores rurais no que eles precisam, transmitindo o conhecimento de quem o possui para quem não o possui. Por mais que suas ações não se limitem a isso e seja reflexo das necessidades sentidas no campo, esse é um dado que não pode

ser deixado de lado ao se analisar a proposta de desenvolvimento que essa cooperativa tem para si. Essa característica é minimizada devido ao trabalho educativo e de comunicação proposto pela própria cooperativa, permitindo, assim, que se enquadrem numa abordagem interativa da ATER. Pela importância existente no trabalho de OQS para a cooperativa, também se optou por questioná-los (agentes de ATER, conselheiros de administração e representantes do comitê educativo) sobre o assunto.

3.3. POLÍTICAS DE ATER E AS ESTRATÉGIAS DE TRABALHO DOS AGENTES DE ATER

O departamento técnico da cooperativa não possui uma política de ATER definida, porém se pauta em direcionamentos emitidos pela diretoria atual. Realizam-se reuniões semanais de todos os funcionários com a diretoria para alinhamento das ações, repasses de informações sobre a cooperativa e o andamento das atividades no campo. Os agentes de ATER elaboram relatórios mensais que são acompanhados pela gestora do setor, que também é responsável por fazer a avaliação dos resultados do departamento. Nessas reuniões, também se definem o planejamento e as estratégias de atuação que serão utilizadas para a prestação dos serviços aos cooperados. No entanto, como as ações são pautadas nos direcionamentos da diretoria da época, que nas cooperativas são cargos eletivos com duração máxima de 4 anos (na COOPA se permite apenas uma reeleição), as ações podem acabar se tornando voláteis com a mudança dos diretores. Isso pode acarretar em uma descontinuidade no andamento dos trabalhos de ATER e de participação dos cooperados.

Algumas parcerias são realizadas com outras organizações para apoio à execução de suas próprias atividades de ATER, para realização de eventos de trocas de experiências, para elaborar e executar projetos, dentre outros.

O projeto Educampo, já mencionado anteriormente, tem como objetivo prestar assessoria técnica e gerencial na produção de leite e de café, com a proposta de tratar as propriedades rurais como empreendimentos a serem gerenciados, aumentando sua profissionalização. Há um acompanhamento mensal dos técnicos de campo contratados pelo próprio projeto aos grupos de cooperados da COOPA.

Pelo que foi explicitado aqui, é possível perceber que, mesmo sem uma política definida, as ações de ATER desenvolvidas pela cooperativa são diversas. A Tabela 1 mostra a frequência com que essas ações são executadas pelos agentes de ATER da COOPA.

Tabela 1 – Atividades desempenhadas pelos agentes de ATER

Atividades	Nunca	Raramente	Frequentemente	Sempre
Organizar atividades de OQS	1	3	4	4
Participar das reuniões de OQS	1	0	4	7
Entregar a folha de leite	7	4	1	0
Organizar palestras técnicas	0	0	7	5
Organizar palestras sobre cooperativismo	7	4	1	0
Organizar visitas técnicas e dias de campo	0	0	6	6
Organizar eventos	0	3	6	3
Fazer atendimentos emergenciais	1	0	2	9
Tirar dúvidas sobre a cooperativa	0	0	3	9
Participar de reuniões de acompanhamento das atividades	0	0	2	10
Elaborar projetos de financiamento para os cooperados	6	1	1	4
Elaborar relatórios periódicos	0	0	1	11
Elaborar jornal da cooperativa e participar de programa de rádio	0	1	6	5
Representar a cooperativa em eventos e/ou reuniões	0	3	5	4
Fazer a certificação das propriedades dos cooperados	5	1	6	0
Informar aos cooperados sobre ofertas ou oportunidades de negócios	0	0	2	10
Informar aos cooperados sobre as atividades organizadas pela cooperativa	0	2	0	10
Discutir alternativas econômicas com os cooperados	0	1	7	4
Assessorar a gerência sobre organização da oferta/demanda de produtos/insumos	0	4	4	4
Assessorar a gerência sobre organização ou a oferta de serviços	1	2	5	4
Elaborar laudos técnicos sobre as propriedades dos cooperados	1	0	0	11

Fonte: Dados da pesquisa

Fazer atendimentos emergenciais (nove sempre e dois frequentemente) e tirar dúvidas sobre a cooperativa (nove sempre e três frequentemente) são as ações mais frequentemente realizadas pelos agentes de ATER. Isso nos leva a refletir sobre o caráter esporádico do contato dos agentes com os cooperados e a dificuldade no acompanhamento do andamento das propriedades rurais. Os profissionais alegam que, mesmo estando divididos por regiões, o que facilita o contato mais direto com os produtores, um grande número de cooperados fica sem atendimento regular. Como o número de cooperados cresce a cada dia, torna-se ainda mais difícil para os agentes de ATER acompanharem essa evolução do quadro social e se programarem com antecedência para fazer um trabalho que não seja esporádico e de “apaga fogo”, como os próprios o definem.

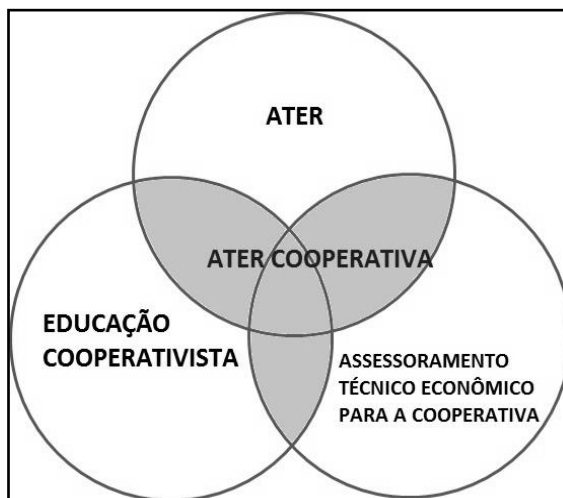
Essa característica torna difícil o processo de construção da confiança e reforça o caráter extremamente tecnicista e produtivista do trabalho de ATER. No entanto, graças a outras atividades que também são muito realizadas, como as periódicas reuniões de comunidade, há alguma complementaridade e contribuição para uma atuação extensionista de perfil mais dialógico. Como se sabe, apenas realizar reuniões periódicas com os cooperados, por si só, não configura uma relação dialógica. No entanto, como o levantamento dos dados também foi realizado por meio de observação não participante, é possível afirmar que elas possuem o caráter dialógico da educação.

Nota-se que as ações que mais tiveram resposta “*sempre*” [participar de reuniões de acompanhamento das atividades (10); elaborar relatórios periódicos (11); informar aos cooperados sobre ofertas ou oportunidades de negócios (10); informar aos cooperados sobre as atividades organizadas pela cooperativa (10) e elaboração de laudos técnicos sobre as propriedades dos cooperados (11)] são, em sua maioria, atividades para as quais os profissionais das ciências agrárias recebem pouca formação acadêmica sobre sua execução (não mais de uma ou duas disciplinas dedicadas a questões que possam lhes dar subsídio para isso, pouco mais de cem horas, entre os milhares de horas/aula de sua formação). Inclusive quando são contratados, essas atividades não são descritas entre as que deverão ser realizadas pelos candidatos selecionados. Percebe-se que os agentes de ATER se tornam comunicadores no dia a dia da cooperativa agropecuária, tornando-se interlocutores privilegiados na troca de informação entre cooperados e cooperativa sem, na maioria das vezes, estarem realmente preparados para executar esse papel.

3.4. ESTRATÉGIAS E ATIVIDADES DE ATER VINCULADAS À EFICIÊNCIA EMPRESARIAL E À PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Como foi possível perceber na descrição do trabalho do departamento técnico da COOPA, a cooperativa possui agentes de ATER que podem ser divididos em três grupos distintos: os que executam atividades apenas técnicas e produtivas; os que executam ações de caráter técnico, produtivo, educativo e de assessoramento gerencial à cooperativa e um agente que realiza as ações de educação cooperativa e de articulação entre o conhecimento técnico e produtivo com o conhecimento da gestão da cooperativa. Essa distinção é feita ao se analisar o trabalho de assistência técnica e extensão rural de cooperativas agropecuárias que valorizam a integração dessas diferentes áreas. Assim, essas ações distintas podem ser representadas pelo esquema da Figura 4.

Figura 4 – ATER nas cooperativas agropecuárias



Fonte: Elaborado pela autora

As áreas de intersecção nos mostram mais precisamente como o trabalho do departamento técnico se articula com a dupla natureza cooperativista (associação e empresa). De acordo com os conceitos apresentados no referencial teórico, o círculo “ATER” pode ser definido como o trabalho de assistência técnica e extensão rural convencional, como o prestado por outras organizações não cooperativas. Essas são as ações dotadas do intuito de resolver os problemas relacionados ao manejo, profilaxia e prevenção de pragas e doenças, por exemplo. A metodologia utilizada pela COOPA para essa atuação possibilita um ambiente de cooperação e troca de experiências, visto que parte das suas ações são articuladas com as ações de educação cooperativista representadas pelo outro círculo. Nessas ações são incorporados os cursos, palestras, pré-assembleias e as reuniões das comunidades cooperativistas desenvolvidas na OQS. A articulação entre as duas ações se dá devido à escolha metodológica de incluir os agentes de ATER do departamento técnico nessas atividades de OQS, aproximando-os ainda mais dos cooperados e aproveitando as reuniões para prestar os serviços de ATER de maneira coletiva, assim como a troca de experiências entre os participantes.

Ao mesmo tempo, o círculo “ATER” tem espaços de intersecção com as atividades de “assessoramento técnico econômico para a cooperativa” devido à importância dada ao conhecimento adquirido pelos agentes de ATER sobre as demandas e necessidades dos cooperados em suas atividades produtivas. Isso possibilita que, nas tomadas de decisão estratégicas ou operacionais, esses agentes possam – e devam – assessorar a gerência no planejamento de compras e vendas casadas, por exemplo. Colaboram, ainda, na elaboração de laudos técnicos das propriedades rurais dos produtores que se inscrevem na cooperativa para se tornarem cooperados. Isso possibilita que a gerência e o conselho de administração tenham informações concretas sobre as atividades e as capacidades produtivas de futuros novos associados.

Os agentes de ATER nas cooperativas têm um leque de atividades bastante diferente da atuação que eles teriam sob sua responsabilidade em outros tipos de organizações. Os assessoramentos técnicos estão a serviço,

simultaneamente, da gestão empresarial e da gestão social da cooperativa. Se uma de suas atribuições é colaborar com a organização de compras do setor comercial da cooperativa, no momento da renovação do estoque de produtos da loja agroveterinária, isso é feito para que os cooperados possam adquirir esses produtos com menores custos. Os agentes de ATER são os funcionários mais adequados para assessorar nesse processo, pois são os profissionais que estão mais próximos das atividades produtivas dos cooperados. O mesmo ocorre quando análises de solo, por exemplo, são feitas na região e os agentes podem mensurar a quantidade e qualidade de fertilizante que os cooperados vão precisar futuramente e ajudar a cooperativa a se preparar para atender adequadamente a essa demanda.

A “educação cooperativista” também se intersecciona com as ações de “assessoramento técnico econômico para a cooperativa”, pois é nas reuniões de OQS que os cooperados têm a possibilidade de se aproximar da cooperativa e de seus dirigentes, sendo mais uma ferramenta comunicacional estabelecida entre cooperados-cooperativa. Assim, as reuniões de OQS se tornam um espaço onde as dúvidas são tiradas, as reclamações são feitas e as sugestões são oferecidas. Se bem aproveitado pela diretoria, o delineamento das ações durante as tomadas de decisão gerencial da cooperativa é executado com maior clareza das necessidades dos seus cooperados e as repostas às sugestões ou reclamações podem ser dadas com maior efetividade e agilidade.

São nessas reuniões que também ocorrem as discussões sobre organização da produção, as ações de comunicação entre cooperado e cooperativa, a organização de eventos educativos (técnico-produtivos ou de capacitação profissional) e a organização de serviços a serem oferecidos pela cooperativa aos produtores, resultantes da interseção das três esferas, onde encontramos o que denominamos de ATER cooperativa.

Quando são listadas as atividades que os agentes de ATER desempenham (Tabela 1), vemos que elas vão além das atividades técnico-produtivas, especificamente. Dentre elas, se incluem organização dos eventos e apoio à gerência comercial e às ações educativas. Assim, percebe-se que estes agentes unem três formas de atuar como agentes de ATER, articulando tanto as ações técnicas e produtivas, quanto a construção do conhecimento, o que possibilita o protagonismo dos produtores/cooperados, assessorando a gerência da cooperativa nas tomadas de decisão administrativas da cooperativa. Essa forma de atuação também contribui com a dupla natureza cooperativa, articulando as ações que promovem a eficiência empresarial com outras relacionadas com a participação social.

É importante notar que a articulação entre essas três esferas norteadoras do trabalho da cooperativa possibilita que as necessidades dos cooperados sejam conhecidas e a definição das estratégias seja realizada com a participação de representantes que estejam atentos e conscientes em relação aos anseios dos produtores que representam. Isso possibilita maior fidelização dos cooperados à cooperativa, visto que se sentem mais próximos da organização de que são donos, usuários e clientes.

Mesmo identificando que na COOPA essa interlocução entre as diferentes esferas seja realizada rotineiramente, também é possível perceber que não há uma política de ATER definida anteriormente que direcione um tipo de desenvolvimento escolhido pela cooperativa. Essa definição de proposta de desenvolvimento da cooperativa e da região na qual atua, não necessariamente está explícita na organização.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diversas organizações possuem perspectivas de desenvolvimento que diferem entre si. As cooperativas podem ter objetivos próprios de desenvolvimento, diferentes dos objetivos de desenvolvimento propostos pelo Estado, por exemplo. No que diz respeito à assistência técnica e extensão rural, para o Estado, ela é um direito público que deve ser direcionado a partir de uma matriz produtiva e um padrão tecnológico previamente estabelecidos pela PNATER. Já o serviço de ATER prestado pelas cooperativas agropecuárias é de caráter privado e busca alcançar objetivos estabelecidos por essas organizações, em especial, pelos cooperados que a compõem. Nesse sentido, a gestão da cooperativa busca articular a produção dos cooperados para acessar os mercados buscando maiores resultados, a fim de possibilitar a melhoria produtiva e da sua qualidade de vida⁷.

Essa diferenciação nas cooperativas agropecuárias ainda persiste no que diz respeito à forma de atuação dos agentes de ATER que necessitam, além de atender às exigências e expectativas dos produtores e alcançar os indicadores definidos por seus contratantes (que ocorrem tanto no serviço público, quanto nas organizações cooperativas), fazer a intermediação entre as prioridades diretivo-gerenciais e as dos cooperados. Como visto anteriormente, os cooperados das cooperativas agropecuárias são donos, fornecedores e clientes dos serviços oferecidos pela cooperativa. Os agentes de ATER agem como a ponte que conecta a organização com os seus associados, com prioridades muitas vezes divergentes, fazendo essa articulação e procurando garantir a fidelização desses cooperados, o que se configura num desafio a mais vivenciado por esses profissionais. O trabalho de procurar fidelizar os cooperados seria, assim, um dos maiores diferenciais existentes entre a ATER cooperativa e outras organizações prestadoras desse serviço, como a EMATER, por exemplo.

Quando analisamos as ações prestadas pelos agentes de ATER da COOPA, notamos a semelhança existente entre os âmbitos de ação da ATER e os da organização do quadro social em cooperativas agropecuárias. As atividades das comunidades cooperativistas se direcionam tanto para promover as melhorias nas condições técnicas e produtivas, quanto para possibilitar a melhor compreensão das rotinas administrativas e políticas da cooperativa por parte dos cooperados, tornando-se um momento oportuno de comunicação e intercâmbio entre a organização e seus associados. Assim, as atividades da assistência técnica e extensão rural do departamento técnico nos padrões discutidos neste trabalho e a OQS fariam parte do que podemos denominar de ATER cooperativa e, como manifestado, ambas podem se considerar vinculadas à educação cooperativista.

A pesquisa evidenciou também como os agentes de ATER das cooperativas são responsáveis por uma gama muito maior de ações do que o esperado de profissionais formados pelas ciências agrárias. Geralmente eles sequer recebem alguma capacitação sobre o que seja uma cooperativa, sua doutrina, seus princípios ou qualquer outra informação sobre o funcionamento destas organizações. No entanto, quando são contratados pelas cooperativas, espera-se desses profissionais uma atuação pautada nos princípios norteadores do desenvolvimento cooperativo, que estão relacionados à eficiência empresarial e à participação social dos cooperados na rotina da cooperativa. O mesmo ocorre com

⁷Para a cooperativa, promover a qualidade de vida dos seus cooperados é garantir que eles possuam condições de elevar sua renda de maneira que possam acessar o mercado consumindo o que necessitam, assim como acessando aparatos médicos e educacionais de qualidade.

os profissionais formados pelos cursos voltados ao cooperativismo, que possuem pouca carga horária voltada ao trabalho de ATER e específicas sobre o meio rural.

Uma importante questão observada nessa pesquisa foi o fato de que, para se alcançar os objetivos gerais estabelecidos pelo cooperativismo agropecuário, muito mais se espera dos agentes do departamento técnico das cooperativas, do que as orientações técnicas produtivistas para o qual muitos deles são formados. Como discutido, espera-se que, na atuação desses agentes, os produtores sejam valorizados independentemente de sua capitalização ou potencialidade produtiva. E ainda, que os agentes participem da organização de eventos sociotécnicos, que sejam comunicadores, educadores e facilitadores do processo de trocas de experiência e de construção da gestão participativa desses empreendimentos coletivos.

Notou-se que não é função apenas do extensionista responsável pela organização do quadro social, atuar diretamente nas comunidades cooperativistas. A educação cooperativista e as ações técnicas produtivistas são articuladas para poderem alcançar o melhor resultado para cada um dos cooperados, adequando as tecnologias à realidade de cada um dos produtores. Ao assumirem o papel de ponte entre cooperativa e cooperado, esses agentes de ATER se transformam em portadores da realidade vivenciada no meio rural para que os diretores da organização possam pautar melhor suas ações de dirigentes nos anseios de seus cooperados. O caminho inverso também é verdadeiro, informar e explicitar as políticas desenhadas pelos dirigentes no dia a dia do meio rural para que se entendam os esforços e as dificuldades enfrentadas pela organização para, conjuntamente, solidificarem uma proposta de gestão coletiva dos seus interesses e recursos comuns.

O esquema apresentado na Figura 4 sistematiza a ideia proposta da construção de um conceito da ATER cooperativa que vai além dos conceitos definidos como o de assistência técnica, extensão rural ou assistência técnica e extensão rural. A ATER cooperativa é o trabalho voltado para oferecer orientações aos cooperados no que diz respeito à melhoria das suas condições de trabalho e de vida no meio rural. Ela possibilita a capacitação técnica e profissional do cooperado e de seus familiares para que possam atuar em suas atividades produtivas de maneira adequada à sua realidade e compreendendo a sua propriedade como um empreendimento a ser gerenciado. A ATER cooperativa oferece subsídios para que a educação cooperativista seja efetiva e permita que a participação social e econômica dos cooperados ocorra de maneira consciente e ativa, fidelizando-os ainda mais na organização.

Assim, pode-se afirmar que a eficiência empresarial e a participação social em cooperativas também se tornam “duas faces da mesma moeda” quando o serviço de ATER prestado se baseia em ações voltadas ao fortalecimento dos cooperados enquanto produtores rurais, proprietários de uma organização coletiva e cidadãos.

5. REFERÊNCIAS

AMODEO, N.B. P. **As cooperativas agropecuárias e os desafios da competitividade**. 1999. P. 379. Tese de doutorado em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica.

BARASUOL, A.; BOESSIO, A.T.; WAKULICS, G.J.; FLAVIANO, V. Cooperativismo e profissionalização da gestão em uma cooperativa agropecuária. **Extensão Rural**, Santa Maria, v.22, n.1, p. 146-170, jan./mar. 2015.

BOURDIEU, P. Linguagem e poder simbólico. In: _____. **A economia das trocas linguísticas**. São Paulo: Edusp, 1996. p. 81-128.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário / Secretaria de Agricultura Familiar. Institucional. **Assistência Técnica e Extensão Rural**. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/saf/institucional/assistenciatecnicaextensaorural>. Acesso em: 14/09/2012.

_____. **Relatório Final do Seminário Nacional de ATER**. Disponível em: <http://www.deser.org.br/publicacoes/Sistematiza%C3%A7%C3%A3o%20final.pdf>. Acesso em: 30/03/2013.

FERREIRA, P.R. **A educação cooperativista em minas gerais**: mapeando as organizações. 2009. p.169. Programa de Pós Graduação em Extensão Rural. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Viçosa.

GEERTZ, C. O pensamento como ato moral: dimensões éticas do trabalho de campo antropológico nos países novos. In: _____. **Nova luz sobre a antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

LEVI, M. A state of trust. In: BRAITHWAITE, V.; LEVI, M. (Eds.). **Trust and governance**. New York: Russell Sage Foundation. 1998.

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisa, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 2011.

MARTINS, G. A. **Manual para elaboração de monografias e dissertações**. São Paulo: Atlas, 1994.

MINAYO, M. C.S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 8. Ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

SCHMITZ, H. **Agricultura familiar**: extensão rural e pesquisa participativa. São Paulo: Annablume, 2010.

TRUSEN, C. Desenvolvimento local sustentável: novos desafios para a extensão rural. In: BROSE, M. **Participação na extensão rural**: experiências inovadoras de desenvolvimento local. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2004.

A EXTENSÃO RURAL E A PERSPECTIVA DE GÊNERO NA AGRICULTURA FAMILIAR: A ATUAÇÃO DO IPA JUNTO À ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL MULHER FLOR DO CAMPO

Gerlúcio Moura Bezerra de Sousa¹
Filipe Augusto Xavier Lima²
Letícia Paludo Vargas³
Tito Antonio Ferraz Jota⁴
Darlyton Fernandes Lopes da Silva⁵

RESUMO

Tendo como foco principal a relação entre extensão rural e a perspectiva de gênero na agricultura familiar, este artigo busca conhecer e descrever ações de assistência técnica e extensão rural voltadas para mulheres. Por meio de uma metodologia de base qualitativa, o trabalho tem como referência a atuação do escritório municipal do Instituto Agronômico de Pernambuco (IPA) junto às agricultoras da Associação Municipal Mulher Flor do Campo, localizada no município de Santa Cruz da Baixa Verde/PE. Com o levantamento das ações desenvolvidas pelo IPA, especificamente no período compreendido entre os anos de 2008 e 2014, foi possível elencar alguns resultados significativos alcançados, como a inclusão de suas famílias em programas governamentais, o incentivo às atividades não agrícolas e a qualificação técnica do grupo. Em consequência, essas ações possibilitaram, além de mudanças no contexto socioeconômico e produtivo das agricultoras, o resgate da autoestima e da cidadania dessas mulheres.

Palavras-chave: Ater, crédito rural, mulheres agricultoras.

RURAL EXTENSION AND GENDER PERSPECTIVE IN FAMILY FARMING: IPA ACTIONS TOWARDS ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL MULHER FLOR DO CAMPO

ABSTRACT

Focusing mainly on the relationship between extension and gender perspective in family farming, this article seeks to understand and describe technical assistance and

¹Engenheiro Agrônomo (UFRPE). Mestrando em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (UFRPE). Extensionista Rural do Instituto Agronômico de Pernambuco (IPA) - Escritório Municipal Santa Cruz da Baixa Verde, PE. E-mail: agrolucio@hotmail.com

²Engenheiro Agrônomo (UFRPE). Mestre em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (UFRPE). Doutor em Extensão Rural (UFSM). E-mail: filipeaxlima@hotmail.com

³Zootecnista (UFSM). Mestre em Extensão Rural (UFSM). Doutoranda em Extensão Rural (UFSM). E-mail: letipvargas@gmail.com

⁴Graduado em Geografia (FAFOPST). Supervisor Regional de Extensão Rural Instituto Agronômico de Pernambuco (IPA) - Gerência Regional Serra Talhada, PE. E-mail: tito.jota@ipa.br

⁵Assistente Social (FACHUSST). Assessor de Crédito Rural-AGROAMIGO, PE - Instituto Nordeste Cidadania (INEC). E-mail: darlytonlopes@yahoo.com.br

rural extension efforts directed toward rural women. Through a qualitative basic methodology, this work refers to actions taken by Instituto Agronômico de Pernambuco (IPA) municipal office regarding farmers belonging to Associação Municipal Mulher Flor do Campo, located in Santa Cruz da Baixa Verde. A survey addressing the actions developed by IPA, particularly between 2008 and 2014, enabled to list some significant achievements, such as the inclusion of their families in government programs, the incentive of non-agricultural activities and the technical qualification of the group. Furthermore, despite the changes in socioeconomic and productive conditions of farmers, these actions also allowed women to rescue their citizenship and self-esteem.

Keywords: Ater, rural credit, women farmers.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como foco principal a relação entre extensão rural e a perspectiva de gênero na agricultura familiar, tendo como referência as ações de assistência técnica e extensão rural (Ater) desenvolvidas pelo Instituto Agronômico de Pernambuco (IPA) junto a um grupo de mulheres agricultoras do município de Santa Cruz da Baixa Verde, estado de Pernambuco. As agricultoras em questão fazem parte da Associação Municipal Mulher Flor do Campo, que atualmente conta com 47 associadas.

Essa associação foi fundada no ano de 2008 e tem, dentre seus objetivos, estimular a participação e promover a organização das agricultoras e trabalhar o processo de beneficiamento e comercialização da produção. As principais atividades agrícolas e não agrícolas desenvolvidas por esse grupo de mulheres estão relacionadas à bovinocultura de leite, à produção de milho, feijão, cana-de-açúcar e ao artesanato. Desde a sua fundação, a associação tem trabalhado para suprir as necessidades das mulheres artesãs e produtoras rurais em relação à organização, produção e comercialização dos produtos do grupo.

Nesse contexto, é importante destacar que, mesmo o IPA atuando de forma pontual em algumas propriedades das agricultoras da Associação Municipal Mulher Flor do Campo desde 2008, foi somente a partir de reuniões e discussões com o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), que o escritório municipal do IPA incluiu, de forma oficial, em 2009, as agricultoras da associação no seu Plano de Ação Municipal (PAM). Dentre os objetivos da instituição voltados para o grupo das mulheres, estavam: reduzir as desigualdades de gênero, promover um resgate da cidadania, proporcionar ao grupo o acesso a políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, estimular a qualificação profissional das associadas e prestar assessoria no âmbito de suas atividades agrícolas e não agrícolas.

As 47 mulheres que hoje fazem parte da Associação Municipal Mulher Flor do Campo estão distribuídas em nove comunidades do município de Santa Cruz da Baixa Verde, são elas: Baixa das Flores, Boa Vista, Bulandeira, Lagoa do Almeida, São Bento, São Domingos, São Paulo, Santa Cruz e Serra dos Nogueiras. Pode-se dizer que a atuação do IPA junto à associação iniciou-se por meio de um Diagnóstico Rural Participativo (DRP), que é um conjunto de técnicas que permite às comunidades envolvidas nas ações ou projetos realizar o seu próprio diagnóstico e, a partir daí, começar a autogerenciar o planejamento das intervenções propostas para as suas realidades particulares. Além disso, o DRP tem como propósito a obtenção direta de informações fundamentais das comunidades, como, por exemplo,

o estado dos seus recursos naturais e sua situação socioeconômica (BRASIL, 2011). Desse modo, o IPA fez o levantamento e análise das informações do grupo para um posterior planejamento das ações a serem trabalhadas com as agricultoras.

A partir do cenário aqui apresentado, surgem as seguintes questões norteadoras da pesquisa: que ações são desenvolvidas por uma instituição de Ater junto a mulheres agricultoras? Como isso se configura na prática extensionista? Com isso, formulou-se como objetivo deste trabalho conhecer e descrever as ações de Ater desenvolvidas pelo IPA junto ao grupo de mulheres agricultoras da Associação Municipal Mulher Flor do Campo. Serão o conjunto e o delineamento dessas ações, especificamente no período compreendido entre os anos de 2008 e 2014, que servirão de base para a discussão tecida na sequência do trabalho, elencando alguns dos resultados significativos alcançados e identificando as principais mudanças ocorridas no contexto socioeconômico e produtivo das mulheres agricultoras das comunidades envolvidas na pesquisa.

2. A PERSPECTIVA DE GÊNERO NA AGRICULTURA FAMILIAR: UMA QUESTÃO A SER ABORDADA PELA EXTENSÃO RURAL CONTEMPORÂNEA

O momento histórico da inclusão do tema da mulher nas ações governamentais e nas plataformas de desenvolvimento, de acordo com Rodríguez (2005), paira nos anos de 1970, quando foi declarada a década da mulher pela Organização das Nações Unidas (ONU). A partir disso, alguns anos depois, o enfoque chamado de Mulher no Desenvolvimento (MED) começou a ser enfatizado, e as instituições voltadas ao desenvolvimento rural promoveram a criação de grupos de mulheres e o fortalecimento daqueles já existentes, dando uma maior visibilidade a elas, especialmente pela consolidação de movimentos políticos e políticas específicas para as mulheres (RODRÍGUEZ, 2005).

Os autores Laxalde e Basco (2005) também destacam que foi nas décadas de 1970 e 1980 que foram propostas políticas focalizadas aos públicos mais vulneráveis da população, dentre eles, as mulheres, através do enfoque MED, no qual foram criadas ações para grupos de mulheres, enfocando a sua importância na geração de receitas complementares nas propriedades rurais familiares, visando ao fortalecimento da autonomia feminina. Nesse sentido, Melo e Di Sabbato (2009) complementam que os estudos de gênero que se desenvolveram no Brasil no início dos anos 1980, ocorreram especialmente pelo fortalecimento do movimento feminista nacional.

Foi também na década de 1980 que, conforme aponta Brumer (2002), gerou-se uma forte mobilização das mulheres trabalhadoras rurais, objetivando direitos referentes à previdência social (aposentadoria, salário maternidade etc.), quando, à medida que iam ocorrendo os avanços desses movimentos, possibilitava-se o reconhecimento da profissão de trabalhadoras rurais.

Já nos anos de 1990, ocorreu uma forte mobilização dos movimentos sociais femininos, pressionando por ações que visassem a uma melhor distribuição econômica, buscando um enfoque denominado de Gênero no Desenvolvimento (GED), situando problemas como a desigualdade social entre homens e mulheres e as relações de subordinação entre ambos como questões polêmicas a serem debatidas e permitindo o desenho de ações que possibilitassem um maior empoderamento feminino (LAXALDE; BASCO, 2005).

Todavia, segundo Rodríguez (2005), alguns dos avanços, especialmente aqueles conquistados na década de 1970, são considerados controversos, como, por exemplo, os níveis de escolaridade formal das mulheres, já que a maior parte das mulheres rurais que viviam na América Latina e Caribe tinham no máximo cinco

anos de instrução, enquanto os homens rurais apresentavam um maior nível de escolaridade.

O fato é que, para se compreender a perspectiva de gênero e suas complexidades no mundo rural contemporâneo, Buarque (2005) sublinha que devem ser estudadas as variedades de relações sociais existentes, especialmente no que se refere à dominação e subordinação do sexo entre os indivíduos e as identidades tradicionais das mulheres e dos homens. O autor também defende que devem existir estudos sobre “a construção de novos valores de sociabilização dos indivíduos e o surgimento de organizações que não se orientam pela tradição e que sejam capazes de influir nas instituições” (BUARQUE, 2005, p. 77), considerando, neste caso, o papel dos agentes sociais nas transformações em determinados territórios.

Dados mais recentes sobre a perspectiva de gênero mostram algumas transformações acerca do papel da mulher na sociedade, já que, além das mudanças nas condições sociais, as mulheres buscam alterações das suas condições de vida, principalmente no que diz respeito à escolaridade, pois tanto as mulheres urbanas quanto as rurais têm níveis superiores aos dos homens, aproveitando melhor as oportunidades para o trabalho remunerado e para o crédito. Entretanto, o trabalho doméstico é uma das questões que permanecem como entrave à mudança, conforme discutido em Faria (2009).

Para Melo e Di Sabbato (2009), as mulheres ocupadas no setor agropecuário, que trabalham sem remuneração, correspondem a valores bem mais elevados do que em outros setores da economia, caracterizando a invisibilidade do trabalho feminino no meio rural. Lombardi (2009) acrescenta que o setor agropecuário brasileiro mantém a maioria das trabalhadoras que não são remuneradas e que produzem para o autoconsumo, chegando a um total de 4,4 milhões de mulheres no ano de 2007, especialmente atuando em unidades produtivas familiares.

Ainda no que se refere ao trabalho das mulheres rurais, Lombardi (2009, p. 154) considera que:

As estatísticas analisadas comprovaram que o lugar das mulheres no setor agropecuário continua sendo na produção para consumo próprio ou do grupo familiar e em atividades não remuneradas, majoritariamente desenvolvidas na unidade de produção familiar ou como ‘ajuda’ aos demais membros da família. As trabalhadoras ocupam-se principalmente na horticultura, floricultura e criação de pequenos animais, no próprio estabelecimento, e elas não costumam considerar essas atividades como trabalho, mas como uma extensão dos afazeres domésticos, uma vez que aquela produção se destina ao sustento da família.

Em pesquisa realizada por Melo e Di Sabbato (2009) entre os anos de 1993 a 2006, percebe-se que foram incrementadas as atividades laborais para o autoconsumo nas propriedades, sobretudo pela queda na renda da população rural nos anos do estudo. A taxa de mulheres rurais que realizam atividades para o autoconsumo passou de 40% para 46,6% no ano de 2006. Entretanto, os autores consideram que esse crescimento não deixa de lado a importância do autoconsumo na ocupação dessas trabalhadoras rurais (MELO; DI SABBATO, 2009).

Ainda de acordo com a referida pesquisa, no ano de 2006, a taxa de ocupação feminina nas lavouras foi de 27%, na pecuária chegou a 17%, no cuidado com aves e pequenos animais atingiu 80% e nas atividades de horticultura e floricultura girou em torno de 45% (valor equiparado ao dos homens). Nas demais

atividades, ocorreu o predomínio da mão de obra masculina, especialmente por exigirem trabalho de força física, o que afasta as mulheres de determinados serviços. Os dados ainda revelam que o cenário de participação das mulheres nas atividades agropecuárias não mudou consideravelmente durante o período da pesquisa realizada (MELO; DI SABBATO, 2009).

Lombardi (2009) relata que os rendimentos das atividades agrícolas são muito baixos no meio rural e que a combinação de dois elementos importantes – agricultura em tempo parcial e baixos rendimentos – empobrece ainda mais as famílias que vivem com a renda exclusivamente advinda da atividade agrícola, especialmente no caso de produtores familiares que produzem para o autoconsumo, merecendo destaque, a esse respeito, a região Nordeste do Brasil.

Rodríguez (2005), ao analisar questões de gênero e a participação dos atores sociais, com enfoque nos propósitos do desenvolvimento rural, esclarece que tais propósitos devem estar centrados na possibilidade de que os projetos de desenvolvimento territorial sejam conduzidos de maneira eficaz pelos atores sociais, de forma equitativa, pluralista, e com o desenvolvimento das capacidades dos distintos grupos sociais, possibilitando a participação e contribuição de todos os envolvidos.

Essas ações, resultantes da interação entre os atores sociais em determinado espaço, permitem a projeção de resultados que podem gerar mudanças nos padrões de interação já estabelecidos, nas quais essas relações sociais tonam-se significativas quando os atores, com suas intenções e valores, não se reduzem a regras institucionalizadas (RODRÍGUEZ, 2005).

Dentro da perspectiva do desenvolvimento rural sustentável, nota-se que os fundamentos devem estar centrados na equidade entre os setores e os atores sociais, considerando as dimensões de gênero, ou seja, a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, como a superação de todas as outras desigualdades, sejam elas socioeconômicas, culturais, étnicas, ambientais etc. (LAXALDE; BASCO, 2005).

Furtado e Souza (2005) corroboram a mesma perspectiva, considerando que as abordagens que trabalham acerca da temática do gênero no planejamento de ações de desenvolvimento rural sustentável devem ser efetivadas, contudo apontam que há limitações nos modelos pré-estabelecidos. Para os autores, isso ocorre especialmente na esfera das políticas públicas, pois, geralmente, as mulheres têm desvantagens quanto a sua inserção nos projetos de desenvolvimento, sendo mais restritas as suas oportunidades de acesso a informação e à geração de renda.

As discussões sobre as questões de gênero na agricultura têm sido estimuladas e ampliadas, ultimamente, no âmbito dos serviços oficiais de Ater do país e suas políticas mais contemporâneas. Nesse sentido, merece destaque a criação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural de 2004, que se alicerçou na relação entre agricultura familiar, Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável e direcionou os serviços de Ater em uma perspectiva de apoio às comunidades rurais para a elaboração de novas estratégias de desenvolvimento rural, incluindo o enfoque de gênero e particularizando as unidades de produção da agricultura familiar⁶.

No início de 2010, o país passou a contar com a primeira Lei de Ater (nº 12.188), a qual institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Pnater) e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária

⁶ Para conhecer os fatos históricos que antecedem essa política, consultar o artigo “A formação do extensionista rural: desafios no ensino técnico profissional em Pernambuco” (SANTOS; LIMA; LEÃO, 2016).

(Pronater) (BRASIL, 2010). Em seguida, no ano de 2012, foi realizada a 1ª Conferência Nacional sobre Assistência Técnica e Extensão Rural (Cnater), com a temática Ater para a agricultura familiar e reforma agrária e o desenvolvimento sustentável do Brasil rural. A 1ª Cnater teve por finalidade propor diretrizes, prioridades e estratégias para o Pronater, tendo como referência a Pnater e atendendo à Lei nº 12.188 e suas regulamentações.

O que é importante destacar, no documento da 1ª Cnater, é que a preocupação com as questões de gênero na agricultura é fortalecida no discurso governamental, fazendo-se presente, inclusive, nas proposições relacionadas aos cinco eixos temáticos do documento: Ater e desenvolvimento rural sustentável; Ater para a diversidade da agricultura familiar e a redução das desigualdades; Ater e políticas públicas; Gestão, financiamento, demanda e oferta dos serviços de Ater; e Metodologias de Ater – abordagens de extensão rural. Esses são pontos importantes e serão discutidos neste trabalho.

3. METODOLOGIA

Para a realização deste trabalho, tomou-se como referência a atuação do escritório municipal do Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA) junto às agricultoras da Associação Municipal Mulher Flor do Campo, localizada no município de Santa Cruz da Baixa Verde, durante o período de 2008 a 2014. Para isso, foi realizada uma análise documental, tendo como fontes os relatórios do próprio IPA, no intuito de conhecer as suas ações de Ater durante o período delimitado nesta pesquisa.

Com a abordagem sobre os documentos do IPA, a pesquisa não teve perguntas predeterminadas ou direcionadas para as fontes, quais sejam, as mulheres agricultoras, mas o material pesquisado é que conduziu a pesquisa, como recomendado por Duffy (2008). Para Kelly (s.d. apud CELLARD, 2010), a análise documental pode ser de suma importância, principalmente por se tratar de um método de coleta de dados capaz de reduzir qualquer tipo de influência a ser exercida pela presença ou intervenção do pesquisador sobre o seu objeto de estudo. A propósito, o documento também permite acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do contexto social (CELLARD, 2010), favorecendo, inclusive, o processo de observação, de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas etc. (TREMBLAY, 1968 apud CELLARD, 2010). Desse modo, foi a partir da referida análise documental dos relatórios do IPA que se buscou conhecer e descrever os serviços de Ater desenvolvidos pelo instituto e oferecidos às agricultoras da Associação Municipal Mulher Flor do Campo.

É oportuno comentar, quando se fala nesses serviços de Ater, que o escritório municipal do IPA vem realizando suas ações na tentativa de seguir as orientações da Pnater de 2004 e de outras políticas de extensão rural mais recentes, que também incorporam a Agroecologia em seus referenciais teórico-metodológicos, pois reconhece, como presente em Siliprandi (2009), que o enfoque agroecológico permite visualizar o protagonismo das mulheres agricultoras de forma mais nítida.

Para o tratamento dos dados coletados nos documentos do IPA, recorreu-se à utilização do Pacote Estatístico para Ciências Sociais (SPSS), que é um *software* que permite realizar cálculos e visualizar seus resultados de forma simples e autoexplicativa. Com as informações de natureza numérica coletadas, buscou-se classificar, ordenar ou medir as variáveis para apresentar estatísticas, comparar os dados ou estabelecer relações entre eles.

A representação dos dados analisados se deu por meio de tabelas e gráficos. Como consta em Marconi e Lakatos (2010), a elaboração de tabelas é considerada um método estatístico sistemático que apresenta os dados em colunas verticais ou fileiras horizontais, obedecendo à classificação dos objetos ou materiais da pesquisa. As autoras observam, ainda, que a importância na construção desses elementos, além de auxiliar na apresentação dos dados, está em ajudar o pesquisador no reconhecimento de diferenças, semelhanças e relações, por meio da clareza e destaque que a distribuição lógica e a apresentação gráfica oferecem às classificações.

Já os gráficos, que podem ser informativos ou analíticos, objetivam dar ao público ou ao investigador um conhecimento da situação real e atual do caso estudado, como também fornecer elementos de interpretação, cálculos, inferências e previsões (MARCONI; LAKATOS, 2010). Assim, a partir da descrição dos elementos metodológicos a serem utilizados nesta pesquisa, e uma vez manipulados os dados, o próximo passo foi a análise e interpretação dos resultados obtidos.

3.1. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

O município de Santa Cruz da Baixa Verde está localizado na mesorregião do Sertão Pernambucano e na microrregião do Pajeú, porção norte do estado de Pernambuco. Seu acesso se dá pela rodovia federal BR-232, que integra o Recife a Parnamirim. Partindo-se da capital, percorrem-se cerca de 515 km nesta rodovia até chegar ao município de Serra Talhada. A partir daí, toma-se a PE-365 e se percorrem mais 33 km até chegar a Santa Cruz da Baixa Verde (BRASIL, 2005).

A cidade apresenta, segundo o Censo Demográfico de 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), uma população total residente de 11.768 habitantes (5.812 homens e 5.956 mulheres), dos quais 5.277 habitam a zona urbana e 6.491 a área rural (3.322 homens e 3.169 mulheres), o que representa, por conseguinte, um contingente de 55% de sua população inserida no meio rural.

Vale ressaltar que, de acordo com dados do Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2006), o município de Santa Cruz da Baixa Verde possui 1.329 estabelecimentos familiares, que ocupam uma área de 6.318 hectares. Ao mesmo tempo, os dados revelam que existem 138 estabelecimentos não familiares no município, ocupando 15.407 hectares. Sua área rural apresenta uma atividade agrícola muito diversificada, destacando-se as criações de aves, de bovinos, de caprinos, de ovinos e de suínos.

Com relação ao plantio, destacam-se a produção de milho, feijão, tomate, mandioca, banana, goiaba, laranja e café. Entretanto, é possível reconhecer que a cana-de-açúcar é a principal cultura de Santa Cruz da Baixa Verde, tanto que o município é conhecido como a capital da rapadura, dado o seu desempenho produtivo no fabrico desse produto. A produção de cana vem aumentando cada vez mais a sua importância, com a geração anual de cerca de 800 mil reais e uma quantidade produzida de 20 mil toneladas no estado de Pernambuco, trazendo melhoria na qualidade e renda da população local (IBGE, 2010).

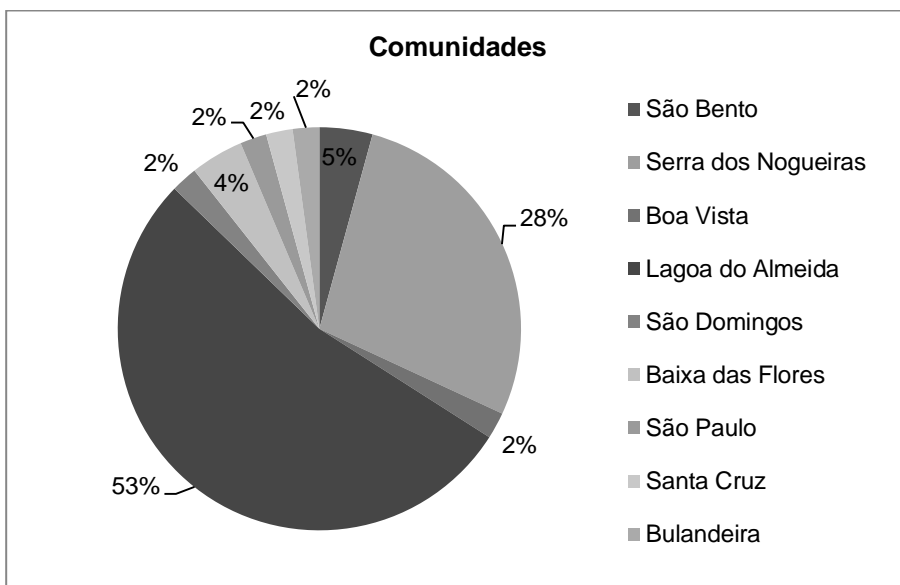
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O escritório municipal do IPA, que é o órgão oficial de serviços de Ater no estado, foi aberto no município de Santa Cruz da Baixa Verde no ano de 2008, conta, atualmente, com dois extensionistas rurais e tem o cadastro de 532 famílias de agricultores. Dentre os serviços de Ater desenvolvidos no município, as principais

atividades estão relacionadas à realização de técnicas e práticas produtivas, manejo e conservação dos recursos das propriedades, transformação da produção, comercialização, liberação de créditos, apoio institucional a organizações de agricultores, elaboração de projetos, ações voltadas à saúde, atividades não agrícolas, entre outras.

Entre o público assistido pelo IPA, estão as agricultoras da Associação Municipal Mulher Flor do Campo, que é uma associação que conta com 47 associadas distribuídas em nove comunidades, como demonstra a figura 1.

Figura 1 – Comunidades das associadas da Associação Municipal Mulher Flor do Campo



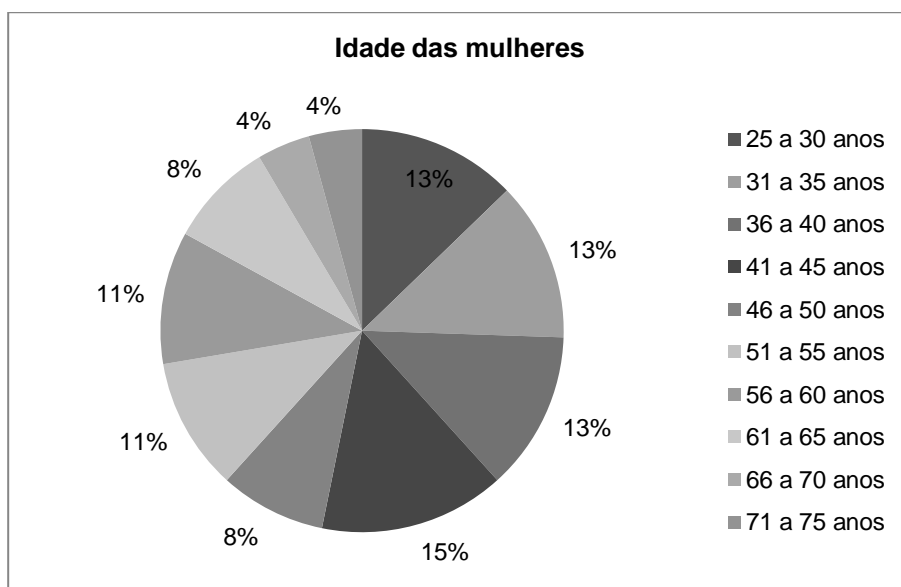
Fonte: elaborada pelos autores (2015).

Essas comunidades estão localizadas na região de brejo do município, que é uma área caracterizada por contar com unidades de produção agrícola (UPAs) familiares que variam entre 1,5 e 2,0 hectares. A atividade econômica predominante nessas UPAs é o cultivo da cana-de-açúcar, com a finalidade de produção de rapadura, ocorrendo também o cultivo de frutíferas de forma diversificada. Ainda acontece, de maneira expressiva, a criação de aves e ovinos em grande parte das comunidades, e de bovinos nos sítios São Bento e São Paulo. As comunidades Lagoa do Almeida e Serra dos Nogueiras são vizinhas, formando um núcleo que fica a cerca de 5 km da sede do município, porém com acesso limitado, devido à declividade e pedregosidade dos solos da região, o que influencia diretamente na produtividade das culturas. Uma alternativa de geração de renda encontrada pelas mulheres é a produção e comercialização do artesanato produzido com fibra da bananeira, dentre outros materiais.

O grupo das mulheres da associação é heterogêneo e conta com agricultoras de diferentes faixas etárias. Com base nas informações disponíveis, conforme situado na figura 2, a seguir, constata-se que o maior percentual é de mulheres com idade entre 41 e 45 anos, o que representa um total de 15% do grupo.

Pode-se observar, também, que o somatório das agricultoras que têm entre 25 e 40 anos representa 39%, o que demonstra que essa associação conta com um número significativo de mulheres relativamente jovens no seu quadro de associadas. Além disso, a mesma figura 2 mostra que 13% das mulheres estão abaixo dos 30 anos de idade – o que sugere tanto a inclusão como a permanência da juventude na experiência analisada –, situação que não é tão comum em se tratando do meio rural brasileiro, onde a falta de condições desestimula a permanência dos jovens no campo, seja pela falta de atividades que proporcionem uma renda atrativa, falta de entretenimentos, dificuldades para o acesso ao ensino escolar, insatisfação com o rendimento obtido na agricultura, penosidade e imagem negativa do trabalho agrícola e falta de lazer, o que tende a um envelhecimento e masculinização do meio rural (GODOY et al., 2010; COSTA, 2013).

Figura 2 – Idade das mulheres da Associação Municipal Mulher Flor do Campo



Fonte: elaborada pelos autores (2015).

O trabalho mais efetivo do IPA com as associadas da Mulher Flor do Campo teve início em 2009, com a realização de um DRP. A partir desse momento, foram utilizadas as seguintes estratégias de mobilização nas comunidades envolvidas: reunião, visita técnica, palestras, oficinas, treinamentos, seminários, dias de campo e intercâmbios, durante o acompanhamento do grupo. Essas estratégias de mobilização tinham como foco reduzir as desigualdades de gênero, promover um resgate da cidadania, proporcionar ao grupo o acesso a políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, estimular a qualificação profissional das associadas e prestar assessoria no âmbito de suas atividades agrícolas e não agrícolas.

Ainda por meio do DRP, identificou-se como maior necessidade coletiva o acesso ao crédito rural qualificado pelas mulheres. Pode-se dizer que proporcionar ao grupo de mulheres o acesso ao crédito rural de forma qualificada, com o devido acompanhamento em suas etapas, tornou-se o principal objetivo do IPA. Para isso, o instituto estimulou o acesso às linhas de crédito do Programa Nacional de

Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), em parceria com o Programa Agroamigo,⁷ financiado com recursos do Banco do Nordeste do Brasil (BNB).

Uma das primeiras ações junto ao grupo foi a emissão da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), que é o documento que identifica os agricultores familiares aptos a acessar as políticas públicas, inclusive o crédito rural. Nesses termos, constata-se que, das 47 mulheres associadas, hoje em dia 44 possuem a DAP. Feito isso, o IPA conseguiu a elaboração e acompanhamento de crédito rural (Pronaf B/Agroamigo) qualificado para 16 famílias,⁸ acessado pelas mulheres da associação ou pelos seus cônjuges.

A tabela 1, a seguir, destaca o montante acessado pelas mulheres da associação e por seus cônjuges. Observa-se que as 14 mulheres que acessaram o Pronaf tiveram um montante de R\$ 86.864,95, enquanto a soma dos valores dos 12 homens chegou um total de R\$ 75.363,06. Isso significa que, além de as mulheres terem realizado mais operações de acesso ao crédito, elas também tiveram um valor total disponibilizado de 14% a mais, quando comparado ao grupo masculino, o que indica a importância das atividades agrícolas e não agrícolas para as associadas.

Tabela 1 – Valor total acessado pelas mulheres da associação e por seus cônjuges

Associadas	Nº operações	Montante (R\$)	Cônjuges	Nº operações	Montante (R\$)
A1	4	7.201,45	A1	3	6.095,00
A2	3	6.487,05	A2	3	5.395,00
A3	4	7.587,05	A3	3	5.488,90
A4	3	5.992,60	A4	5	9.237,05
A5	5	10.716,00	A5	3	6.466,75
A6	4	7.317,85	A6	2	3.994,45
A7	1	1.500,00	A7	4	9.494,45
A8	4	9.690,75	A8	1	3.500,00
A9	3	6.000,00	A9	1	2.500,00
A10	2	5.462,75	A10	4	13.714,05
A11	2	2.500,00	A11	3	5.977,41
A12	2	4.415,00	A12	1	3.500,00
A13	3	7.494,45			
A14	2	4.500,00			
Total			Total		
14	42	86.864,95	12	33	75.363,06

Fonte: elaborada pelos autores (2015).

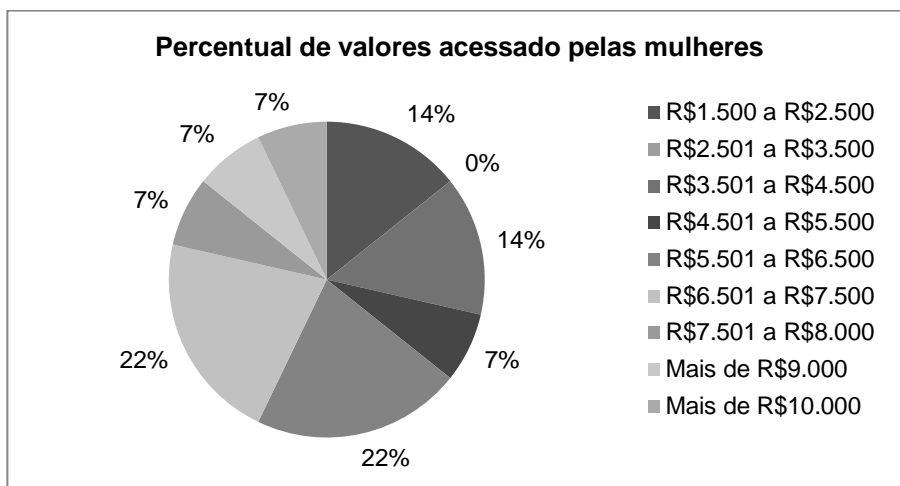
Por outro lado, apesar de o montante de acesso ao crédito pelo grupo de mulheres ser mais alto, quando se trata do valor das operações individuais, os índices são mais elevados quando acessados por seus cônjuges, conforme ilustram as figuras 3 e 4, na sequência. Os maiores valores acessados pelas mulheres estão entre R\$ 5.500,00 e R\$ 7.500,00, o que significa um total de 44% do percentual. Já entre os seus cônjuges, os valores acessados estão distribuídos de maneira mais

⁷O Agroamigo é o Programa de Microfinança Rural do Banco do Nordeste do Brasil, operacionalizado em parceria com o Instituto Nordeste Cidadania (Inec) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Inicialmente voltado para o grupo B do Pronaf, esse programa conta com metodologia própria, cuja principal característica é o atendimento integral, a partir da presença do Assessor de Microcrédito nas comunidades. Dessa forma, o programa incentiva o desenvolvimento de atividades agropecuárias e não agropecuárias (BANCO DO NORDESTE, s.d.).

⁸É importante destacar que, mesmo o crédito sendo acessado por 12 homens, dois deles não fazem parte do núcleo familiar das 14 mulheres que acessaram o crédito.

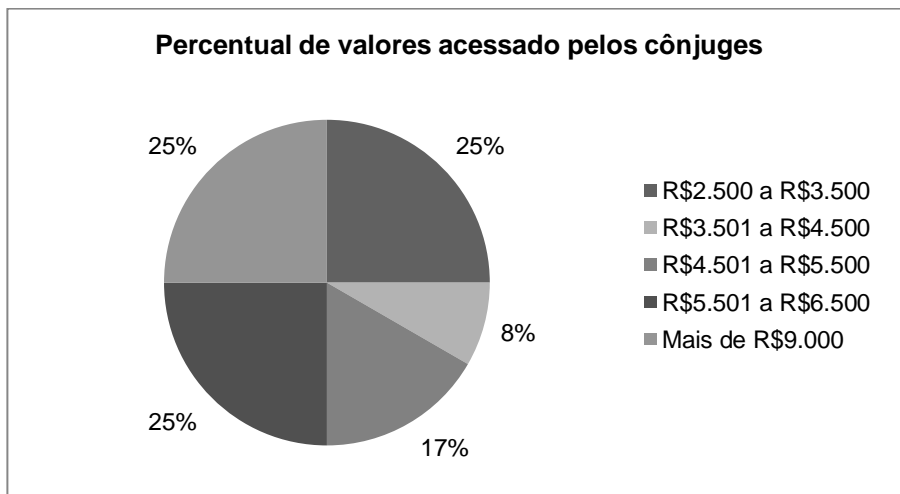
uniforme, pois 25% acessaram entre R\$ 2.500,00 e R\$ 3.500,00, 25% tiveram acesso a uma quantia entre R\$ 5.500,00 e R\$ 6.500,00 e outros acessaram mais de R\$ 9.000,00, também totalizando 25% do percentual de valores acessado pelos homens. Ainda assim, apesar de existirem algumas diferenças no acesso individual dos grupos, o valor médio acessado tanto pelos homens quanto pelas mulheres é equivalente, aproximadamente de R\$ 6.200,00.

Figura 3 – Percentual de valores acessado pelas mulheres



Fonte: elaborada pelos autores (2015).

Figura 4 – Percentual de valores acessado pelos cônjuges



Fonte: elaborado pelos autores (2015).

Portanto, no período de 2008 a 2014, ao todo 16 famílias da Associação Municipal Mulher Flor do Campo acessaram o crédito rural, ora pelas mulheres

associadas, ora pelos seus cônjuges. O recurso disponibilizado foi especificamente advindo da linha do Pronaf B, em parceria com o Programa Agroamigo, como dito anteriormente, e os valores foram investidos na bovinocultura de leite, cana-de-açúcar, artesanato e infraestrutura da propriedade (construção ou reforma de cercas e poços), totalizando 75 operações e o montante de R\$ 162.228,01.

Além do acesso ao crédito rural, o IPA também promoveu outras iniciativas importantes voltadas às mulheres da Associação Municipal Mulher Flor do Campo, entre elas, a inserção das agricultoras nos projetos Distribuição de Sementes e Terra Pronta. Antes restrito apenas a alguns agricultores, agora esses projetos contemplam todas as associadas. Outros pontos importantes que merecem destaque são: inclusão de 38 famílias no Programa Garantia Safra; apoio e incentivo às atividades não agrícolas do grupo, bem como divulgação dos seus produtos, que ocorre pela internet ou em eventos, possibilitando a sua comercialização; oficina de agregação de valores aos produtos agroecológicos: confecção de biscoitos pufes com garrafas PET, para dez mulheres; treinamento em horta familiar e oficina de aproveitamento total dos alimentos (cascas, folhas e raízes) para 25 famílias; inclusão de dez agricultoras na Chamada Pública Ater para mulheres; dez famílias na Chamada Pública Brasil Sem Miséria e seis famílias no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); e instalação de uma unidade de Produção Agroecológica Integrada Sustentável (Pais) nas comunidades.

Por fim, vale ressaltar a parceria entre o escritório municipal do IPA e a Unidade Acadêmica de Serra Talhada (UAST), da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), que, de forma conjunta, elaborou e executou o projeto Participando Sem Medo de Ser Mulher, em que foi avaliada e incentivada a participação das mulheres no grupo e na comunidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acompanhamento e o assessoramento da Associação Municipal Mulher Flor do Campo pelo IPA possibilitou que o grupo de agricultoras tivesse acesso a algumas políticas públicas antes remotas ao grupo, seja pela falta de informações, seja pelas dificuldades burocráticas, presentes principalmente pela ausência da DAP de boa parte das associadas, o que foi encaminhado a partir dos serviços de Ater prestados.

De certo, com base na evolução no número de acesso ao Pronaf/Agroamigo, percebe-se que o crédito rural é um importante instrumento para viabilizar o custeio e investimento das agricultoras familiares ligadas à associação, particularmente daquelas com menor rentabilidade e produtoras em pequenas áreas, pois, por esse meio, foram feitas intervenções ou melhorias nas suas unidades de produção, sem comprometer, na maioria dos casos, a situação econômica de suas famílias.

As ações do IPA também permitiram outros avanços, tais como a inclusão de suas famílias em outros programas governamentais e a qualificação técnica das agricultoras associadas. Esse segundo aspecto pôde ser constatado especialmente pelo incentivo às atividades não agrícolas e pela criação de espaços de comercialização dos produtos derivados do trabalho das mulheres. Em consequência, essas ações possibilitaram, além de mudanças no contexto socioeconômico e produtivo das agricultoras envolvidas, o resgate da autoestima e da cidadania dessas mulheres.

6. REFERÊNCIAS

BANCO DO NORDESTE. **Agroamigo**: apresentação. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/produtos_e_servicos/agroamigo/geraos/apresentacao.asp>. Acesso em: 31/11/2015.

BRASIL. **1ª Conferência Nacional sobre Assistência Técnica e Extensão Rural**. Ater para a agricultura familiar e reforma agrária e o desenvolvimento sustentável do Brasil rural. Documento-base. Brasília: MDA/SAF/Dater, 2012.

BRASIL. Lei de Ater nº 12.188/2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural e na Reforma Agrária – PRONATER. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm>. Acesso em: 10/01/2015.

BRASIL. Ministério das Minas e Energia. Diagnóstico do município de Santa Cruz da Baixa Verde. **Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea - estado de Pernambuco**. Recife, 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar. **Diagnóstico rural participativo**: guia prático DRP. Brasília, 2011.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília: MDA/SAF/Dater-IICA, 2004.

BRUMER, A. Previdência social rural e gênero. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 4, n. 7, p. 50-81, jan./jun. 2002.

BUARQUE, C. A dimensão de gênero no mundo rural brasileiro contemporâneo. In: MIRANDA, C.; COSTA, C. **Desenvolvimento sustentável e perspectiva de gênero**. Brasília: IICA, 2005. v. 2, p. 71-90. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável).

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 295-316.

COSTA, C. Contornos do celibato no espaço rural: solteirões do sul do Brasil. **Extensão Rural**, Santa Maria, v. 21, n. 3, set./dez. 2013.

DUFFY, B. Análise de evidências documentais. In: BELL, J. **Projeto de pesquisa**: guia para pesquisadores iniciantes em educação, saúde e ciências sociais. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008. p. 107-117.

FARIA, N. Economia feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural. In: DI SABBATO, A. et al. (Org.). **Estatísticas rurais e a economia feminista**: um olhar sobre o trabalho das mulheres. Brasília: MDA, 2009. p. 11-30.

FURTADO, E. D.; SOUZA, J. R. F. Mediação social para equidade de gênero nos territórios rurais. In: MIRANDA, C.; COSTA, C. **Desenvolvimento sustentável e**

perspectiva de gênero. Brasília: IICA, 2005. v. 2, p. 131-144. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável).

GODOY, C. M. T. et al. Juventude rural, envelhecimento e o papel da aposentadoria no meio rural: a realidade do município de Santa Rosa/RS. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 48., 2010, Campo Grande/MS. **Anais...** Campo Grande/MS, 2010. p. 1-18.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006/Agricultura Familiar:** primeiros resultados. 2006.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Dados do Censo 2010 publicados no Diário Oficial da União do dia 04/11/2010. **Dados:** Pernambuco. 2010. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados_divulgados/index.php?uf=26>. Acesso em: 20/11/2010.

LAXALDE, M. D. P. F.; BASCO, M. C. Capital social, economia solidária e desenvolvimento. In: MIRANDA, C.; COSTA, C. **Desenvolvimento sustentável e perspectiva de gênero.** Brasília: IICA, 2005. v. 2, p. 91-130. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável).

LOMBARDI, M. R. A ocupação no setor agropecuário no período 1993-2006 e o trabalho das mulheres. In: DI SABBATO, A. et al. (Org.). **Estatísticas rurais e a economia feminista:** um olhar sobre o trabalho das mulheres. Brasília: MDA, 2009. p. 123-162.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MELO, H. P.; DI SABBATO, A. Gênero e trabalho rural 1993/2006. In: DI SABBATO, A. et al. (Org.). **Estatísticas rurais e a economia feminista:** um olhar sobre o trabalho das mulheres. Brasília: MDA, 2009. p. 31-120.

RODRÍGUEZ, M. P. Gênero e atores sociais no enfoque territorial do desenvolvimento rural. In: MIRANDA, C.; COSTA, C. **Desenvolvimento sustentável e perspectiva de gênero.** Brasília: IICA, 2005. v. 2, p. 33-54. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável).

SANTOS, M. A. G.; LIMA, I. S.; LEÃO, R. S. C. A formação do extensionista rural: desafios no ensino técnico profissional em Pernambuco. **Extensão Rural**, Santa Maria, v.23, n.1, jan./mar. 2016.

SILIPRANDI, E. Um olhar ecofeminista sobre as lutas por sustentabilidade no meio rural. In: PETERSEN, P. (Org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro.** Rio de Janeiro: ASPTA, 2009. p. 139-151.

PERCEPÇÃO DE NOVOS TERRITÓRIOS RURAIS: A IDENTIDADE PROPOSTA POR INDIVÍDUOS ASSENTADOS

Magdalen Julie Marques Machado Caetano¹
Nara Rejane Zamberlan dos Santos²

RESUMO

Na constante luta pela terra, uma parcela segregada da população encontra nos movimentos sociais uma forma de buscar condições de sobrevivência individual e coletiva. Porém, apenas a posse da terra não permite em curto espaço de tempo, o estabelecimento de unidades produtivas que oportunizem o resgate da dignidade e imponha uma qualidade de vida. Com o objetivo de caracterizar os indivíduos assentados e analisar a percepção das formas de apropriação e planejamento dos lotes na atualidade e, em projeção futura, bem como identificar a importância dada ao elemento arbóreo como parte integrante das propriedades, foi desenvolvida a presente pesquisa junto ao Assentamento Itaguaçu, no interior do município de São Gabriel, RS. Metodologicamente, caracteriza-se como uma pesquisa de corte qualitativo. A coleta de dados se deu através de entrevistas apoiada em instrumento semiestruturado. O estudo permitiu a leitura de uma imagem social e produtiva em relação ao futuro. Concluiu-se que a luta destes sujeitos é pela constituição de um local digno para morar, produzir e conviver socialmente, porém entraves como a falta de infraestrutura, assistência técnica e crédito se constituem em obstáculos para o aperfeiçoamento das práticas produtivas e um instrumento ainda inacessível na obtenção de seus propósitos de luta política.

Palavras-chave: movimentos sociais, planejamento, produção, sujeito social, vegetação.

PERCEPTION OF NEW TERRITORIES RURAL: IDENTIFY PROPOSAL FOR SETTLED INDIVIDUALS

ABSTRACT

In the constant struggle for land, a segregated population parcel finds in social movements, a way to seek conditions for individual and collective survival. Nevertheless, land ownership alone does not allow, in a short term, the establishment of productive units that will create opportunities for dignity restoration and impose some life quality. Thus, aiming to characterize the settled individuals and analyze the perception of the ways of land parcels appropriation and planning

¹Graduada em Engenharia Florestal (UNIPAMPA - São Gabriel). Professora do Centro de Educação Tecnológica do Amazonas. E-mail: magdalenjuliemmc@gmail.com

²Doutora em Engenharia Florestal (UFSM). Professora Adjunta UFSM. Professora Associada Unipampa-São Gabriel. E-mail: narazamberlan@gmail.com

nowadays and, in a projected future as well as to identify the importance given to the arboreal component as part of the properties, this study was carried out at Itaguaçu Settlement in the city of São Gabriel, RS. The used methodology defines the study as a qualitative and quantitative research. The data collecting was performed through interviews based on a semi-structured instrument. The study allowed the reading of a social and productive image for the future. It was found that the struggle of these individuals is to establish a dignified place for living, producing and socially relate with each other. However, barriers like the lack of adequate infrastructure, technical assistance and financial credit are obstacles for the betterment of the productive practices and, an inaccessible instrument to obtain their purposes in political struggles.

Keywords: social movements, planning, production, social subject, vegetation.

1. INTRODUÇÃO

A questão agrária acompanha a própria história brasileira e se configura na luta pela ocupação da terra enquanto espaço vivido e produtivo, bem como pelo aumento da concentração fundiária, fruto das desigualdades socioeconômicas.

Para Miralha (2006), a importância da reforma agrária na atualidade recai na sua relevância social, como uma política de distribuição de renda e de inclusão, proporcionando a oportunidade de uma grande parte de pessoas, das periferias urbanas e, excluídos do mercado de trabalho, voltarem para o campo, agora com as condições para produzir de maneira viável, resgatando assim sua dignidade.

O acesso à terra do ponto de vista econômico é um instrumento de fortalecimento da agricultura familiar: politicamente, é fundamental para a proposição de um novo ordenamento territorial ao país e o avanço da regularização fundiária, que garantem soberania nacional e segurança jurídica para a produção, socialmente, se traduz em uma política de combate à pobreza e de ampliação de direitos, como o acesso à moradia, alimentação, saúde, educação e renda, e sob o aspecto ambiental, as políticas de reforma agrária e ordenamento fundiário abrem caminho para uma produção agrícola diversificada e capaz de ajudar a preservar as riquezas naturais do país (INCRA, 2010).

A criação dos assentamentos, conforme Ramalho (2002) possibilitou focar as estratégias de reprodução familiar e de sustento no próprio lote às populações de baixa escolaridade e com dificuldades de inserção no mercado rural/agrícola, possibilitando, mesmo que de forma precária, o acesso à moradia, escola e saúde, criando-se assim novos sujeitos sociais e resgatando a dignidade de populações, historicamente, excluídas.

O termo assentamento está relacionado, segundo Bergamasco et al. (1997), no contexto da reforma agrária a um espaço preciso em que uma população será instalada e, portanto, isto significa uma transformação do espaço físico, objetivando a sua exploração agrícola. O ato de assentar estes indivíduos envolve não somente a sua fixação, mas o estabelecimento das condições de produção e sustento, além da construção de uma vida familiar e comunitária.

A luta para a conquista da terra é árdua, mas o processo de territorialização não se encerra até que se crie a infraestrutura necessária e se organize social e produtivamente (TSUKAMOTO; ASARI, 2003).

Tendo como referência as dificuldades impostas aos assentados nos primeiros anos, referidas largamente na literatura, nos seu processo de adaptação, organização e produção, para lhes conferir condições dignas de sobrevivência, o

presente trabalho buscou através de levantamento de campo: - caracterizar os atores envolvidos na ocupação do Assentamento Itaguaçu, São Gabriel, RS; - identificar as formas de apropriação e desenvolvimento dos lotes; - reconhecer a importância de espécies arbóreas no contexto do assentamento; e,- perceber a projeção destes espaços no imaginário dos novos atores rurais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. REFORMA AGRÁRIA

Segundo a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 (BRASIL, 1993), sobre os dispositivos constitucionais relativos ao conceito geral de reforma agrária, previsto na Constituição Federal de 1988, afirma-se que é o sistema que serve para regular e promover a divisão dita justa de terras em um estado.

O Brasil como detentor de altos índices de concentração fundiária, passa, segundo Mello e Sulzbacher (2013), a partir da década de 1930 a assumir para si a atribuição de ocupar áreas, expandir a fronteira agrícola e desenvolver o meio rural. Porém, para Souza e Pereira (2008) é preciso um avanço no processo de reforma agrária para a superação da desigualdade de renda e distribuição de propriedade.

De acordo com Freire (2001), a reforma agrária deve ser um processo de desenvolvimento do qual resulte, necessariamente, a modernização do campo, como da agricultura, enquanto para Ranieri,

é um termo utilizado para descrever uma série de ações que têm como base a reordenação fundiária como mecanismo de acesso à terra e aos meios de produção agrícola aos trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra(RANIERI, 2003, p. 37).

A partir do Decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970 (Brasil, 1970) foi criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), autarquia federal que possui a missão prioritária de realizar a reforma agrária no país, manter o cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas da União. O INCRA incorporou entre suas prioridades a implantação de um modelo de assentamentos, além de qualificação, acesso a uma infraestrutura básica, assessoria técnica e consultorias gratuitas aos assentados para que possam aproveitar da melhor maneira possível os recursos das terras em que passarem a habitar e produzir.

A Reforma Agrária no Brasil se dá, basicamente, da seguinte forma: a União realiza a compra ou desapropriação de latifúndios particulares considerados improdutivos e sob a figura do INCRA, distribui e loteia essas terras às famílias as quais recebem esses lotes (REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL, 2014).

O sucesso do assentamento, na opinião de Sparovek e Maule (2003) inicia pela seleção de regiões aptas para a reforma agrária, o que demanda ferramentas de escala local possíveis de análise das condicionantes do meio físico e regional de maneira, a permitir a correta escolha da área para o desenvolvimento do assentamento.

Os latifúndios desapropriados para assentamentos, normalmente, possuem poucas benfeitorias e infraestrutura, como saneamento, energia elétrica, acesso à cultura e lazer. Por isso, as famílias assentadas seguem organizadas e realizam novas lutas para conquistarem estes direitos básicos.

2.2. A FORMAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS E O PAPEL DA EXTENSÃO RURAL

A expressão "assentamento" é utilizada para identificar não apenas uma área de terra no âmbito dos processos de reforma agrária, destinada à produção agropecuária e ou extrativista. Além disso, também é um espaço heterogêneo de grupos sociais constituídos por famílias camponesas, que adquire vida depois de desapropriado ou adquirido pelos governos federal e/ou estaduais, com o fim de cumprir as disposições constitucionais e legais relativas à Reforma Agrária (CARVALHO, 1999).

Bergamasco e Norder (1996, p. 7) colocam que:

de maneira genérica, os assentamentos rurais podem ser definidos como a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra.

Para Bergamasco et al. (1997) o termo assentamento, no contexto da reforma agrária brasileira está relacionado a um espaço preciso em que uma população será instalada é, portanto, uma transformação do espaço físico, cujo objetivo é a sua exploração agrícola.

Conforme Santalucia e Hegedus (2005, p.98),

os assentamentos rurais no Brasil, em sua grande maioria, são constituídos por lotes individuais, com área estimada a partir da definição de módulo regional, ficando as famílias praticamente sozinhas para se desenvolverem em uma situação econômica desfavorável de escassos recursos e tendência de queda dos preços agrícolas.

A organização espacial de um assentamento é formada pela divisão de lotes destinados às famílias, ou seja, cada família é contemplada com um lote. Conforme Ramirez et al. (2013) a organização dos espaços dos lotes está associado ao ambiente socioeconômico gerado pelos assentamentos e suas famílias.

Quando os assentados (as famílias) chegam ao lote eles passam a vivenciar algo desconhecido, novo, onde eles terão que aprender com seus erros ao usar a terra, produzir, conquistar e organizar. Os assentados são de outras regiões e a troca de saberes com os outros assentados e com os técnicos extensionistas é fundamental para essa nova experiência. Normalmente, segundo Xavier (2013), no assentamento há uma convivência entre as pessoas nas atividades laborais, e também na esfera comunitária, com espaço político da participação nas associações e no lazer.

Segundo Martins et al. (2011), por meio do planejamento, iniciam-se as etapas de organização do lote e, a partir da construção de um local de moradia, torna-se possível a mudança da família para "cima do lote", ainda que em um abrigo provisório.

As famílias, em seus primeiros anos sobre o lote, organizam sua moradia e todo o espaço do mesmo, bem como, o que irão produzir para suprir suas necessidades. Todo este planejamento é pensado devido à preocupação futura com os seus lotes. Para Xavier (2013), o cotidiano das famílias assentadas envolve uma série de trabalhos na agricultura, no cuidado com animais, nos afazeres domésticos, que resultam em saberes de experiências que são mobilizados, mas também são desenvolvidas atividades comunitárias concernentes à cultura, ao lazer, à educação,

à religião.

Diante desta nova realidade que se impõe no cenário nacional há a necessidade de um novo profissional para os quadros da extensão rural. Neste sentido Caporal (2009) aponta o perfil desejado deste profissional: ter visão holística e sistemática voltada à sustentabilidade, ser articulador e canalizador, ter capacidade de liderança, demonstrar e praticar posturas participativas, capacidade de análise e síntese e ter aptidão para o planejamento e a ação planejada. Segundo o autor, os processos de formação dos novos extensionistas deveriam congregiar conteúdo e abordagens transdisciplinares, de modo incorporar uma compreensão dos processos sociais, políticos e econômicos.

Abramovay (1997) apud Silva e Araújo (2008) sintetiza ideias a respeito de um novo modelo contemporâneo de serviço público de assessoria rural o qual deve inserir sua ação em uma luta mais ampla como a busca de cidadania, do desenvolvimento sustentável, da participação, livre organização e ampliação do acesso ao conhecimento, bem como deve despertar o conjunto das energias locais capazes de valorizar o campo como espaço propício na luta contra a exclusão social. Assim, o trabalho da extensão rural não deve se restringir apenas àquele público capaz de dar respostas de imediato, pois o público da extensão deve se definido como o conjunto dos participantes das múltiplas iniciativas destinadas à valorização do espaço e das oportunidades locais de geração de renda.

Porém, Silva (2014) pondera que:

O processo de transmissão do conhecimento técnico e de difusão da tecnologia para o meio rural é uma ação que apresenta uma dificuldade intrínseca e que, em função das características peculiares dos elementos envolvidos, pode resultar em insucesso. Deve-se entender, a princípio, que o homem rural e o técnico, pretendo detentor do conhecimento que tenciona difundir, apresentam ontogênias diferentes e distantes, e que, deste modo, realizam um acoplamento estrutural de difícil consolidação. Não se trata, aqui, de problemas de acolhida ou de relacionamento, muito pelo contrário. O que se verifica é que, em algumas situações, o conhecimento é repassado, mas não assimilado e empregado; a tecnologia é transferida, porém não adotada (SILVA, 2014, p.42).

Para Navarro (1999), as equipes extensionistas devem trabalhar em nível de comunidade com diagnóstico rural, lembrando que cada comunidade é diferente necessitando que o próprio homem rural atue como ator de sua própria mudança.

2.3. ELEMENTO “ÁRVORE”: SEU PAPEL ESPACIAL E PRODUTIVO

O Brasil é considerado pela sua diversidade representada pela variedade de formações vegetais e ecossistemas, que abrigam uma das floras mais diversificadas e exuberantes do planeta. As árvores são plantas com caules e ramos lenhosos. Em geral, a maioria apresenta um tronco lenhoso único e ramos formando uma copa.

A presença de árvores traz benefícios diretos e indiretos, como o controle da erosão, manutenção da fertilidade do solo e proporciona o aumento da biodiversidade (ARANA; ALMIRANTE, 2007).

De acordo com Grey e Deneke (1978), citados por Milano e Dalcin (2000), a contribuição das árvores como protetoras contra a radiação solar é significativa, já que as árvores e outros vegetais refletem, absorvem e transmitem radiação e, por

meio da fotossíntese, também fixam energia, influenciando nas condições ambientais.

As árvores são subutilizadas nas propriedades rurais. A arborização permite repovoar de forma ordenada áreas de pastagens a céu aberto, para proteger o rebanho dos extremos climáticos e ainda, obter serviços ambientais e diversificação de produtos florestais e pecuários (MONTROYA et al., 1994).

Áreas consideradas impróprias para a agricultura ou pastagens em estágio inicial de degradação, conforme o autor, também podem ser utilizadas e recuperadas por meio da introdução de arbóreas.

Mascaró e Mascaró (2005) afirmam que o vento influencia, significativamente, na ambiência dos espaços e, conseqüentemente, na sensação térmica dos usuários. A vegetação desempenha efeitos básicos sobre o vento, conforme Robinete (1972) citado por Mascaró e Mascaró (2005), como: canalização, deflexão, obstrução e filtragem.

O uso de barreiras quebra-ventos, segundo Volpe e Schoffel (2001), serve como anteparo e atenua a velocidade e turbulência do vento, proporcionando melhorias às condições ambientais através do controle do microclima da área protegida.

As árvores selecionadas para compor as barreiras quebra-vento devem ser resistentes aos ventos, às pragas e às doenças, além de terem raízes profundas, serem de rápido desenvolvimento e frondosas (perenifólias). No delineamento de barreiras quebra-vento, sua estrutura (porosidade, formato, largura, comprimento e altura) e distribuição espacial (orientação, espaçamento, configuração) devem ser claramente definidas para que se alcance o máximo de benefícios (VOLPE; SCHOFFEL, 2011).

Segundo Silva et al. (1998) as árvores constituem uma barreira, impedindo a formação de geadas. Essa proteção, segundo os autores, resulta em termos práticos, em pastagens verdes sob árvores durante o inverno.

Em relação às arbóreas frutíferas, Manica et al. (2007) salientam que as mesmas, além de embelezar a propriedade, exibem o seu verde intenso, folhagens, flores e frutos, proporcionando um microclima agradável, e harmonioso. As plantas frutíferas absorvem o excesso de água das chuvas, aumentam a microflora e criam um ambiente saudável, tranquilo, alegre, contribuindo para melhoria e manutenção da qualidade de vida de seus moradores.

A introdução de viveiros comunitários em assentamentos é defendida por Rodrigues et al. (2004) que os apontam como importante ferramenta nos planos de recuperação ambiental, além do caráter socioeconômico, pois podem reverter na geração de renda familiar conciliada ao conforto ambiental resultando em maior qualidade de vida às famílias assentadas.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O município de São Gabriel – RS, segundo dados do censo do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE, 2010) possui uma população de 60.425 habitantes e uma área territorial de 5.024 km² (Figura 1) e localiza-se na Fronteira - Oeste do estado Rio Grande do Sul, às margens da BR 290 (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL, 2008; GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2012).

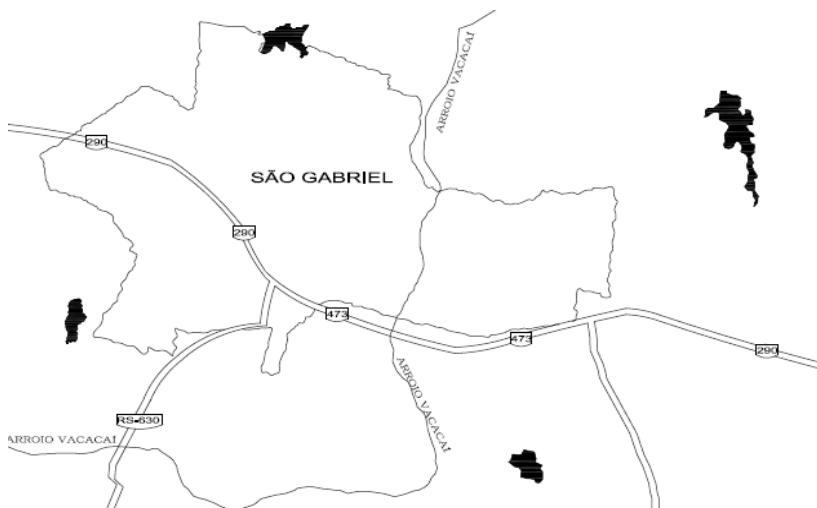
Figura 1- Localização do município de São Gabriel, RS



Desenho: Paulo Grapiglia

O Assentamento Itaguaçu, objeto do presente estudo situa-se na zona rural do município de São Gabriel, às margens da RS – 630 (Figura 2). Apresenta uma área total de 1996 hectares, sendo que cada lote possui uma área aproximada de 17 hectares.

Figura 2- Localização das principais vias de acesso ao município de São Gabriel, RS



Desenho: Paulo Grapiglia

A pesquisa foi realizada com famílias assentadas no Assentamento Itaguaçu, as quais se estabeleceram no período de 2008 a 2011. Embora com aproximadamente, noventa e nove famílias assentadas, conforme o INCRA (2011), apenas sete famílias participaram da pesquisa. Os motivos que levaram a estudar esta amostra foram a indicação realizada pela COPTec (Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos), pelo interesse demonstrado pelos mesmos em participar e pela própria localização dos lotes em locais de fácil acesso, pois não existem vias demarcadas e em condições de trafegabilidade.

Como esses atores pertencem à categoria de assentados, estando assim já inseridos em um conjunto mais ou menos uniforme, segundo Crespo (1996), a amostra representativa da população, é do tipo aleatória simples sistematizada.

A pesquisa desenvolvida teve abordagem quali-quantitativa. Conforme Neves (1996), a abordagem quantitativa permite o redirecionamento das atividades durante o processo além da interação do pesquisador com os sujeitos da pesquisa. Também pode ser considerado um estudo de caso que, segundo Triviños (1987) tem por finalidade o aprofundamento da descrição de determinadas realidades.

A integração da pesquisa qualitativa e quantitativa para Goldenberg (2007) permite que se façam cruzamentos das conclusões de modo a ter maior confiança nos dados.

A pesquisa desenvolveu-se em quatro etapas:

Na primeira etapa ocorreram os contatos com a comunidade do Assentamento Itaguaçu através da COPTec que presta a assistência técnica ao assentamento, juntamente com os líderes das comunidades dos assentamentos do município. Posteriormente, a pesquisa foi apresentada aos assentados, em uma reunião, no próprio assentamento, onde foi possível esclarecer os objetivos da mesma.

Na segunda etapa foram selecionadas sete famílias, totalizando vinte pessoas, interessadas em participar da pesquisa. Após (terceira etapa) foram aplicados questionários, tido como um roteiro de questões fechadas e abertas, caracterizando-se por uma entrevista semiestruturada. As questões fechadas foram utilizadas para obtenção de informações sócio demográficas das famílias, enquanto as abertas foram utilizadas para caracterizar a organização do lote e percepção dos mesmos em relação as condições encontradas e a projeção futura.

A partir da obtenção dos dados efetuou-se a tabulação e interpretação dos dados constituindo-se na quarta etapa.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após os primeiros momentos de convívio com as famílias e a participação no cotidiano, de modo a dissipar alguma timidez e receio foram iniciadas as entrevistas com o propósito de identificar e caracterizar os vários sujeitos.

Em relação aos seus municípios de origem, identificou-se entrevistados naturais dos municípios de Cerro Largo, Roque Gonzales, São Luiz Gonzaga, Liberato Salzano, Caiçara, Santa Bárbara do Sul, Palmeiras das Missões, todos eles pertencentes a mesorregião Noroeste Rio-Grandense, do estado do Rio Grande do Sul, o que demonstra as diferenças em relação às culturas e hábitos entre a região de origem e a receptora,

O grau de parentesco é uma forma de organização social e os entrevistados conviviam em seus lotes com o padrão da família nuclear formada por grau de parentesco do tipo: marido, esposa, filha, filho e neto. Dos entrevistados dez são do gênero feminino e dez masculino, sendo que a maioria das crianças

presentes eram menores de nove anos, filhos e netos dos entrevistados, prevalecendo assentados com idade entre 20 a 39 anos e, apenas dois com idade superior a 60 anos.

Os assentados pesquisados possuem idade inferior aos dados demonstrados no trabalho desenvolvido por Bergamasco (1997), que apontou que 48,4% do total dos titulares dos lotes de assentamentos, no Brasil, possui entre 36 e 57 anos, enquanto Fietz et al. (2010) em estudo em assentamento em Mato Grosso do Sul registraram a idade média de 43 anos.

Embora todos os adultos soubessem ler nenhum tinha ensino superior, prevalecendo à formação relativa ao fundamental incompleto. A identidade jovem dos assentados e de seus dependentes justifica a presença de cinco crianças ainda fora da escola. Trabalho realizado por Campos, Silveira e Caliarí (2015) no Assentamento São Domingos dos Olhos D'Água, GO, identificaram que 98% dos componentes de famílias pluriativas são alfabetizados, 35% dos componentes dessas famílias alcançaram o ensino médio e não há pessoas vivendo abaixo do nível de pobreza.

Ainda sobre a caracterização dos entrevistados todos residem e trabalham no assentamento, desenvolvendo atividades nos seus lotes. A situação comprovada vem de encontro às observações de Oliveira (2007), ao se referir ao surgimento dos assentamentos para esses atores como um campo de possibilidades, que garante o trabalho, moradia e créditos. Nestes casos, conforme o autor, os assentamentos também podem ser vislumbrados como um ponto final relativo, pois, aquele ambiente pode ser visto como um espaço que possibilitará um salto para outro degrau socioeconômico.

A permanência dos assentados nos lotes revela o desejo destas famílias em se estabelecer e desenvolver práticas produtivas, pois estudos realizados por Aleixo (2007) demonstram a existência de outras situações como à venda do lote, entre outras, entendida como a comercialização mediante o pagamento em dinheiro, equipamentos, veículos e ou outras vantagens pessoas. Também neste sentido, Santa Lucia e Hegedus (2005) complementam que vários assentamentos no país apresentam problemas estruturais, deficiência de assistência técnica, evasão rural conduzindo a venda irregular de lotes.

Ainda nesta direção, Cruz e Santos (2011) comentam que a comercialização de posses de lotes é uma realidade que se faz presente nos espaços dos assentamentos e um fator importante para que se questionem as condições nas quais os sujeitos da Reforma Agrária estão se reproduzindo.

Em relação às moradias dos entrevistados, grande parte deles moram em casas feitas de madeira, e dentre estas, quatro possuem energia elétrica, confirmando Bergamasco (1997), que afirma que as casas de madeira são encontradas nos assentamentos na região Sul, enquanto as de alvenaria são mais comuns na região Sudeste.

Já em relação ao esgotamento sanitário, os dejetos são depositados em "fossas rudimentares", que são lançadas em cursos d'água ou, diretamente, no solo a céu aberto. Esse cenário sobre o esgotamento sanitário coloca em risco a saúde da população, em especial as crianças, bem como a proteção dos mananciais de água e a preservação do meio ambiente.

A água não advém do sistema público de saneamento, e sim, de poços e açudes e, em épocas de estiagem o abastecimento fica totalmente comprometido. Este fato foi presenciado no momento de coletas de dados da pesquisa quando acontecia o fenômeno da estiagem, sendo necessária a presença da Defesa Civil para o fornecimento de água para consumo. Nessa entrevista também foi notória a observação de que nenhuma família possui qualquer tipo de sistema de irrigação

para a produção.

Sobre a opinião dos mesmos sobre as condições como ocorrem os deslocamentos do Assentamento Itaguaçu ao centro da cidade de São Gabriel, todos consideram de difícil acesso, e mencionaram que a maior dificuldade é a própria extensão do assentamento, pois, normalmente, eles necessitam se deslocar, em média, até 10 km até a parada do ônibus coletivo e esse acesso é feito à pé, à cavalo, de bicicleta, com motocicleta ou de carroça, pois a frequência em que necessitam o deslocamento à sede do município é variável com as necessidades, porém, normalmente, é de uma a três vezes ao mês, conforme Quadro 1.

Quadro 1- Motivação e meios de deslocamento dos entrevistados do Assentamento Itaguaçu, São Gabriel, RS.

Entrevistado	Motivação	Meio de deslocamento	Período			
			Jan. 2012	Fev. 2012	Mar. 2012	Abril 2012
01	Saúde	Bicicleta	xxx	xx	x	-
02	Compras	Motocicleta	-	x	xx	x
03	Vendas	Bicicleta	-	-	x	-
04	Saúde	Cavalo	-	x	xxx	-
05	Diversas*	A pé	x	-	x	xx
06	Lazer	Bicicleta	-	x	-	-
07	Viagem	A pé	-	x	-	x
08	Compras	Motocicleta	x	-	x	x
09	Compras	Carroça	-	x	x	-
10	Saúde	A pé	-	-	-	xxx
11	Diversas*	Bicicleta	xx	-	-	x
12	Saúde	Cavalo	-	x	-	-
13	Compras	Bicicleta	x	x	x	x
14	Viagem	A pé	-	-	x	-
15	Saúde	Carroça	-	x	xxx	-
16	Diversas*	Bicicleta	x	-	xx	-
17	Diversas*	Cavalo	-	x	x	x
18	Saúde	A pé	-	xx	-	x
19	Compras	A pé	x	-	x	xx
20	Compras	A pé	-	x	x	x

*diversas= compras, saúde, pagamentos, documentação, entre outras;

x= número de deslocamentos

Fonte: dados de pesquisa

A dificuldade de deslocamento dos assentados é relatada por Oliveira (2007), em pesquisa nos arredores do Distrito Federal, pois segundo o autor é na cidade que eles costumam comprar os seus bens de consumo imediato, além de buscar o que necessitam.

As condições impostas pela localização, distâncias no interior do assentamento e em relação às estradas e paradas de ônibus, impõem dificuldades

diárias aos estudantes, ao transporte de gêneros e as necessidades oriundas da própria saúde dos cidadãos. Neste sentido, Turnes (2004) ressalta que o desenvolvimento local deva ser o promotor da qualidade de vida para as pessoas que vivem no território, sendo o atendimento a saúde uma de suas dimensões intrínsecas.

Dentre os bens pertencentes às famílias, 60% possui fogão a lenha e a gás, televisão e geladeira, 50% rádio e 30% máquina de lavar roupa e liquidificador.

Em pesquisa já referida de Campos, Silveira e Caliarí (2015), 100% dos assentados têm acesso à luz elétrica e possuem geladeira.

Em relação ao rádio, Fagotti (2012) aponta como o meio de comunicação privilegiado em sociedades agrícolas ou rurais, sendo em alguns casos o único veículo de informação de agricultores, caracterizando-se pelo baixo custo e fácil acesso.

Quanto aos meios de comunicação não foi constatada a presença de telefones fixos, porém 70% possuem telefone celular, embora ressaltem a dificuldade de serviço devido à falta de sinal na região.

Em relação às ferramentas agrícolas disponíveis para o uso em suas atividades, mencionaram: enxadas, foices, facões, capinadeira, arado, pás, cavadeiras, machados, plantadeira manual (pica-pau), serrotes e machados, demonstrando a precariedade de equipamentos, para os cultivos, não somente de subsistência, mas que lhes permitam novas conquistas em termos de uso e produção da terra conquistada.

Como fazer frente a produtores que instituíram avanços tecnológicos em suas propriedades, com a implantação de novas máquinas e equipamentos de última geração, com parques instrumentos de trabalho? Mais uma vez fica evidente a necessidade de apoio técnico a estes assentados e, principalmente, linhas de crédito, que lhes permitam a aquisição de equipamentos e insumos básicos para tornar estas terras produtivas e impor uma qualidade de vida aos atores envolvidos.

Em contrapartida, Strachulski e Floriani (2014) defendem que a incorporação de maquinário agrícola e de alguns insumos pode diminuir a intensidade das relações e dos contatos sociais entre os vizinhos.

Um dos temas da entrevista referia-se a organização do lote, quando foi possível aos assentados transmitir suas sensações e perspectivas.

À pergunta: Como era a terra do lote quando chegaram aqui? Os entrevistados responderam citando as seguintes expressões: “*campo bruto, pastagem, campo, macegão, grama, cupim, tristeza, péssimo, macega, desespero para ir embora, terra boa*”.

Embora representando a realização de um sonho “de ter e estar na terra” à chegada ao lote representa um desafio, pois não possuem moradia e nenhuma produção, e muitas vezes sem acesso a energia elétrica e água.

No processo de organização dos lotes, os assentados, ao seu tempo, executam tarefas relativas à implantação de benfeitorias, cultivos agrícolas e introdução da pecuária, conforme Quadro 2. Percebe-se a preocupação dos mesmos em construir suas moradas mesmo que, inicialmente, de forma provisória. O direito à moradia é um dos núcleos que possibilita a consecução da dignidade da pessoa humana, razão pela qual deve ser implementado em todos os níveis (RANGEL; SILVA, 2009).

Quadro 2- Etapas de organização dos lotes dos entrevistados do Assentamento Itaguaçu, São Gabriel/RS.

Família	Etapas da organização dos lotes		
	1ª	2ª	3ª
1	Plantio de árvores	Construção de moradia provisória	-
2	Construção da casa	Cercamento do lote	Formação de potreiro
3	Plantio de árvores	Construção da casa	Preparação do solo.
4	Construção de moradia provisória	Preparação do solo para plantio de milho	Preparação do solo para futuros plantios
5	Roçada	Construção da casa	Plantio de cinamomos, implantação de horta
6	Construção da casa	Implantação de horta	Plantios em geral.
7	Construção da casa	Plantios	-

Fonte: dados de pesquisa

Dentro do processo de organização do lote, os assentados utilizaram alguns critérios para o plantio de árvores objetivando a produção de sombra nos lotes e a função de quebra-vento. Porém, o processo de organização foi acontecendo, conforme a necessidade do grupo, e a produção voltada apenas para o consumo próprio.

Os entrevistados mencionaram as melhorias já realizadas, dentre as quais: atividades ligadas à produção agrícola como adubação e preparo do solo para o plantio de hortaliças, árvores e outras espécies sazonais. Ainda, houve o cercamento dos lotes para a criação de animais e melhorias dos domicílios.

Quando indagados se achavam importante morar no campo e o porquê, todos se manifestaram positivamente e, em nenhum instante foi mencionada a infelicidade de morar naquelas condições, especificamente, em um assentamento.

A respeito disso se ressaltam frases como:

É muito importante morar no campo, é uma necessidade, por que o alimento da cidade sai da agricultura familiar (Entrevistado 3).

No campo cria as coisas sadias: galinha, carne de primeira, banha, mas em certas ocasiões é difícil (Entrevistado 1).

Morar no campo é bom para criar os filhos, é melhor que na cidade (Entrevistado 5).

Legal, se tira a própria comida, próprio sustento (Entrevistado 2).

Sim, situação tranquila (Entrevistado 4).

É importante observar que, dentre as famílias entrevistadas, quatro se consideram moradores do campo e os demais responderam se intitulam agricultores ou pequenos agricultores. Conforme Parecer 36/2001 sobre as Diretrizes Operacionais da Educação Básica nas Escolas do Campo apresentados em Conselho Escolar e Educação do Campo (Brasil, 2006), o campo é mais do que

um perímetro não-urbano, é um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações da sociedade humana.

Na organização do lote e na produção no mesmo, geralmente as tarefas são divididas, dadas a diversidade de atividades, típicas de pequenas propriedades rurais.

A área hoje referente ao Assentamento Itaguaçu, antigamente era um complexo de três fazendas, sedes e casas para os proprietários e seus empregados. Nessas áreas existiam árvores para sombreamento e espécies frutíferas, enquanto o restante das fazendas servia como áreas de produção agrícola e pecuária. Hoje, parte desta extensão de terras são áreas comuns ao assentamento, local onde a comunidade se encontra para reuniões e outros tipos de eventos.

Para Strachulski e Floriani (2014), a partir da leitura das formas da paisagem é possível entender como se estruturam os sistemas agrários e produtivos.

Quando Ihes foi perguntado se já existiam árvores nos lotes quando ali chegaram, apenas um entrevistado respondeu afirmativamente, enquanto os demais responderam, negativamente:

Não tinha um pé de nada(Entrevistado 7).

Só tinha 2 ou 3 pé de eucalipto (Entrevistado 3).

A partir desta constatação demonstraram motivação para a realização de plantios com espécies arbóreas, tanto ornamentais como frutíferas, embora relatos dêem conta de problemas constantes como à estiagem, a formiga, além do registro de um incêndio que dizimou as plantações.

Em relação à possibilidade de conseguirem mudas, houve unanimidade em relação às dificuldades pelos seguintes motivos: alto preço e a distância dos viveiros. Ainda discutiram que era necessário deslocar-se a longas distâncias nas áreas de mata nativa para a coleta de sementes para a produção de suas próprias mudas.

Dada às dificuldades típicas de áreas de assentamentos se buscou levantar, em especial do local de estudo, as principais dificuldades vivenciadas. A intensidade do vento, retardando o desenvolvimento das mudas e, a consequente perda de umidade do solo; a falta de sombreamento nas residências as quais permanecem expostas a ação do sol no período de verão; o combate incessante às formigas e a presença de áreas erodidas foram destacadas nas respostas.

A falta de água, fator extremamente significativo para a produção e consumo foi, exaustivamente, apontada, somado à precariedade dos acessos.

O distanciamento da orientação técnica e a falta de recursos financeiros se constituíram numa constante nos relatos apresentados.

Porém, uma das indagações da pesquisa era perceber como o assentado projeta seu lote para o futuro. Este foi um momento de muito entusiasmo, refletindo a esperança destas famílias que se referiam aos lotes

(...) com diversidade de árvores frutíferas, árvores de sombra, rebanho de vacas leiteiras, ovelhas e outros animais, bem como o cercamento de toda área e um sistema de irrigação que Ihes permita cultivar a terra independente das condições do tempo (Entrevistado 10).

Um exemplo é a afirmação de um entrevistado:

Uma casa própria com conforto. Imagino muito legal, com uma propriedade com muito valor (Entrevistado 15).

E, nesse momento ocorreu a pergunta: “O que é preciso para que isso aconteça?”

As respostas reiteraram todas as constatações oriundas de todo o desenvolvimento dos relatos:

força de vontade, trabalho e crédito financeiro, limpeza do açude para ter água, árvores, comida para os bichos como o milho, vaca de leite, ter água e luz (Entrevistado 6).

A motivação dos entrevistados encontra amparo nas observações de Aleixo (2007, p.4), ao se referir que a constituição dos assentamentos rurais traz no imaginário uma certa dose de idealização projetando que em havendo necessidades de mudanças, as mesmas serão insignificantes, pois esta, em ocorrendo representará uma fase após a conquista da terra.

Assim, observa-se a necessidade de técnicas levando-se em conta as situações impostas, os recursos disponíveis e as diferentes realidades sociais e econômicas para reduzir as distorções, as desigualdades e criar locais complexos em “lugares” com nova história.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo como base o convívio e o diálogo, procurou-se neste estudo caracterizar as condições físicas dos lotes recebidos pelas famílias do Assentamento Itaguaçu e as melhorias decorrentes da organização e ocupação destes locais, bem como atendeu outro objetivo proposto de analisar a projeção futura através da manifestação de seu imaginário.

A concepção dos assentados, embora traduzida de forma singela, demonstrou a preocupação em se efetivar na terra e buscar rendimentos para a sobrevivência individual e de grupo o que demonstra noções de união, solidariedade e laços de afinidade.

Elementos presentes na prática rural como as plantações e a criação de animais, bem como, a presença de estruturas básicas, como o solo, a água e a cobertura vegetal foram enaltecidas expressando as possibilidades de uso dos recursos naturais para seu sustento e, como espaços de produção.

A percepção da importância das árvores não somente como elemento fornecedor de alimentos e madeira, mas também como fonte de sombra e de abrigo bem como de elemento de configuração da paisagem transpareceu nas respostas comprovando o estabelecimento de relações com o ambiente natural e propondo a inclusão do vegetal no cotidiano da comunidade.

Evidenciou-se nessa pesquisa que deve haver uma correlação entre conhecimentos teóricos e práticos a fim de auxiliar estes iniciantes nas técnicas agrícolas a buscar maior satisfação tanto na produção, como na fixação dos mesmos no meio rural estabelecendo espaços de experiências e trocas no universo de habilidades de cada sujeito.

Ressalta-se a necessidade de participação da Extensão Rural em assentamentos que deve ocorrer de forma interdisciplinar, dada às diferenças nas necessidades e anseios desta população, pois o somatório de condicionantes como

a falta de infraestrutura e desconhecimento técnico pode implicar, futuramente, e de forma negativa, na realidade do local.

A experiência da pesquisa confirmou o verdadeiro papel da extensão rural como agente nas mudanças sonhadas e desejadas pelos cidadãos que vivem no meio rural, totalmente ausente no caso do Assentamento Itaguaçu no município de São Gabriel - RS, onde famílias buscam além de seus interesses básicos, o desenvolvimento e a sustentabilidade.

6. REFERÊNCIAS

ALEIXO, D. N. S. **Mudanças de beneficiários e formas de reocupação de lotes no Assentamento Capelinha, Conceição de Macabu, RJ.** 2007. 199 p. Dissertação (Mestrado em Ciências). Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Curso de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, RJ, 2007.

ARANA, A. R. A.; ALMIRANTE, M. F. A importância do corredor ecológico: um estudo sobre Parque Estadual “Morro do Diabo” em Teodoro Sampaio- SP. **Geografia**, v. 16, n. 1, p. 143-168, 2007.

BERGAMASCO, S. M. P. P.; NORDER, L. A. C. **O que são assentamentos rurais?** São Paulo: Brasiliense, 1996.

BERGAMASCO, S. M. P. P. A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números. **Estudos Avançados**, n. 11,v. 31, p. 37-49, 1997.

BERGAMASCO, S. M. P. P. et al. **Por um atlas dos assentamentos brasileiros:** espaços de pesquisa. Rio de Janeiro: DL/Brasil, 1997.p. 51p.

BRASIL. **Conselho escolar e a educação do campo.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006. p. 91.

BRASIL. Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. Regulamenta os dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária. Brasília, 25 fev.1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/>. Acesso em: 27 dez. 2012.

BRASIL. Decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970. Criação do INCRA. Brasília, 9 de jul.1970. Disponível em: <<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/24/1970/1110.htm>>. Acesso em 09 jan. 2013.

CAMPOS, W. P.; SILVEIRA, M. A.; CALIARI, M. A pluriatividade e seu efeito sobre os agricultores familiares do Assentamento São Domingos dos Olhos D'Água – Morrinhos GO Brasil. **Extensão Rural**, Santa Maria, v. 22, n. 1, p.36- 55, jan./mar. 2015.

CAPORAL. F. R. **Bases para uma política nacional de formação de extensionistas rurais.** Brasília –DT: [s.n.], 2009.

CARVALHO, H. M. **Interação social e as possibilidades de coesão e de identidade sociais no cotidiano da vida social dos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária no brasil.** Curitiba, PR: NEAD, 1999.

CRESPO, A. A. **Estatística fácil**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 1996.

CRUZ, N. N. D.; SANTOS, R. J. O desafio da permanência na terra: comercialização de posses e reprodução dos modos de vida nos assentamentos da reforma agrária do Triângulo Mineiro. **Campo-território**: Revista de Geografia Agrária. v. 6, n.11, p.249-279, 2011.

FAGOTTI, L. N. Rádios livres nas comunidades rurais dos assentamentos de Reforma Agrária do município de Araraquara. **Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, Araraquara, v. 5, n. 1, jul./dez. 2012.

FIETZ, V. R. et al. Condições socioeconômicas, demográficas e estado nutricional de adultos e idosos moradores em assentamento rural em Mato Grosso do Sul, MS. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 17, n. 1, p. 73-82, 2010.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 11 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001. p. 93.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa. 10 ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL-NÚCLEO REGIONAL DE INTEGRAÇÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA. **Plano de desenvolvimento e integração da faixa de fronteira do estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: PDIF/RS, 2012.

IBGE. 2010. São Gabriel. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 01 jan. 2013.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. Pesquisa confirma que reforma agrária é um instrumento de combate à pobreza. Jornal. Publicação Especial do INCRA, ano 1, n. 2. Dezembro, 2010.

INCRA. 2011. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br>>. Acesso em 27 dez. 2012.

MANICA, I. et al. **Pomar doméstico- caseiro- familiar**. Porto Alegre: Cinco Continentes, 2007. p. 112.

MARTINS, V.S. et al. Trajetórias do lugar de viver em terra de reforma agrária. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v. 14, n. 1, p. 69-92, 2011.

MASCARO, L.; MASCARÓ, J. **Vegetação urbana**. 2 ed. Porto Alegre: Editora Venus, 2005. p. 203.

MELLO, L. P.; SULZBACHER, A. W. Os planos nacionais de reforma agrária no Brasil: a letargia de um desenvolvimento alternativo para o campo. In: XIV ENCUESTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA: Reencuentro de Saberes territoriales latino-americanos. **Anais...** Lima, Perú, 2013.

MILANO, M.; DALCIN, E. **Arborização de vias públicas**. Rio de Janeiro: Light, 2000. p. 226.

MIRALHA, W. Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje. **Nera**, Presidente Prudente, n. 8, jan./jun. p.151-172, 2006.

MONTOYA, L. J. et al. Aspectos de arborização de pastagens e viabilidade técnica-econômica da alternativa silvipastoril. In: SEMINÁRIO SOBRE SISTEMAS AGROFLORESTAIS NA REGIÃO SUL DO BRASIL, 1, **Anais...** Colombo. Colombo: Embrapa-CNPQ, 1994, p. 157-172.

NAVARRO, A.C. **Política agrícola: desenvolvimento e extensão rural**. Brasília. Departamento Assistência Técnica e Extensão Rural, 1999. p. 18.

NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Cadernos de Pesquisas em Administração**. v. 1, n. 3, 1996.

OLIVEIRA, M. L. O. **Retratos de assentamentos**: Um estudo de caso em assentamentos rurais formados por migrantes na região do entorno do Distrito Federal. 2007. Tese. 190f. (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais. 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de São Gabriel** - Plano Estratégico. v. 1. 2008.

RAMALHO, C. B. **Impactos socioterritoriais dos assentamentos rurais no município de Mirante do Paranapanema – região do Pontal do Paranapanema – SP**. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2002.

RAMIRES, G. M. et al. **A organização do espaço produtivo no assentamento Sumaré I**. Disponível em: <www.sober.org.br/palestra/2/973>. Acesso em 19 abr. 2013.

RANGEL, H. M. M. V.; SILVA, J.V. O direito fundamental à moradia comomínimo existencial, e a sua efetivação à luz do estatuto da cidade. **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v.6, n. 12, p.57-78, 2009.

RANIERI, S. B. L. Retrospecto da reforma agrária no mundo e no Brasil. In: SPAROVEK, G. **A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira**. São Paulo: Páginas & Letras Editora e Gráfica, 2003. p.5-37.

REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL. Disponível em: <reforma-agraria-no-brasil.info>. Acesso em 15 ago. 2014.

RODRIGUES, E. R. et al. Viveiros “Agroflorestais” em assentamentos de reforma agrária como instrumentos de recuperação ambiental: um estudo de caso no Pontal do Paranapanema. **Caderno Biodiversidade**, v. 4, n. 2, p. 1-8, 2004.

SANTALUCIA, M.; HEGEDUS, P. Cooperativismo e assentamento rural na percepção do uso coletivo e individual da terra mediante metodologia q: o caso de Charqueadas. **Extensão Rural**, Santa Maria, Ano XII, jan./dez. p.97-128, 2005.

SILVA, V. P. et al. Sombras e ventos em sistema silvipastoril no noroeste do Estado do Paraná. In: CONGRESSO BRASILEIRO EM SISTEMAS AGROFLORESTAIS, 2., Belém, **Anais....** Belém: Embrapa/CPATU, 1998, (Volume de Resumos).

SILVA, A. G.; ARAUJO, J. P. O dilema da assessoria em assentamentos rurais: entre o ideal concebido e o real praticado. **Extensão Rural**, Santa Maria, Ano XV, p.103-127, 2008.

SILVA, A. W. L. Identificando e superando dificuldades na relação cognitiva entre técnico e produtor rural: uma abordagem baseada na “biologia do conhecer”. **Extensão Rural**, Santa Maria, v. 20, n. 1, jan./mar. p.37-55, 2014.

SOUZA, L. R.; PEREIRA, F. S. Problematização da reforma agrária como política social no Brasil em anos recentes. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, XLVI. **Anais...** Rio Branco, Acre, 2008.

SPAROVEK, G.; MAULE, R. F. Perspectivas da definição da qualidade dos assentamentos. In: SPAROVEK, G. **A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira**. São Paulo: Páginas & Letras Editora e Gráfica, 2003. p. 163-164.

STRACHULSKI, J.; FLORIANI, N. Formação do sistema agrário na região do Paraná tradicional: um estudo de caso da comunidade rural Linha Criciumal em Cândido de Abreu. **Extensão Rural**, Santa Maria, v.21, n.3, jul./set. p.146- 174, 2014.

TRIVIÑOS, A. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

TSUKAMOTO, R. Y.; ASARI, A. Y. Assentamentos rurais e agricultura familiar: processo de territorialização e perspectivas de auto-sustentação. **Geografia**. v. 12, n. 1, p.484-494, jan./jun. 2003.

TURNES, V. A. **Sistema Delos**: indicadores para processos de desenvolvimento local sustentável. 2004. 227 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, UFSC/ Florianópolis.

VOLPE, C. A.; SCHÖFFEL, E. R. Quebra-ventos. In: RUGGIERO, C. **Bananicultura**. Jaboticabal: FUNEP, 2001. p. 196-211.

XAVIER, M. S. **A educação popular do campo e a realidade camponesa**. Disponível em: <www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT06-3377-Int.pdf> Acesso em 19 abr. 2013.

A ESCOLA URBANIZADA: INCOERÊNCIAS RELATIVAS À FORMAÇÃO DE ESTUDANTES RURAIS DE ENSINO MÉDIO

Laila Mayara Drebes¹
Edilacir dos Santos Larruscain²
Luiz Felipe Schuch³
Bartholomeo Oliveira Barcelos⁴

RESUMO

O estudo analisou incoerências sociais e culturais entre saberes escolares e familiares sobre as perspectivas profissionais de estudantes rurais de Ensino Médio através das percepções de professores e estudantes. De abordagem qualitativa, o trabalho foi conduzido como estudo de caso e amostrado por meio institucional, realizado no município de Tio Hugo, Rio Grande do Sul, Brasil, em outubro de 2014. Os dados foram coletados com questionários, entrevistas, pesquisa bibliográfica e documental e analisados com a metodologia de análise de conteúdo. Notou-se um hiato entre discurso e prática docente sobre a concepção de escola. Os docentes não incrementam o meio rural e a agricultura em suas aulas, nem mesmo em momentos interdisciplinares. Os discentes rurais gostariam dessa integração e se sentem desmotivados. Os mesmos sonham com cursos técnicos agropecuários e graduações nas ciências agrárias acreditando que essa educação possa suprir suas necessidades como estudantes rurais. A escola de Ensino Médio reproduz a realidade sociocultural dominante e transmite saberes urbanizados que incentivam os estudantes rurais a perspectivas profissionais urbanas.

Palavras-chave: agricultura familiar, educação, ensino profissional, juventude rural, sucessão.

¹Graduação em Agronomia (UFSM) e em Formação de Professores para a Educação Profissional (UFSM). Mestrado em Extensão Rural (UFSM). Doutoranda em Extensão Rural (UFSM). Bolsista CAPES. E-mail: laila_mayaraaaa@yahoo.com.br

²Graduação em Pedagogia (ASPES) e em Estudos Sociais (URCAMP). Especialização em Orientação Educacional (URCAMP). Mestrado em Educação (UFSM). Professor Substituto da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: edilacir@hotmail.com

³Graduação em Agronomia (UFSM) e em Formação de Professores para a Educação Profissional (UFSM). Especialização em Proteção de Plantas (UFV). Mestrado em Agrobiologia (UFSM). E-mail: lfs3772@gmail.com

⁴Graduação em Administração (URI) e em Formação de Professores para a Educação Profissional (UFSM). Especialização em Gestão Empresarial (URI) e em Metodologias e Gestão para Educação à Distância (ANHANGUERA). Mestrado em Engenharia de Produção (UFSM). Tutor Presencial na Faculdade Anhanguera de Porto Alegre (FAPA). E-mail: barthob@bol.com.br

THE URBANIZED SCHOOL: INCONSISTENCIES ON THE FORMATION OF HIGH SCHOOL OF RURAL STUDENTS

ABSTRACT

The study analyzed social and cultural inconsistencies between school and family knowledge about the career prospects of rural students from high school through the perceptions of teachers and students. A qualitative approach, the study was conducted as a case study and sampled by institutional means, held in the city of Tio Hugo, Rio Grande do Sul, Brazil, in October 2014. The data were collected through questionnaires, interviews, bibliographical and documentary research, and analyzed using content analysis. It was noted a gap between teaching discourse and teaching practice on school conception. The teachers do not increase the rural and agriculture in their classes, even in interdisciplinary moments. The rural students would like this integration and feel unmotivated. They dream of agricultural technical courses and degrees in agricultural sciences believing that education can meet their needs as rural students. The high school reproduces the dominant socio-cultural reality and transmits urbanized knowledge that encourage rural students to urban employment opportunities.

Keywords: education, family farming, professional training, rural youth, succession.

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como tema as inconsistências existentes entre educação escolar e realidade sociocultural. Nomeadamente, esse tema foi associado a contextos rurais, onde essas incoerências resultam em consequências ainda mais incisivas, tendo em vista as singularidades sociais e culturais atreladas à agricultura familiar, que, tradicionalmente, considera o trabalho junto à família tão importante quanto a educação junto à escola.

Por agricultura familiar entende-se a correlação existente entre os fatores terra, trabalho e família, resultando em uma categoria intrincada em termos de reprodução social. A mesma também chama a atenção em razão de sua “adaptabilidade” e de sua “heterogeneidade”, definindo uma extensa gama de agricultores como familiares (LAMARCHE, 1993). Assim, para a agricultura familiar, as incoerências citadas anteriormente colocam os estudantes rurais “entre a enxada e a caneta”, geralmente desqualificando a realidade rural em favor da urbana.

Desde meados do século XX, estudiosos da ruralidade como Caldeira (1960), Martins (1975), Antuniassi (1983), Santos (1984), Brandão (1990), entre outros, notaram aspectos negativos das escolas sobre as formações de estudantes rurais: as mesmas não estimulavam a continuidade no meio rural e na agricultura. Em síntese, a escola – com exceção das Casas Familiares Rurais, como mostra o estudo de Visbiski e Weirich Neto (2004) - nunca foi e continua não sendo um local de formação de agricultores. De acordo com Costa (2013) e Anjos et al. (2014), nas condições atuais, as áreas rurais se encontram esvaziadas, envelhecidas e masculinizadas (tendo em vista a redução de jovens interessados em viver no meio rural e trabalhar na agricultura, efetivando, assim, a sucessão nos estabelecimentos rurais familiares). Logo, cada vez mais se atenta às condicionantes socioeconômicas contribuintes à “crise da agricultura familiar”, como é o caso da educação escolar considerada descontextualizada.

De acordo com Renk e Cabral Jr. (2002), analisando as migrações de jovens oriundos da agricultura familiar do estado de Santa Catarina rumo a áreas urbanas, a noção de crise remete a um contexto generalizado de degradação e declínio da condição de agricultor familiar. Uma crise pode surgir a partir de uma infinidade de condicionantes socioeconômicas cuja combinação resulta na impossibilidade de sucessão através de estratégias até então conhecidas. Além disso, a crise da agricultura familiar também se caracteriza por seu caráter coletivo, pois não assola apenas um ou outro agricultor familiar de um determinado contexto, mas todos. Nesse sentido, dentre as inúmeras condicionantes socioeconômicas relacionadas com a sucessão na agricultura familiar e, conseqüentemente, com o futuro profissional dos jovens rurais, a educação escolar ainda se encontra entre as menos estudadas se comparada à renda, trabalho, acesso à terra, relações familiares e outras.

Dessa maneira, o problema do estudo foi sintetizado na seguinte indagação: como a educação escolar de Ensino Médio influencia o futuro profissional de jovens rurais, filhos de agricultores familiares, do município de Tio Hugo, Rio Grande do Sul, Brasil? Frente ao exposto, o estudo teve como objetivo analisar as incoerências sociais e culturais existentes entre saberes escolares e familiares sobre as perspectivas profissionais de estudantes rurais de Ensino Médio, atentando às visões destes estudantes sobre o Ensino Profissional de nível médio

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para analisar como as incoerências sociais e culturais existentes entre saberes escolares e familiares afetam as perspectivas profissionais de discentes rurais de Ensino Médio foi utilizada a abordagem de estudo qualitativa. Segundo Minayo (2012), a abordagem de estudo qualitativa é aquela que envolve significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, isto é, realidades sociais que não podem ou não devem ser quantificadas. Em conformidade com a abordagem qualitativa, foi utilizada a modalidade de estudo de caso. Conforme Gil (2011), essa modalidade consiste em estudo empírico destacado por suas profundas e detalhadas imersões nas realidades sociais estudadas por meio da utilização de diversas técnicas de coleta de dados combinadas. Em termos amostrais, foi desenvolvido um estudo de caso único de meio institucional (PIRES, 2010).

Nesse sentido, o meio institucional amostrado foi a Escola Estadual de Ensino Médio de Tio Hugo, situada no município de Tio Hugo – RS. Assim, a escola de Ensino Médio constituiu o universo de análise e os estudantes rurais e os professores constituíram o *corpus* empírico do estudo. É importante esclarecer que esse meio institucional foi selecionado por intermédio de critérios amostrais intencionais convergentes em torno das características propícias para o estudo de caso apresentadas não apenas pelo município, mas também pela escola.

No que se refere ao município de Tio Hugo – RS, o mesmo está situado geograficamente na mesorregião Noroeste Gaúcho e na microrregião de Não-Me-Toque, a cerca de 240 km da capital do estado. Atualmente, o município de Tio Hugo – RS é caracterizado por aspectos demográficos que estimam uma pequena população de 2.724 habitantes, dos quais aproximadamente 58% são habitantes rurais, os quais sobrevivem de atividades agropecuárias relacionadas, sobretudo, à produção de cereais e à produção de leite, as quais são responsáveis por praticamente 31% do valor adicionado bruto do município. Além disso, é importante salientar que o município de Tio Hugo – RS também se caracteriza pela constante redução de sua população jovem, sobretudo, rural, a qual tem afetado significativamente a sobrevivência dos estabelecimentos rurais familiares municipais

ao inviabilizar a sucessão e, conseqüentemente, a reprodução social dos mesmos (IBGE, 2006; IBGE, 2010).

No que tange à Escola Estadual de Ensino Médio de Tio Hugo, a mesma é a única escola de Ensino Médio do município, reunindo tanto estudantes urbanos como rurais. Essa escola está situada no meio urbano do município e o seu funcionamento é noturno. Além disso, na mesma existem duas turmas de primeiro ano, duas turmas de segundo ano e uma turma de terceiro ano, totalizando 101 discentes e 14 docentes.

Em consonância com a modalidade de estudo de caso, foram utilizadas diferentes técnicas de coletas de dados, sendo elas o questionário e a entrevista. Segundo Gil (2011), os questionários consistem em uma técnica de coleta de dados constituída por um conjunto de questões propostas de forma escrita aos sujeitos do estudo e as entrevistas consistem em uma técnica de coleta de dados constituída por um conjunto de questões propostas de forma oral. É importante frisar que ambas as técnicas foram utilizadas junto aos sujeitos do estudo de caso, sendo os questionários aplicados com os discentes rurais e os docentes e as entrevistas realizadas somente com os discentes rurais da escola.

É válido esclarecer que para a coleta de dados, contactou-se a direção da escola com o intuito de apresentar a proposta de estudo e, assim, obter não apenas autorização, mas também colaboração para a sua realização. Dessa maneira, a direção da escola responsabilizou-se pela mediação entre pesquisadores e pesquisados, auxiliando no levantamento e no contato com discentes rurais e docentes.

Em primeiro lugar aplicaram-se os questionários, constituídos por questões abertas e fechadas. Os questionários com os professores tiveram como objetivo compreender as suas percepções sobre as implicações ocasionadas pela educação escolar de Ensino Médio sobre a sucessão familiar na agricultura. Ao total, foram treze questionários. Já os questionários com os estudantes tiveram como objetivo entender as suas percepções sobre a relação entre a sua educação escolar e o seu trabalho familiar, totalizando vinte e dois questionários. Em segundo lugar realizaram-se as entrevistas, constituídas por roteiros semiestruturados de questões. Estas foram realizadas apenas com os estudantes rurais que indicaram nos questionários suas pretensões de serem agricultores e objetivaram aprofundar os aspectos referentes às interferências ocasionadas pela educação escolar sobre a sucessão familiar na agricultura. É importante adiantar que essas entrevistas foram realizadas enquanto novas entrevistas aportaram informações diferenciadas, o que significa que o número de entrevistas variou segundo o critério da saturação empírica (PIRES, 2010). Dessa maneira, cinco discentes rurais foram entrevistados.

De maneira complementar utilizou-se de pesquisa bibliográfica e de pesquisa documental, sendo a primeira delas concentrada em fontes bibliográficas, anteriormente tratadas em termos analíticos, e a segunda concentrada em fontes documentais, que ainda não sofreram tratamento analítico (GIL, 2011). Entre as fontes bibliográficas estiveram estudos rurais e educacionais sobre o tema das inconsistências entre escola e realidade. Como fontes documentais foram utilizadas, sobretudo, legislações educacionais.

Os dados coletados foram analisados por meio da metodologia de análise de conteúdo, que consiste em uma metodologia empírica de tratamento das informações contidas em fontes escritas e orais, com base na organização, na sistematização e na categorização dessas informações e com base em um processo concomitante de descrição, inferência e interpretação das mesmas (BARDIN, 2011). Em relação aos aspectos éticos, preservaram-se as identidades de todos os sujeitos

envolvidos no estudo de caso, o que significa que seus nomes originais foram substituídos por nomes fictícios. Esse estudo foi realizado em outubro de 2014.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1. “A ESCOLA NÃO INCENTIVA NEM DEMONSTRA A IMPORTÂNCIA DO MEIO RURAL”: PERCEPÇÕES DOCENTES SOBRE AS RELAÇÕES CONTRASTANTES ENTRE A ESCOLA URBANA E A REALIDADE RURAL

Ao analisar as percepções dos professores de Ensino Médio a respeito das influências dos saberes escolares sobre o futuro profissional dos estudantes rurais, os professores foram indagados sobre seus entendimentos relativos à escola. Embora tenham surgido os mais variados conceitos, os mesmos convergiram em torno da noção de escola como um meio de construção do conhecimento para a formação integral de cidadãos capazes de promover a transformação da realidade social e cultural.

Essa concepção de escola esteve claramente presente nos questionários respondidos pelos docentes, como é possível visualizar nos trechos apresentados a seguir: “A responsabilidade da escola é com a formação do educando, com uma reflexão interdisciplinar proposta a partir dos interesses de estudos e pesquisas de desafios da vida real” (Dalila, 47 anos, Coordenadora Pedagógica, Especialista); “A principal responsabilidade da escola é formar cidadãos capazes de modificar a realidade em que vivem” (Gabriela, 42 anos, Supervisora Escolar, Especialista); “A principal responsabilidade da escola é formar pessoas conscientes e participativas na sociedade para que com o seu conhecimento consigam mudar a sua realidade e sua comunidade” (Magda, 23 anos, Professora de Química e Seminário Integrado, Graduada).

Percebe-se, assim, a harmonia das concepções de escola desses docentes com a educação progressista, sobretudo em relação à tendência libertadora idealizada por Paulo Freire, que concebe a educação escolar como um meio para a emancipação e a autonomia. Essa tendência, portanto, está intimamente relacionada com a realidade social e cultural e com a sua transformação, rompendo hegemonias através da formação de cidadãos integrais, críticos e políticos, sustentados na construção dos saberes intrínsecos à realidade onde a escola encontra-se inserida (FREIRE, 1987; 1996; 2001).

Essa noção de escola veiculada pelos docentes leva a crer que a agricultura e o meio rural são temas recorrentes no processo de ensino-aprendizagem dos discentes de Ensino Médio, considerando a realidade essencialmente rural do município Tio Hugo, fortemente assinalada pela agricultura familiar com suas formas sociais e seus valores culturais específicos. Esse discurso sobre escola pressupõe uma educação contextualizada, que estimula a permanência no campo e condiciona a profissão de agricultor. No entanto, nota-se uma lacuna marcante entre o discurso e a prática dos professores, os quais acabaram revelando que o processo de ensino-aprendizagem não é condizente com a realidade, como mostrado nos trechos selecionados a seguir, nos quais os mesmos confessaram que a educação escolar acaba desestimulando os jovens estudantes rurais: “Há pouco incentivo por parte da escola. Geralmente, como educadores, fazemos o contrário, incentivando os alunos a estudar e buscar um emprego no meio urbano” (Gabriela, 42 anos, Supervisora Escolar, Especialista); “A escola incentiva o aluno a prosseguir nos estudos e alcançar objetivos, prestar vestibular e seguir uma carreira compensatória financeiramente” (Denise, 36 anos, Diretora, Especialista).

Além disso, os docentes também disseminam um discurso ultrapassado sobre o meio rural e a agricultura, como se esses não constituíssem uma opção de vida e de trabalho interessante. Entre os docentes da Escola Estadual de Ensino Médio de Tio Hugo está impregnada a hegemônica lógica de vida urbana e de trabalho assalariado, nítida no trecho destacado: “Os educandos do meio rural possuem pouca renda e pequenas propriedades. As oportunidades do meio urbano são melhores, aí fica fora de lógica querer incentivá-los a permanecer no meio rural” (Dalila, 47 anos, Coordenadora Pedagógica, Especialista).

Assim, embora os professores defendam que a escola deve estar relacionada com a realidade, a realidade em questão, que é rural, é tomada como “ruim”. Ao invés de incentivar os estudantes a transformar essa realidade, os professores, ao contrário, os impelem, simplesmente, à abandoná-la. Diante dessas incongruências, é possível refletir que, apesar de os docentes discursarem sobre uma educação escolar de emancipação e autonomia, como idealizada por Paulo Freire, os mesmos praticam uma educação escolar nos moldes reprodutivos elucidados por Pierre Bourdieu.

Segundo Bourdieu (2011), muitas vezes a educação escolar acaba contribuindo para a reprodução da estrutura das relações de força e das relações simbólicas entre as classes sociais, concentrando o capital cultural entre as classes dominantes e menosprezando o capital cultural inerente às classes dominadas, entre as quais se encontram os agricultores, dotados de simbologias próprias. Isso significa que a escola e seu sistema de ensino inúmeras vezes se encontra à serviço do capital e de seu discurso hegemônico, com formas sociais e valores culturais que longe de permitir que as classes dominadas, como os agricultores, se emancipem, os oprimem e aprisionam cada vez mais.

As contribuições do sistema de ensino para a reprodução da hegemonia cultural e social dominante há muito foram constatadas em estudos rurais. Ao analisar os agricultores familiares goianos, Brandão (1983) notou que a educação escolar nos contextos rurais era inadequada para que a existência dos agricultores familiares fosse socialmente reproduzida, pois era uma educação urbanizada que subordinava as crianças e os jovens rurais. Nesse sentido, a educação escolar se encontrava entre os “principais instrumentos de preparação para a ida à cidade e para o trabalho urbano” (BRANDÃO, 1983, p.244). Em somatório, o autor afirma que as escolas nos contextos rurais representavam “os lugares simbólicos e as condições necessárias de ruptura entre a cultura camponesa dos pais e uma cultura letrada e urbana para os filhos” (BRANDÃO, 1983, p.245).

A escola não é percebida como um agente de formação do trabalhador rural, primeiro porque de fato nada ensina a respeito; segundo porque ela é compreendida como o lugar da contraeducação rural, ou seja, como o lugar onde a criança aprende para poder deixar de “lidar com a terra”; terceiro, porque entre subalternos, em geral, a escola não é compreendida como um agente de formação profissional, mas de informação instrumental daquilo que é necessário adquirir para então se aprender uma profissão: ler, escrever e contar (BRANDÃO, 1983, p. 222).

E o mais curioso de tudo isso é que, no caso da Escola Estadual de Ensino Médio de Tio Hugo, a grande maioria dos professores (com exceção de um deles) é de origem rural, provenientes da agricultura familiar. Isso significa que os docentes da escola analisada tiveram a mesma socialização dos seus discentes rurais e apreenderam saberes semelhantes, trabalhando junto com suas famílias. Em suas

juventudes, os estabelecimentos rurais de suas famílias não apresentavam condicionantes socioeconômicas favoráveis à sucessão na agricultura familiar, o que explica o fato desses professores não mais residirem no campo, terem se dedicado a formação acadêmica em cursos que lhes levaram à profissão docente e afastaram da agricultura.

Inflexivelmente, os professores acabam por reproduzir sobre seus estudantes rurais a lógica dominante que foi reproduzida sobre eles quando frequentaram a escola, de que a agricultura não é um caminho profissional promissor. Assim, propagam a “contraeducação rural”, muitas vezes inconscientemente. Contudo, existem muitos discentes que provêm de estabelecimentos rurais com condições ótimas de vida e trabalho, que podem apresentar futuros profissionais muito promissores se comparadas com outras profissões urbanas.

Ao responder o questionário, uma docente afirmou que “a escola não incentiva nem demonstra a importância do meio rural para todos os setores sociais” (Laís, 28 anos, Professora de Língua Portuguesa, Literatura e Ensino Religioso). Sendo assim, os docentes afirmaram que raramente abordam temáticas relacionadas com o meio rural e com a agricultura no âmbito das disciplinas por eles ministradas. Mostraram-se conscientes, também, de que essa educação urbanizada deve interferir negativamente sobre a sucessão dos estabelecimentos rurais dos estudantes oriundos da agricultura familiar.

Entre os que se sentem preparados e os que não se sentem preparados para abordar temáticas relacionadas sobre agricultura e meio rural, todos os docentes em questão acreditam que a escola de Ensino Médio deveria dar mais condições educativas para aqueles que desejam viver no meio rural e trabalhar na agricultura. No município de Tio Hugo, que tem como base econômica, social e cultural a agricultura familiar, não se pode aceitar que o processo de ensino-aprendizagem se dê fora desse contexto.

3.2. “SE FOSSE PELA ESCOLA EU NÃO ESTARIA MAIS NO CAMPO”: AS PERCEPÇÕES DOS DISCENTES RURAIS DE ENSINO MÉDIO SOBRE AS INTERFERÊNCIAS DA ESCOLA SOBRE O FUTURO PROFISSIONAL

No que tange ao meio rural e a agricultura, o trabalho tem um papel muito importante para a família na formação das crianças e dos jovens para que os mesmos, quando adultos continuem residindo no meio rural e trabalhando na agricultura, realizando o que os estudos rurais denominam de sucessão na agricultura familiar. Desde muito cedo essas crianças e jovens trabalham na agricultura junto com os demais familiares, aprendendo os saberes necessários para os agricultores e dividindo o seu tempo de trabalho com o tempo de estudo, como demonstrado nas entrevistas dos discentes rurais entrevistados na Escola Estadual de Ensino Médio de Tio Hugo:

Eu tenho 15 anos, agora em janeiro já faço 16. O meu pai é agricultor, minha mãe fica só em casa lá também, e eu sempre, sei lá, eu gosto muito de lidar com a lavoura e com o gado. Tipo, eu me identifico mais com o interior do que se eu fosse morar na cidade. Eu não gosto da cidade. (...) Eu ajudo a plantar, ajudo na colheita. E, que nem, agora o pai se aposentou, e daí lá em casa não tem muito serviço, eu trabalho com o meu tio, ele tem uma leitaria. Toda tarde eu trabalho lá e de manhã eu fico lá por casa, trato os bichos, dou banho dos cavalos, essas coisas (Gregório, 15 anos, 1º ano).

Nós temos criação de gado e a gente planta trigo, soja e cevada, que nós temos maquinários que suportam o plantio. (...) A gente tem gado pra tirar leite e fazer queijo. E eu ajudo em tudo. (...) Moramos no interior, eu, minha mãe, meu pai e um dos meus irmãos (Diogo, 16 anos, 2º ano).

Tanto é que a agricultura pra mim é uma coisa do dia a dia, o pai lida com horticultura, pra mim, mexer na terra é o maior prazer. (...) Eu ajudo em tudo. No planta, em virar a terra, em limpar. E aquilo me satisfaz que é uma maravilha (Valéria, 16 anos, 1º ano).

Segundo Santos (1984), em estudo sobre agricultores familiares gaúchos, as crianças rurais se encontravam constantemente entre a educação escolar e o trabalho familiar. Para Santos (1984), os agricultores familiares percebiam a educação escolar como importante para formações profissionais urbanas, as quais afetavam as possibilidades reprodutivas sociais desses agricultores familiares à medida que os saberes escolares não contribuía para que agricultores fossem profissionalmente formados em termos sociais e culturais.

Atualmente, essas inconsistências entre o estudante que é rural e a escola que é urbana ainda persistem. Os discentes rurais da Escola Estadual de Ensino Médio de Tio Hugo, quando questionados sobre a integração da agricultura e do meio rural na educação escolar, foram taxativos ao anunciar que essa integração é inexistente, como demonstrado no relato apresentado na sequência.

Não, bem na verdade, não tem! Tipo, quando nós ainda tava na quinta à oitava série, nós ainda tinha Agroecologia, então isso nós ainda lidava um pouco na horta, lá de vez em quando, isso quando não colocavam nós pra lidar em canteiro de flor. Mas tipo, aqui, agora, nessa escola, não tem nada que fortaleça a agricultura. (...) Não se trabalha nada com a agricultura. Tipo, eu fico até bravo quando as professoras falam: Ah, mas tu não vai fazer faculdade? Ah, tu não vai querer trabalhar num escritório? Mas elas nunca falam que estudar também é importante para a agricultura. Nunca citam nada de agricultura e coisa. E eu não gosto disso! (Gregório, 15 anos, 1º ano).

Ao tratar da inexistência da agricultura e do meio rural no âmbito da escola de Ensino Médio, estadual, situada no meio urbano e com funcionamento noturno, os discentes fizeram comparações com suas antigas escolas de Ensino Fundamental, municipais, situadas no meio rural e com funcionamento diurno, nas quais havia uma referência de rural e agricultura inserida no currículo através da disciplina específica de Agroecologia, citada no depoimento anterior, tomada pelos estudantes como parâmetro. Embora a disciplina consistisse basicamente em atividades relacionadas à olericultura, floricultura e fruticultura, era uma disciplina que permitia aos estudantes compartilharem experiências prévias que os mesmos traziam em sua bagagem sociocultural enquanto agricultores em processo de socialização familiar, como demonstrado no relato a seguir.

No Ensino Fundamental, quando eu cheguei aqui, eu entrei direto na sétima série, e tinha uma matéria chamada Agroecologia, aquilo lá era a coisa que eu mais amava. Quando tinha aula prática, eu já tava lá fora, nem me viam dentro da sala, eu já tava lá fora. Então, eu acho que essa

matéria poderia ter aqui no Ensino Médio, tem muita gente aqui criada na cidade que nem sabe o que é mexer na terra, que nem vêem a terra. Eu acho que se tivesse essa matéria, pra mim seria bem favorável (Valéria, 16 anos, 1º ano).

Conforme Ferrari et al. (2004), também em estudo sobre agricultores familiares catarinenses, a educação escolar é considerada pelos próprios agricultores familiares uma das causas do afastamento dos jovens rurais, favorecendo as migrações dos mesmos em função dos saberes calcados em valores sociais e culturais urbanos. Para Ferrari et al. (2004), seria necessário que a educação escolar fosse adequada para as realidades rurais e as especificidades da agricultura familiar, mas sem comprometer as formações universais adequadas às oportunidades de vida tanto do meio urbano quanto do meio rural. Segundo Ferrari et al. (2004), são necessárias alternativas pedagógicas que permitam recuperar o imenso atraso escolar dos jovens rurais que serão os futuros agricultores, para que os mesmos possam estar minimamente preparados para o exercício das atividades profissionais também no meio rural e não apenas no meio urbano. Nesse sentido, vale apresentar a ideia de Freire (1996), que defende que a verdadeira educação é aquela que considera e valoriza os saberes prévios dos discentes.

Por isso mesmo pensar certo coloca ao professor ou, mais amplamente, à escola, o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os das classes populares, chegam a ela - saberes socialmente construídos na prática comunitária - mas também, como há mais de trinta anos venho sugerindo, discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos. Porque não aproveitar a experiência que tem os alunos de viver em áreas da cidade descuidadas pelo poder público para discutir, por exemplo, a poluição dos riachos e dos córregos e os baixos níveis de bem estar das populações, os lixões e os riscos que oferecem à saúde das gentes (FREIRE, 1996, p.16).

Os estudantes rurais entrevistados deram algumas ideias sobre maneiras de inserir as temáticas rurais e agrícolas no contexto escolar, as quais variaram desde turnos inversos, disciplinas específicas, professores específicos, projetos interdisciplinares, trabalhos comunitários, entre outros. É válido frisar que os estudantes rurais que almejam a profissão de agricultor não consideram seus professores preparados para ensinar assuntos relativos ao meio rural e à agricultura. Além disso, os mesmos também afirmaram que suas chances de viver no campo e de trabalhar na agricultura aumentariam se a escola abarcasse a realidade social e cultural da agricultura familiar de Tio Hugo.

Nesse sentido, os discentes rurais atribuem à escola um importante papel sobre a sucessão na agricultura familiar. Contudo, para isso, reitera-se novamente a necessidade urgente de que as escolas de municípios com realidades essencialmente rurais como a de Tio Hugo insiram essa realidade no contexto da educação escolarizada. Logo, é necessário que os docentes saiam da situação de despreparo nas quais se encontram, como indicado pelos discentes rurais, buscando maneiras de trazer a realidade social e cultural da agricultura familiar para dentro da sala de aula do Ensino Médio.

Não é possível a educadoras e educadores pensar apenas os procedimentos didáticos e os conteúdos a serem ensinados aos grupos populares. Os próprios conteúdos ensinados não

podem ser totalmente estranhos àquela cotidianidade. O que acontece, no meio popular, nas periferias das cidades, nos campos, - trabalhadores rurais reunindo-se para rezar ou para discutir seus direitos -, nada pode escapar à curiosidade arguta dos educadores (FREIRE, 2001, s./p.).

Nesse sentido, a principal queixa dos estudantes sobre as inconsistências entre a educação escolar que é urbana e a realidade social e cultural que é rural, está a falta de identificação com os professores, que por si só representa um grande desestímulo a esses jovens rurais. Os estudantes entrevistados mostraram uma realidade escolar onde a agricultura e o rural não são apenas negligenciados, mas menosprezados por meio de discursos de incentivo a formações e profissões urbanas, que levam os jovens rurais por caminhos que os conduzem para longe do campo, mostrando, novamente, a grande lacuna existente entre a escola e o seu contexto.

Eu acho que falta parceria. Tipo, as professoras, se não me engano, a maioria mora tudo na cidade. E tipo, o cara fala de agricultura e o cara não consegue se identificar, sabe, com elas, é a mesma coisa que falar sozinho, porque ninguém apoia. Eu acho que podia ter mais apoio nessa parte. O cara fala que quer ficar no campo e elas desiludem a gente. Falam que isso não vai dar futuro e não sei o que. Mandam a gente ir fazer vestibular, ENEM: elas só sabem falar disso. É bem isso mesmo, só falam disso: isso aqui depois vocês vão usar na prova do ENEM, mas nunca ninguém disse: olha isso aqui vocês vão usar no dia que vocês forem aplicar um defensivo na lavoura, nunca ninguém falou isso aí! (Gregório, 15 anos, 1º ano).

É interessante constatar que na falta de incentivo da escola de Ensino Médio em relação ao rural e a agricultura, os discentes sonham, então, com o Ensino Superior, acreditando que nesse, com graduações relacionadas às ciências agrárias, sobretudo Agronomia, Medicina Veterinária e Engenharia Florestal, vão encontrar a tão esperada educação contextualizada que lhes proverá uma formação adequada, lhes atribuindo competência não apenas para atuar como profissionais assalariados, mas lhes concedendo a autonomia e o conhecimento técnico necessário para serem agricultores.

Tipo, o pai e a mãe queriam que eu fosse fazer faculdade. Eles falaram que eles pagam a faculdade pra mim, mas que eu tenho que fazer uma coisa que eu vou gostar. Aí eu falei pra eles que se eu fosse fazer, tinha que ser uma Medicina Veterinária, que é uma coisa que eu gosto. E aí, tipo, quando, e eu não sei quando, o pai vai dar então os pedaços de terra pra cada filho, eu tenho mais duas irmãs, a gente até já falou com elas, então sou eu quem vou administrar as terras. Eu vou continuar plantando e coisa e então vou dar as porcentagens para ela. Isso é o que eu quero fazer se eu não fizer faculdade e mesmo se eu fizer eu não vou largar a lavoura (Gregório, 15 anos, 1º ano).

Pretendo fazer Agronomia. Pra quem é filho de agricultor é uma forma de se formar e ainda poder tocar a propriedade, a renda

da família. Eu quero fazer pra ter condições de ajudar o pai em casa (Diogo, 16 anos, 2ºano).

Em resumo, as entrevistas com os discentes rurais da Escola Estadual de Ensino Médio de Tio Hugo demonstraram que se a educação escolar fosse a única condicionante relacionada com a sucessão na agricultura familiar, certamente esses jovens rurais abandonariam o meio rural e não seriam agricultores, tendo em vista as discrepâncias que cercam os saberes construídos pela escola, claramente urbanizada. Além disso, é curioso perceber que os discentes rurais entrevistados apresentaram mais criticidade do que os próprios docentes ao analisar as implicações causadas pelas incoerências entre escola e realidade.

Na minha sala, se não me engano, tem cinco filhos de agricultores, e a maioria pensa em sair: ninguém mais quer ficar no campo. Primeiro porque não tem ajuda. Ninguém incentiva. Todo mundo fala que é pra fazer faculdade, procurar emprego fora, morar na cidade... Ninguém incentiva o produtor a ficar no campo e por isso está cada vez diminuindo mais. Os grandes tão crescendo cada vez mais e os pequenos estão acabando (Gregório, 15 anos, 1º ano).

Com base no relato apresentado é possível perceber que os estudantes rurais nutrem expectativas em relação à escola de Ensino Médio, esperando dela apoio, incentivo e estímulo, que até o momento de realização das entrevistas, não havia acontecido. Como sintetizado na entrevista de um discente rural: “Se fosse pela escola eu não estaria mais no campo” (Diogo, 16 anos, 2º ano).

3.2.1. Curso Técnico em Agropecuária integrado com o Ensino Médio: o sonho dos estudantes rurais que escolheram a agricultura como profissão e o rural como local de vida

É importante salientar que todos os discentes rurais entrevistados da Escola Estadual de Ensino Médio de Tio Hugo evidenciaram a vontade de estudar em uma escola técnica na qual pudessem cursar o Técnico em Agropecuária na modalidade integrada ao Ensino Médio. Alguns deles até mesmo chegaram a realizar as seleções para esses cursos em escolas situadas em outros municípios da região, mas não ingressaram por diversos motivos, e por isso estão estudando na Escola Estadual de Ensino Médio de Tio Hugo.

Para Silvestro et al. (2001), em estudo sobre agricultores familiares catarinenses, embora a educação escolar seja importante para todos os jovens em termos profissionais, na agricultura comumente permanecem os jovens com menor escolaridade, pois quanto mais os jovens rurais frequentam as escolas e entram em contato com as sociedades e as culturas urbanas, menos os mesmos desejam continuar no meio rural e na profissão de agricultor. É por isso que no passado, como demonstrado por Caldeira (1960), as incompatibilidades entre a escola e a realidade rural faziam com que as crianças e os jovens da agricultura familiar abandonassem precocemente a educação escolar, priorizando a família e o seu trabalho, sendo que esses últimos eram considerados mais importantes para o futuro profissional dessas crianças e desses jovens, que seriam agricultores como os pais.

Atualmente, entretanto, com as legislações referentes à obrigatoriedade escolar e à erradicação do trabalho infantil, as instituições escolares por meio da educação vêm se projetando como as principais transmissoras de saberes para as

crianças e os jovens rurais, interferindo sobre os tipos de saberes que são transmitidos, tendo em vista que os saberes escolares são tipicamente urbanos, ameaçando o futuro profissional dos estudantes na agricultura (BITTENCOURT, 2013).

Diante desse cenário, o estudo de Silvestro et al. (2001) aponta a Educação Profissional de nível médio voltada para o rural e para a agricultura como uma alternativa interessante para a formação de jovens rurais sem que os mesmos sejam deturpados pelos valores sociais e culturais urbanos, pois permitem o acesso a informação e a cidadania valorizando os conhecimentos prévios que esses jovens trazem de suas experiências de trabalhos familiares.

A importância do Ensino Profissional por intermédio do Técnico em Agropecuária integrado ao Ensino Médio para o futuro dos discentes rurais que desejam trabalhar na agricultura e no meio rural foi reiterada constantemente nas entrevistas como uma condicionante relevante para a sucessão na agricultura familiar e como uma educação atrativa aos jovens rurais, como demonstrado nos relatos abaixo.

Eu acho que aprender novas técnicas é uma coisa que nunca vai enjoar o cara. Diferente daqui, às vezes os professores tão passando coisas que o cara não gosta e tem que fazer. E lá na escola técnica o cara sabe que vai está aprendendo aquilo que gosta, mas vai está aprendendo junto outras coisas, né?! (Gregório, 15 anos, 1º ano).

Eu acho que na escola técnica seria melhor, porque eu teria aulas práticas e teóricas envolvendo a agricultura. E aqui é só aulas teóricas e ainda não envolvem a agricultura (Luís, 17 anos, 3º ano).

Sendo assim, o Ensino Profissional integrado ao Ensino Médio através do Técnico em Agropecuária desponta como uma alternativa de educação contextualizada e coerente para os jovens rurais que desejam trabalhar na agricultura e viver no meio rural, porque é uma educação sustentada sobre a sua realidade social e cultural e, portanto, condizente com seus saberes prévios. O Técnico em Agropecuária consiste em um aperfeiçoamento dos saberes que os discentes rurais já começaram a desenvolver junto com as suas famílias. De certa forma, é uma legitimação desse conhecimento e, assim, um incentivo para o mesmo, o que explica as aspirações dos discentes rurais da Escola Estadual de Ensino Médio de Tio Hugo em relação ao Técnico em Agropecuária.

3.2.2. O Ensino Médio Politécnico: uma oportunidade desperdiçada de integração de saberes rurais na escola

É importante salientar que nas entrevistas com os estudantes rurais da Escola Estadual de Ensino Médio de Tio Hugo, surgiu uma discussão que não havia sido antevista, sendo a mesma sobre o Ensino Médio Politécnico. Esse consiste em uma proposta pedagógica diferenciada elaborada pelo governo gaúcho com o intuito de conectar o Ensino Médio com o Ensino Profissional, a qual está em funcionamento nas escolas gaúchas desde o ano de 2012. Segundo a Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul (SERS), o Ensino Médio Politécnico está fundamentado

na dimensão politécnica, constituindo-se no aprofundamento da articulação das áreas de conhecimentos e suas tecnologias, com os eixos Cultura, Ciência, Tecnologia e Trabalho, na perspectiva de que a apropriação e a construção de conhecimento embasam e promovem a inserção social da cidadania (SERS, 2011, p.10).

Tendo em vista algumas intersecções com o Ensino Profissional, o Ensino Médio Politécnico está orientado por princípios diferenciados, que consistem na relação parte-totalidade, no reconhecimento de saberes, na teoria-prática, na interdisciplinaridade, na avaliação emancipatória e na pesquisa (SERS, 2011). Em termos curriculares, esses princípios diferenciados são traduzidos em Seminários Integrados existentes nos três anos do Ensino Médio, os quais se baseiam em projetos de pesquisa desenvolvidos conjuntamente pelos docentes e discentes a partir de necessidades ou de situações-problema através de práticas, visitas, estágios, vivências, entre outros, até mesmo fora do espaço escolar e fora do turno de aula. Dessa maneira, os Seminários Integrados são “espaços de comunicação, socialização, planejamento e avaliação das vivências e práticas do curso” (SERS, 2011, p.23).

Os Seminários Integrados ascendem como uma grande oportunidade de integrar a realidade sociocultural em que a escola está inserida no processo de ensino-aprendizagem, sobretudo no que se refere ao trabalho. O Ensino Médio Politécnico pressupõe uma integração do conhecimento popular com o conhecimento científico, sendo a escola o espaço por excelência para a promoção desse diálogo capaz de transformar a realidade.

Na versão geral, o Ensino Médio Politécnico, embora não profissionalize, deve estar enraizado no mundo do trabalho e das relações sociais, de modo a promover formação científico-tecnológica e sócio-histórica a partir dos significados derivados da cultura, tendo em vista a compreensão e a transformação da realidade. Do ponto de vista da organização curricular, a politécnia supõe novas formas de seleção e organização dos conteúdos a partir da prática social, contemplando o diálogo entre as áreas de conhecimento; supõe a primazia da qualidade da relação com o conhecimento pelo protagonismo do aluno sobre a quantidade de conteúdos apropriados de forma mecânica; supõe a primazia do significado social do conhecimento sobre os critérios formas inerentes à lógica disciplinar. A construção desse currículo integrado supõe a quebra de paradigmas e só poderá ocorrer pelo trabalho coletivo que integre os diferentes atores que atuam nas escolas, nas instituições responsáveis pela formação de professores e nos órgãos públicos responsáveis pela gestão (SERS, 2011, p.14-15).

Com o Ensino Médio Politécnico, abre-se um espaço interessante para que a realidade sociocultural do município de Tio Hugo, predominantemente marcada pela agricultura familiar, seja incluída no processo de ensino-aprendizagem. De acordo com Saviani (2003), originalmente, a noção de “politécnica” deriva da noção de trabalho - como conceito e fato -, atentando ao entendimento de sua realidade.

Contudo, com base nas informações coletadas nas entrevistas com os estudantes rurais que querem ser agricultores, se percebe que os preceitos teóricos desse Ensino Médio Politécnico não são efetivamente encontrados na prática, como

foi sintetizado por uma estudante em sua entrevista: “A gente faz alguns trabalhos e pesquisas na internet, como sempre. Mas que eu me lembre não teve nenhum sobre agricultura” (Renata, 22 anos, 2º ano). Entre os entrevistados, apenas um estudante afirmou ter realizado uma pesquisa do Seminário Integrado direcionada à agricultura, como mostrado no depoimento abaixo.

Mas tem o Seminário Integrado que ajuda um pouco, porque aí a gente pode pesquisar vários temas pra poder realizar as atividades. (...) No Seminário Integrado nós já fizemos um trabalho sobre agricultura. (...) Ah, a gente pesquisou a porcentagem de insumos entregues entre uma cooperativa e outra e a quantidade de sementes que era recebida. Fomos no Roos e na Cotrijal, mas eles não podiam informar pra gente. Mas no IBGE eles disseram que a gente achava algumas coisas, que a gente ia achar a porcentagem entregue no município em geral (Diogo, 16 anos, 2º ano).

Além disso, também existiram relatos de pesquisas e atividades relacionadas com a agricultura e com o meio rural que foram desestimuladas pela escola, como a ideia de uma horta didática. Conforme relatos dos estudantes, os professores teriam impedido o projeto, pois o mesmo necessitaria trabalho em turno inverso, tendo em vista que a escola funciona em período noturno. Como relatado por um discente: “Mas é que nós aqui, que o Ensino Médio é noturno, não tem muito o que fazer. As meninas estavam falando de fazer como prática do seminário uma horta, mas é noturno, aí fica mais complicado” (Diogo, 16 anos, 2º ano).

Na realidade estudada, o Ensino Médio Politécnico se mostrou uma interessante oportunidade de integração dos saberes rurais na escola, mas que não é devidamente aproveitada. Observa-se que isto acontece não por falta de interesse dos estudantes de origem rural que querem ser agricultores, mas por incongruências relacionadas à própria escola e aos professores em contraposição a proposta pedagógica em vigência.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

São muitas as inconsistências sociais e culturais existentes entre os saberes escolares e familiares sobre as perspectivas profissionais de estudantes rurais de Ensino Médio. Essas inconsistências são percebidas pelos docentes e, sobretudo, pelos discentes rurais. De maneira geral, esse descompasso leva a uma educação universal que não considera as particularidades e complexidades inerentes aos contextos reais nos quais as escolas de Ensino Médio estão inseridas, o que é extremamente preocupante quando se trata da realidade rural.

Nesse sentido, é possível perceber que as incoerências da educação escolar representam uma séria ameaça para o futuro das áreas de agricultura familiar, as quais são fragilizadas pela cultura de urbanização que a escola efetua sobre os jovens rurais, afastando-os de suas sociedades e de suas culturas através da transmissão de saberes urbanos, que não se assemelham com os saberes rurais repassados pelas famílias. Além disso, esses saberes são dominantes e tendem a menosprezar as famílias rurais e, até mesmo, a desautorizar os pais agricultores frente à educação de seus filhos. Dessa maneira, a escola de Ensino Médio acaba influenciando negativamente os jovens rurais estudantes no que tange seu futuro profissional na vida rural e no trabalho agrícola, funcionando, muitas vezes, como uma “desvirtuadora” de possíveis agricultores.

No que tange aos docentes, se percebe um grande distanciamento entre o discurso idealizado e a prática efetivada, considerando que a preocupação com a contextualização da educação para o futuro profissional dos discentes rurais é encontrada apenas nas palavras dos mesmos e não em suas ações. Os docentes reproduzem a realidade sociocultural dominante, ou seja, a realidade urbana. Tendo em vista o desperdício dos espaços propiciados pelo Ensino Médio Politécnico para o estudo de saberes relacionados com o meio rural e com a agricultura, as suspeitas também se relacionam com o (des)preparo e a (des)motivação dos docentes em relação a essas temáticas.

No que tange os discentes rurais, os mesmos se mostram muito mais atentos e críticos à situação do que os próprios docentes, expressando sua revolta em relação ao incentivo que a escola de Ensino Médio concede às profissões “urbanas” e omite às profissões “rurais”. Os discentes esperam uma educação contextualizada capaz de lhes conceder autonomia e emancipação nos contextos rurais em que vivem e trabalham. Em virtude disso, sonham com o Ensino Profissional (cursos técnicos agropecuários) e com o Ensino Superior (graduações em ciências agrárias), acreditando que com esses, finalmente, conseguirão uma educação capaz de suprir suas necessidades de saberes relacionados com a realidade rural na qual se encontram inseridos.

Contudo, é importante esclarecer que o presente estudo não partilha da lógica “de fixar o jovem no campo”, expressão que se tornou comum frente às migrações massivas desse segmento populacional rural para o meio urbano. Longe de querer impor a permanência dos jovens no meio rural e forçar o seu trabalho na agricultura, o estudo partilha da ideia de que a escola deve condicionar a vida no meio rural e o trabalho na agricultura para aqueles jovens estudantes rurais, e até mesmo urbanos, que assim desejam. Embora a escola de Ensino Médio não tenha o dever de “formar” agricultores, também não tem o direito de “deformar”, sobretudo quando se encontra em contextos socioculturais assinalados pela ruralidade.

5. REFERÊNCIAS

ANJOS, F. S.; CALDAS, N. V.; POLLNOW, G. E. Menos mulheres, menos jovens, mais incertezas: a transição demográfica no Brasil rural Meridional. **Extensão Rural**, Santa Maria, v. 21, n. 02, p. 94-116, 2014. Disponível em: <http://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/10453/pdf_1>. Acesso em: 07/jun. 2016.

ANTUNIASSI, M. H. R. **Trabalho infantil e escolarização no meio rural**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BITTENCOURT, B. D. **Infância, trabalho e socialização em Itapuranga-GO: agricultura familiar em contexto de mudanças**. 2013. 160 f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Agronegócio – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013.

BOURDIEU, P. Reprodução cultural e reprodução social. In: BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. 7 ed. São Paulo: Perspectiva, 2011. p. 295-336.

BRANDÃO, C. R. **Casa de escola: cultura camponesa e educação rural**. Campinas: Papirus, 1983.

BRANDÃO, C. R. **O trabalho de saber**: cultura camponesa e escola rural. São Paulo: FTD, 1990.

CALDEIRA, C. **Menores nomeio rural**: trabalho e escolarização. Rio de Janeiro: CBPC/INEP, 1960.

COSTA, C. Contornos do celibato no espaço rural: solteirões do Sul do Brasil. **Extensão Rural**, Santa Maria, v. 21, n. 03, p. 22-51, 2013. Disponível em: <<http://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/7312/pdf>>. Acesso em: 07/06/2016.

FERRARI, D. L. et al. Dilemas e estratégias dos jovens rurais: ficar ou partir? **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v.12, n. 02, p.237-271, 2004. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/251>>. Acesso em: 08 out. 2014.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Política e educação**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2011.

IBGE. **Censo agropecuário**. 2006. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 08 out. 2014.

IBGE. **Censo demográfico**. 2010. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 08 out. 2014.

LAMARCHE, H. **A agricultura familiar**: comparação internacional – uma realidade multiforme. Campinas: Ed. UNICAMP, 1993.

MARTINS, J. S. **Capitalismo e tradicionalismo**: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil: São Paulo: Pioneira, 1975.

MINAYO, M. C. S. (Org.) **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 32 ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

PIRES, A. Amostragem e pesquisa qualitativa: ensaio teórico e metodológico. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

RENK, A.; CABRAL JR., V. Campesinidade e migração internacional: novas estratégias dos jovens rurais do Oeste Catarinense. **Esboços**, Florianópolis, v. 10, n. 10, p. 09-28, 2002. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/385>>. Acesso em: 05 set. 2014.

SANTOS, J. V. T. **Colonos do vinho**: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo: Editora HUCITEC, 1984.

SAVIANI, D. O choque teórico da politecnicidade. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 01, n. 01, p. 131-152, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tes/v1n1/10.pdf>>. Acesso em: 16 mai. 2016.

SILVESTRO, M. L. et al. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: Epagri; Brasília: Nead, 2001.

SERS. **Proposta pedagógica para o ensino médio politécnico e educação profissional integrada ao ensino médio – 2011/2014**. Porto Alegre: SERS, 2011. Disponível em: <http://www.educacao.rs.gov.br/dados/ens_med_proposta.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2014.

VISBISKI, V. N.; WEIRICH NETO, P. H. Casa familiar rural: uma escola diferente. **Extensão Rural**, Santa Maria, n. 11, p. 105-118, jan./dez. 2004. Disponível em: <<http://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/5621/3336>>. Acesso em: 07 jun. 2016.

PERFIL DO SISTEMA DE PRODUÇÃO DE PINHA NOS POLOS DE FRUTICULTURA DA BAHIA, COM ÊNFASE NOS ASPECTOS FITOSSANITÁRIOS DA CULTURA

Alessandro da Silva Oliveira¹
Maria Aparecida Castellani²
Antonio Souza do Nascimento³
Aldenise Alves Moreira⁴

RESUMO

O agronegócio da pinha na Bahia é uma atividade econômica primária. O objetivo do presente trabalho foi caracterizar o perfil do sistema de produção de pinha na Bahia e os aspectos fitossanitários da cultura. Foram aplicados questionários aos produtores de pinha de Anagé, Livramento de Nossa Senhora e Presidente Dutra. A amostra foi definida levando em consideração um erro experimental de 8 e 12%. Os resultados indicaram que a cultura está estabelecida em pequenas áreas; os produtores possuem idade acima de 41 anos, baixo nível de escolaridade, com inexpressiva participação em associações e baixo nível tecnológico. A broca-do-fruto foi considerada a principal praga da pinha em Anagé e Livramento de Nossa Senhora, e as cochonilhas em Presidente Dutra, com custos de controle na faixa de 10 a 20% do total dos problemas fitossanitários. O controle químico é o mais utilizado, com produtos da Classe Toxicológica II e Classe Ambiental I, as pulverizações são iniciadas na fase de frutos pequenos, o que totaliza em torno de cinco pulverizações, sem realização de rotação de inseticidas. Constatou-se desconhecimento geral da Lei dos Agrotóxicos, o que gera muitos casos de descarte irregular de embalagens vazias.

Palavras-chave: *Annona squamosa*, *Cerconota annonella*, controle químico, diagnóstico, lei dos Agrotóxicos.

¹Graduado em Engenharia Agrônoma (UESB). Especialista em Epidemiologia com ênfase em Defesa Sanitária Vegetal (UNIME). Mestre em Defesa Agropecuária (UFRB). Fiscal Agropecuário (ADAB). E-mail: alessandro.oliveira1@adab.ba.gov.br

²Graduada em Engenharia Agrônoma (UNESP). Mestre, Doutora e Pós-Doutora em Agronomia (UNESP). Professor Pleno (UESB). E-mail: castellani@uesb.edu.br

³Graduado em Agronomia (UFBA). Mestre em Entomologia (USP). Doutor em Ciências (USP). Pesquisador (Embrapa Mandioca e Fruticultura). E-mail: antonio-souza.nascimento@embrapa.br

⁴Graduada em Agronomia (UFAL). Mestre, Doutora e Pós-Doutora em Agronomia (UNESP). Professor Pleno (UESB). E-mail: aldenise.moreira@gmail.com

PROFILE OF THE ANNONA PRODUCTION SYSTEM IN THE BAHIA FRUITCULTURE POLES, WITH EMPHASIS ON THE PHYTOSANITARY ASPECTS OF THE CULTURE

ABSTRACT

The *Annona squamosa* L.) agribusiness in Bahia is a primary economic activity. The objective of this paper was to characterize the profile of the *Annona* production system of Bahia and the phytosanitary aspects of the culture. Questionnaires were sent to the *Annona* producers of the cities of Anagé, Livramento de Nossa Senhora and Presidente Dutra. The sample was defined considering an experimental error of 8 to 12% and the results indicated that the culture is established in small areas managed by farmers older than 41 years old, with negligible participation in associations and low educational and technological levels. The fruit-borer was considered the principal pest of the *Annona* crops in Anagé and Livramento de Nossa Senhora, while scale insects were predominant in Presidente Dutra, with control costs in the range 10-20% of all phytosanitary problems. The chemical control is the most used pest control, with Toxicological Class II and Environmental Class I products, by starting spraying in the early stage of the fruits and resulting in a total of about five sprays without performing rotation of insecticides. It was verified that there is a general lack of awareness of the "Pesticide Law", occurring in many cases of irregular disposal of empty containers.

Keywords: *Annona squamosa*, cerconota *annonella*, chemical control, diagnosis, Pesticide Law.

1. INTRODUÇÃO

O Brasil é considerado um importante país produtor e consumidor de frutas tropicais e subtropicais (SÃO JOSÉ, 2003). Dentre as tropicais, as anonáceas (pinha, graviola, cherimóia e atemóia, principalmente) merecem destaque por serem cultivadas em várias regiões do Brasil, gerando emprego e renda (BRAGA SOBRINHO, 2010).

No Nordeste brasileiro, o cultivo da pinha (*Annona squamosa* L.) encontra-se em expansão, principalmente nas condições dos polos de fruticultura irrigados do semiárido, isso acontece devido à possibilidade de obtenção de duas safras anuais e boa remuneração para os fruticultores. Logo, é alta a rentabilidade da cultura da pinha, sua Taxa Interna de Retorno é superior a qualquer taxa de investimento (IBRAF, 2005). Um exemplo é o município de Presidente Dutra, BA, onde a produção de pinha gerou uma renda bruta da ordem de 18 milhões de reais no ano de 2010 (ADAB, 2011a), o que colaborou fortemente para que o estado da Bahia seja elevado para a condição de maior produtor nacional dessa fruta.

A cultura da pinha representa uma importante alternativa de produção no semiárido, pois emprega mão-de-obra justamente em regiões com problemas relacionados à seca. Contudo, há carência de dados sobre sua cadeia produtiva, com poucas informações no censo agropecuário realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. O Censo Agropecuário de 1996 (IBGE, 1996) indicou a região Nordeste como responsável por 85% da produção, 89% da área colhida e 75% do valor total da produção brasileira de pinha, com destaque para os estados da Bahia (34%), Pernambuco (17%), Rio Grande do Norte (13%) e Alagoas

(11%) como os principais em área colhida (NOGUEIRA; MELLO; MAIA, 2005). Em 2006, o IBGE apontou os territórios de identidade de Irecê (Presidente Dutra e Irecê), do Sertão Produtivo (Livramento de Nossa Senhora e Dom Basílio) e de Vitória da Conquista (Anagé) como principais produtores de pinha da Bahia.

No documento publicado pelo IBRAF (2005), sobre análise das principais cadeias produtivas de frutas e da fruticultura orgânica da Bahia, a cadeia produtiva da pinha foi enquadrada inicialmente como secundária, sendo ao final da análise dos indicadores elevada à categoria de dominante, ou seja, passou do status de menor para maior importância econômica. Aspectos tecnológicos, de gestão, comercialização, legislação e padrões de qualidade, de mercado, dentre outros, são apontados no referido documento. A necessidade de desenvolvimento de variedades de pinheira, problemas fitossanitários, inexistência de protocolos de produção integrada, preços praticados, custo de produção, rentabilidade e análise de risco são os principais aspectos abordados.

Quanto aos aspectos fitossanitários, a broca-do-fruto, a broca-dos-ponteiros, ácaros, cochonilha, lagarta e moscas-das-frutas são consideradas as principais pragas (IBRAF, 2005; GALLO et al., 2002; BRAGA SOBRINHO, 2010). Do ponto de vista dos tratamentos fitossanitários, os principais problemas referem-se à ausência de registros de agrotóxicos no MAPA (Ministério da Pecuária, Agricultura e Abastecimento) para combater essas pragas e doenças. Essa falta de agrotóxicos registrados tem dificultado a adoção de sistemas de gestão de qualidade, como a Produção Integrada de Frutas (PIF), tal fato traz o risco de o produto ser contestado tanto pelo mercado interno como pelo mercado internacional (IBRAF, 2005).

A situação da agricultura brasileira é bastante precária quanto ao uso correto e seguro de agrotóxicos. Tal condição, provavelmente, é mais acentuada na produção de culturas cujas informações sobre a questão fitossanitária são ainda insuficientes. Esse é o caso da pinha, em sua produção, verifica-se a ocorrência de pragas e doenças durante todo o seu ciclo. Estes problemas são combatidos com agrotóxicos sem registro no MAPA, cuja comprovação de eficiência e segurança é desconhecida.

Embora se destaquem importantes regiões produtoras de anonáceas no Brasil, a escassez de levantamentos sistemáticos de sua produção por parte de órgãos oficiais dificulta uma análise mais atualizada e específica a respeito da evolução, comercialização e participação dessas frutas no agronegócio brasileiro (NOGUEIRA; MELLO; MAIA, 2005.).

As estratégias adotadas para controle das pragas nas diferentes culturas e sistemas de cultivo variam em função das condições socioeconômicas dos produtores e das práticas agronômicas utilizadas em cada cultura (RICHETTI; MORAES; ÁVILA, 2009.). Há lacunas de informações sobre o perfil dos produtores de anonáceas relacionadas à faixa etária, escolaridade, participação em organizações de classe, dentre outras que possam subsidiar uma compreensão do nível tecnológico praticado nos cultivos em especial àqueles relacionados ao controle de pragas. Como exemplo da importância dessas informações, pode-se tomar o cultivo da uva, cuja cadeia produtiva é dificultada pelo baixo grau de escolaridade dos produtores, e pelo fato de apresentarem idade acima de 50 anos. Esses fatores tornam-se obstáculos para a realização de mudanças nos controles e processos da viticultura, além da explícita tendência, em algumas propriedades, de abandono da atividade por falta de mão-de-obra pelo êxodo do jovem do meio rural (ZARTH et al., 2011).

Atualmente, o agronegócio da pinha na Bahia é considerado uma atividade econômica dominante (IBRAF, 2005), mas que apresenta falta de dados oficiais tanto sobre o produtor, como sobre os aspectos fitossanitários da cultura. Assim, o

objetivo deste trabalho é caracterizar o perfil de produção da pinha em suas principais zonas, bem como de seus aspectos fitossanitários, com ênfase na broca-do-fruto, buscando subsidiar estudos sobre extensão de uso de produtos para controle da praga no cultivo da fruta.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa foi realizada no período de setembro a outubro de 2012. Foram aplicados questionários aos produtores de pinha das principais regiões produtoras da Bahia: Anagé, Livramento de Nossa Senhora e Presidente Dutra. O questionário apresenta dezenove perguntas estruturadas da seguinte forma: opção de múltipla escolha, resposta livre, dicotômica (duas opções, “sim” ou “não”) aplicados por faixa (etária, de escolaridade e tamanho da área), com disponibilização de fotos dos sintomas ocasionados pelas pragas e doenças (MALHOTRA, 2006).

As perguntas envolveram os seguintes aspectos: 1) perfil do produtor (faixa etária, escolaridade, tamanho da área, participação em organizações sociais, comercialização e nível tecnológico); 2) fitossanitários da cultura (pragas e doenças, principais pragas, broca-do-fruto, custo de controle de pragas e custo de controle da broca); 3) métodos de controle e controle químico (tipos de controle, produtos, classificação toxicológica, classificação ambiental, início de pulverização, número de aplicações, rotação de produto e ingrediente ativo – I.A. em revisão ou proibido); 4) conhecimentos sobre a Lei dos Agrotóxicos, tríplice lavagem e descarte de embalagens.

A classificação do nível tecnológico da produção foi baseada nas práticas culturais adotadas na condução da lavoura, tais como irrigação, poda, polinização, adubação, manejo de plantas daninhas e manejo de pragas e doenças. O nível tecnológico foi classificado como alto (todas essas práticas eram adotadas pelo produtor), médio (três ou mais práticas adotadas) e baixo (apenas uma ou duas práticas adotadas).

A definição da população total de produtores foi realizada com base no cadastro dos mesmos junto à Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia – ADAB. O tamanho da população amostrada foi definida considerando-se um erro experimental de 8 e 12%, variando em função da região (Tabela1).

O número de amostras em função dos referidos erros experimentais foi calculado por meio da fórmula abaixo:

$$n_0 = \frac{1}{E_0^2} \Rightarrow n = \frac{N * n_0}{N + n_0}$$

Em que:

N = tamanho da população,

E_0^2 = erro amostral tolerável, n_0 = primeira aproximação do tamanho da amostra e

n = tamanho da amostra.

Tabela 1 - População total (Nº) e população amostrada (Nº e %) de produtores de Pinha e respectivo erro experimental (%), em função do polo de produção.

Polo de Produção	População Total		População Amostrada		Erro Experimental	
	Nº		Nº	%	%	
Anagé	03		03	100,0		8
Livramento de Nossa Senhora	17		16	94,1		8
Presidente Dutra	260		58	22,3		12
Total	280		77	27,5		-

Fonte: dados da pesquisa

Os dados obtidos foram tabulados por meio do cálculo das porcentagens das respostas de cada quesito em relação ao total de entrevistas e à região produtora, a partir desses foram elaboradas tabelas contendo os maiores percentuais das questões do diagnóstico com análise descritiva de todos os dados.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1. PERFIL DO PRODUTOR

A maioria dos produtores de pinha da Bahia (71,5%) tem mais de 50 anos. Em Anagé, a totalidade desses produtores possui mais de 50 anos, já em Livramento e em Presidente Dutra 66% e 75%, respectivamente, possuem idade acima de 41 anos (Tabela 2). O que se pode perceber em todos os polos, é um baixo percentual de agricultores mais jovens (20 a 30 anos). Apenas 1% em Livramento de Nossa Senhora e 4,0% em Presidente Dutra. Esses dados concordam com estudos realizados por Brandão (2009) sobre o cultivo de manga, cujos resultados indicaram que a maioria (80%) dos produtores de Livramento de Nossa Senhora que participam do monitoramento de moscas-das-frutas, também, apresentam faixa etária acima dos 41 anos. Perfil semelhante é encontrado no Rio Grande do Sul, onde 63% dos produtores têm mais de 41 anos (LIMA et al., 2009). Dados do Programa de Educação Sanitária da ADAB caracterizaram a população rural de Lapão (que pertence ao território de identidade de Irecê), com maioria nas faixas etárias de 31 a 40 (45%) e de mais de 50 anos (47%) (ADAB, 2011b). Porém, em comparação feita entre os produtores de pinha da Bahia com os horticultores do Paraná da região de Londrina, observa-se grande diferença na faixa etária, pois Londrina possui apenas 35% acima de 41 anos (MARQUES, 2010).

Quanto à escolaridade, a maioria destes trabalhadores possui apenas o ensino fundamental completo (53,2%) (Tabela 2), seguido do ensino médio incompleto (27,3%), ensino médio completo (9,1%), ensino fundamental incompleto (3,9%), graduação (3,9%) e mestrado (1,3%).

No entanto, o nível de escolaridade é mais elevado em Anagé e mais baixo nos outros polos, onde a maioria tem apenas o ensino fundamental completo, existem produtores analfabetos em Livramento de Nossa Senhora e com ensino fundamental incompleto em Presidente Dutra (Tabela 2). Em estudos realizados por Brandão (2009), em Livramento de Nossa Senhora, entre os produtores de manga, verificou-se que 48% dos produtores que participam do monitoramento oficial de moscas-das-frutas possuem ensino médio completo e 14% possuem graduação, enquanto aqueles que não participam do processo, na sua maioria (72%), possuem o ensino médio completo. Na microrregião de Dourados foi verificada maioria de produtores com ensino superior (58,8%) enquanto um menor grupo possuía ensino

fundamental (5,9%) (RICHETTI; MORAES; ÁVILA, 2009), características bem diferentes dos produtores de pinha do Estado da Bahia. Apresentam baixa escolaridade, também produtores de pêssego, no Rio Grande do Sul, com um número de 68,9% com ensino fundamental incompleto (LIMA et al., 2009). Na cultura do caju no Ceará, há elevado percentual de produtores que sequer começaram o ensino fundamental e muitos outros que iniciaram os estudos e não conseguiram concluí-los. Logo, a maioria destes trabalhadores é constituída de analfabetos ou de pessoas com o ensino fundamental incompleto (LIMA et al., 2010). Perfil diferente é encontrado nos produtores de grãos da Microrregião Dourados, MS, onde a maioria dos produtores entrevistados tinha nível superior de escolaridade (RICHETTI; MORAES; ÁVILA, 2009).

Tabela 2 – Porcentagem (%) de produtores de pinha do Estado da Bahia e das principais regiões produtoras, em função das questões diagnóstico sobre perfil da produção de pinha.

Questões do diagnóstico	Bahia	Anagé	Livramento de Nossa Senhora	Presidente Dutra
Faixa etária	71,5% acima de 50 anos	100% acima de 50 anos	66% acima de 41 anos	75% acima de 41 anos
Escolaridade	53,2% ensino fundamental completo	100% ensino médio completo	60% ensino fundamental completo	58% ensino fundamental completo
Tamanho da área	67,1% até ha	100% acima de 10 ha	56% entre 1 a 5 ha	73% entre 1 a 5 ha
Participação organização social	72,4% não participam	67% participam	75% não participam	74% não participam
Forma de comercialização	62,3% ao atravessador	100% ao atacadista	56% ao atacadista	71% ao atravessador
Nível tecnológico	56,4% baixo	67% alto	50% baixo	61% baixo

Fonte: dados da pesquisa.

O perfil dos produtores de pinha da Bahia e de uva do Sudoeste do Paraná é semelhante quanto à idade e escolaridade. Segundo Zarth et al. (2011), 65% dos viticultores têm acima de 50 anos, o que dificulta trabalhos que exigem maior força braçal. O baixo grau de escolaridade dos produtores de uva (maioria até a oitava série do ensino fundamental), associado à idade acima de 50 anos são fatores que dificultam a realização de mudanças nos controles e processos da atividade, além do fato de que, em algumas propriedades, há o abandono da atividade por falta de mão-de-obra por causa do êxodo do jovem do meio rural (ZARTH et al., 2011). A baixa escolaridade também é relatada nos dados do Programa de Educação Sanitária da ADAB no município de Lapão onde existe uma maioria formada por analfabetos funcionais (37%) (ADAB, 2011b). Na população de produtores de hortaliças da região de Londrina, a maioria (66,7%) está compreendida entre o ensino fundamental incompleto e completo, o que caracteriza baixa escolaridade (MARQUES, 2010).

A cultura da pinha na Bahia está estabelecida em pequenas áreas de até 5 ha (77,2%) (menos de 1 ha: 10,1% e de 1 até 5 ha: 67,1%). O total de 16,5% dos produtores cultiva pinha em áreas de 10 a 20 ha (8,9%) e de 5 a 10 ha (7,6%). Cultivos de pinha em áreas de 20 a 30 ha e mais de 30 ha representam uma minoria

de 6,4% (Tabela 2). Esses dados concordam parcialmente com aqueles apresentados pelo IBGE (2006) em nível de Brasil, que indicaram predomínio de cultivos de até 5 ha (85,1%), e da Bahia, que revelaram que a maioria dos cultivos também é de até 5 ha (78,5%). Dados do IBGE (2006) indicam que em outros estados do Nordeste, como Pernambuco, Alagoas, Rio Grande do Norte e Ceará, a maioria dos cultivos também está distribuída em áreas de até 5 ha, com destaque para Pernambuco, Alagoas e Rio Grande do Norte onde predominam cultivos em áreas que não atingem 1 ha. Os dados de Minas Gerais e São Paulo seguem a mesma tendência dos estados do Nordeste (maioria com até 5 ha), no entanto São Paulo apresenta maior percentual de cultivos com 5 a 10 ha (17,39%). A cultura da videira no Sudoeste do Paraná também está concentrada em pequenos cultivos de até 1 ha (69,86 %), com no máximo 3 ha (ZARTH et al., 2011), diferindo um pouco das áreas cultivadas com pinhas, sendo estas relativamente um pouco maiores. Os cultivos de pêssego de Pelotas, RS, estão implantados em áreas de até 10 ha (60,7%), indicando que essa fruteira está estabelecida em áreas médias (LIMA et al., 2009).

Quando são considerados os percentuais de cultivos nas faixas de menos de 1 ha e de 1 a 5 ha, verificam-se mudanças no perfil do produtor baiano ao longo dos últimos seis anos, com aumento de áreas cultivadas de 1 a 5 ha e redução daquelas menores que 1 ha, pois em 2006 os valores eram de 47,6% e 31,5%, respectivamente (IBGE, 2006). A grande maioria das pequenas áreas cultivadas (1 a 5 ha) está distribuída nos polos de Presidente Dutra e Livramento de Nossa Senhora, e são bem maiores no polo de Anagé onde medem acima de 10 ha (Tabela 2). Em relação a 2006, constata-se uma mudança no perfil do produtor bastante acentuada no polo de Presidente Dutra, com significativa redução das áreas cultivadas com menos de 1 ha (de 23,5% para 7%) e de 10 a 20 ha (de 45,6% para 3%) (IBGE, 2006).

A participação dos produtores de pinha em associações ou outros organismos não governamentais é incipiente, pois apenas 18,4% dos produtores participam de associações de produtores, enquanto que a maioria (72,4%) dos fruticultores respondeu que não participa de nenhuma instituição não governamental ou associação. A implantação e, ou, o fortalecimento de cooperativas locais, gerenciadas por fruticultores, bem como ampliação da participação dos fruticultores nesses órgãos, serviria de suporte técnico, de fomento à produção e apoio aos processos de comercialização, conforme constatado para produção de outras cadeias produtivas, como a batata (REICHERT et al., 2011).

A participação em associação comunitária ocorre com 5,3% dos produtores, enquanto a participação em cooperativa (1,3%), em sindicato (1,3%) ou em ambos e também em associação comunitária (1,3%), totalizam 3,3% da população de produtores (Tabela 2). Nesse aspecto o perfil do produtor de pinha da Bahia se assemelha ao perfil do produtor de abacaxi da Paraíba, onde mais de 70% dos produtores não participam de nenhuma forma de organização (MACÊDO et al., 2011). No entanto, comparando-se com produtores de uva do Paraná, verifica-se que os perfis são bastante diferentes nesse quesito, pois 91,78% desses produtores estão envolvidos em cooperativas ou associações e 61,64% em cooperativa ou associações ligadas diretamente à uva (ZARTH et al., 2011), já os produtores de Lapão, BA, apresentam alto nível de envolvimento em entidade sociais (93%)(ADAB, 2011b).

Novamente, neste quesito, se constata diferenças entre os pólos frutícolas, que indicam ser a participação dos produtores em organizações sociais maior em Anagé (67%) e semelhante em Presidente Dutra (25%) e Livramento de Nossa Senhora (26%) (Tabela 2). Em Livramento de Nossa Senhora é costume os

fruticultores participarem de associações e cooperativas, no entanto os produtores de pinha não se inserem neste contexto.

Infelizmente, a maioria dos produtores de pinha da Bahia comercializa seu produto para os atravessadores (62,3%), o que demonstra falta de organização em cooperativas e associações, conforme indicado anteriormente. Situação semelhante é verificada na cadeia produtiva do abacaxi na Paraíba, onde prevalece a forma tradicional de comercialização via terceiros, atingindo 75,83% (BARREIRO NETO et al., 2002, citados por MACÊDO et al., 2011). Vendas diretas aos atacadistas e nas feiras livres são praticadas por 36,4% e 1,3% dos produtores, respectivamente (Tabela 2). Essa situação é mais acentuada no polo de Presidente Dutra, onde 71% dos produtores vendem diretamente aos atravessadores; em Livramento de Nossa Senhora, a distribuição da comercialização a atacadistas e atravessadores apesar de próximas, apresenta leve vantagem para venda direta aos atacadistas (56,6%) em relação aos atravessadores (44%) (Tabela 2).

Os entrepostos oficiais no comércio atacadista no comércio de frutas estão sendo substituídos, em parte, por centrais de compras mais modernas e administradas pela iniciativa privada, como as grandes redes de supermercados, com aquisição de frutas diretamente dos produtores ou então de fornecedores independentes (NOGUEIRA; MELLO; MAIA, 2005). É importante considerar que a melhoria da organização das atividades do setor comercial pode gerar consequências positivas retirando os pequenos produtores do patamar de subsistência ou dependentes totalmente de atravessadores e intermediários (IBRAF, 2005).

Quanto ao nível tecnológico da produção, que o próprio produtor se enquadra, os dados indicaram predomínio de baixo nível tecnológico (56,4%), sendo 39% e 5% com médio e alto níveis tecnológicos, respectivamente (Tabela 2). Esse alto percentual geral de produtores que conduzem seus cultivos com baixo nível tecnológico é reflexo, principalmente, da situação verificada em Presidente Dutra, onde a maioria dos produtores (61%) se enquadraram nessa categoria, ao contrário do que se verifica em Anagé (Tabela 2). Esses dados estão associados ao baixo nível de escolaridade dos produtores, limitando, provavelmente, sua evolução e aperfeiçoamento profissional, bem como integração nas associações de classe, com reflexos em vários indicadores da cadeia produtiva da pinha.

Essa situação é preocupante e pode ser limitante para o desenvolvimento satisfatório das cadeias produtivas de frutas, pois segundo Richetti, Moraes e Ávila (2009) o desenvolvimento dos processos administrativos passa pela evolução do nível de escolaridade dos produtores rurais, pois a instrução facilita a tomada de decisão quanto às mudanças tecnológicas que ocorrem no setor agrícola.

3.2. ASPECTOS FITOSSANITÁRIOS

Ao se considerar o total dos entrevistados, a maioria (95%) afirmou possuir problemas fitossanitários nos seus cultivos de pinha, sendo este fato verificado nas três regiões produtoras (Tabela 3). Apenas dois produtores de cada uma das regiões de Livramento de Nossa Senhora e de Presidente Dutra afirmaram pela resposta “não” quando questionados sobre possuir problemas com doenças e pragas na lavoura de pinha.

Tabela 3 - Porcentagem (%)* de produtores de pinha do Estado da Bahia e das principais regiões produtoras, em função das questões diagnóstico sobre aspectos fitossanitários da cultura.

Questões do diagnóstico	Bahia	Anagé	Livramento de Nossa Senhora	Presidente Dutra
Tem problemas com pragas e doenças	95% sim	100% sim	88% sim	97% sim
Principais pragas	22,3% cochonilhas	100% broca-do-fruto 100% broca-da-haste	100% broca-do-fruto 67% cochonilhas 40% broca-da-raiz 13% ácaros	66% cochonilhas 58% ácaros 54% broca-da-raiz 54% broca-da-haste
Broca-do-fruto como praga principal	57,9% sim	100% sim	94% sim	54% não
Custo de controle de pragas em relação ao custo total de produção*	42% de 10 até 20%	33% até 10% 33% de 10 até 20% 33% de 20 até 30%	73% até 10%	47% de 10, até 20%
Custo de controle da broca-do-fruto em relação ao custo total do controle de pragas	31,7% de 10 até 20%	33% até 10% 33% de 10 até 20% 33% de 20 até 30%	50% até 10%	41% de 10 até 20%

*Porcentagem de produtores que responderam que o custo de controle das pragas enquadra-se nas faixas de até 10%, de 10% a 20% ou de 20% a 30% do custo total de produção da cultura.

Fonte: dados da pesquisa

Com relação às pragas, cochonilhas, broca-do-fruto, broca-da-raiz, broca-da-haste e ácaros foram apontadas como principais, sendo que em cada polo a importância relativa de cada uma foi diferente, destacando-se a broca-do-fruto e broca-da-haste em Anagé (100%), broca-do-fruto em Livramento de Nossa Senhora (100%) e cochonilhas (66%), broca-da-raiz (54%) e broca-da-haste (54%) em Presidente Dutra. (Tabela 3). Percentuais menores de produtores relacionaram a broca-do-ponteiro (1,8%), mosca branca (1,8%), fungos de folhas (1,4%), broca-da-semente (0,9%), fusariose (0,9%), seca de ramos (0,5%) e pulgão (0,5%) como problemas fitossanitários na cultura. De modo geral, as pragas citadas estão relacionadas nas literaturas que abordam o assunto (IBRAF, 2005; GALLO et al., 2002; BRAGA SOBRINHO, 2010).

A broca-da-haste parece se constituir problema em Anagé e em Presidente Dutra, onde 100% e 54% dos produtores, respectivamente, enquadraram a praga como principal, o mesmo não acontece em Livramento. Por outro lado, cochonilhas, broca-da-raiz e ácaros foram relatados apenas pelos produtores de Presidente Dutra e Livramento, sendo 66%, 54% e 58% para Presidente Dutra e 67%, 40% e 13% para Livramento de Nossa Senhora, respectivamente (Tabela 3). Esses dados indicam que as regiões diferem quanto aos tipos principais de problemas fitossanitários, o que, provavelmente, indica situações de maior desequilíbrio nos

pomares de Presidente Dutra pela maior importância dos ácaros. Muitas espécies de ácaros são favorecidas pela aplicação de agrotóxicos (BARROS et al., 2007), especialmente do grupo dos piretroides ou pelos seus subprodutos formados durante a degradação (TRINDADE; CHIAVEGATO, 1999), os quais alteram aspectos do seu comportamento e fisiologia propiciando o aumento populacional. Quando questionados sobre a importância da broca-do-fruto, 57,9% de todos os produtores responderam que “sim”, ou seja, trata-se uma praga chave e 42,1% responderam “não”, valores muito próximos e que refletem a situação que ocorreu em Presidente Dutra, onde 54% responderam “não”. Nas outras regiões, a quase totalidade dos produtores considerou a broca-do-fruto uma praga importante (Tabela 3).

Com relação à participação do custo de controle dos problemas fitossanitários no custo total de produção, boa parte dos produtores (42,1%) indicou custos de 10 a 20%; 30,3% afirmaram que o custo representa menos de 10%; 15,8% dos produtores gastam entre 20 e 30%; acima de 30% apenas 10,5% dos produtores e 1,3% dos produtores não controlam, não gerando custos (Tabela 3). Em Anagé, as respostas foram igualmente distribuídas nas três primeiras classes; em Livramento, a maioria considerou que os custos não chegam a 10%; em Presidente Dutra a situação mostrou-se diferente, com distribuição por todas as classes, inclusive aquela que os custos estão entre 40 e 50%, predominando a faixa de 10 a 20% (Tabela 3). Quanto ao custo de controle da broca em relação ao custo de controle das outras pragas, 61% dos produtores responderam que é de até 20%, sendo que 22% dos produtores informaram que o custo é de 20 a 30% (Tabela 3). Na microrregião de Dourados, MT, Richetti, Moraes, Ávila (2009) verificaram pouca preocupação com o custo das aplicações e nível de dano provocado pela praga e, como consequência, alto número de aplicações de agrotóxicos.

3.3 MÉTODOS DE CONTROLE E CONTROLE QUÍMICO

Quando interrogados sobre os tipos de controle usados para a broca-do-fruto, 47,6% dos produtores responderam que usam exclusivamente o controle químico, enquanto 31% afirmaram associar os métodos químicos e culturais, e mais 14,3%, exclusivos de Presidente Dutra, não realizam nenhum tipo de controle (Tabela 4). Os métodos químicos e biológicos foram apontados pela minoria dos produtores (7,1%). No entanto, não se pode ter certeza de que os produtores compreenderam exatamente do que se trata o controle biológico, pois não há, até o momento, uma tecnologia de controle biológico aplicado à cultura.

Em Anagé, a totalidade dos produtores associa os métodos culturais e químicos, enquanto em Livramento de Nossa Senhora a maioria só utiliza o controle químico (Tabela 4), mesma situação observada na microrregião de Dourados, MT, onde a maioria realiza o manejo de pragas exclusivamente com controle químico (RICHETTI; MORAES; ÁVILA, 2009.), o que pode ser denominado de manejo de inseticidas. Informações mais detalhadas sobre os produtos podem ser observadas na Tabela 5.

Quanto aos produtos, 19 itens foram citados pelos produtores, com destaque para os inseticidas Connect (17,5%), Engeo Pleno (15,8%), Polytrin (15,8%), Karate (7%) e óleos minerais (15,8%). Os demais estão bastante distribuídos entre as respostas, sendo citada inclusive a urina de bovino (Tabela 4). Considerando as regiões produtoras, observa-se que em Anagé apenas dois itens foram citados (Fastac e Altacor), enquanto em Presidente Dutra pelo menos 10 foram relacionados pelos produtores (Tabela 5). Pesquisas têm demonstrado que o

consumo de agrotóxicos depende do tipo de cultura explorada na região (LIMA et al., 2011).

Tabela 4 - Porcentagem (%) de produtores de pinha do Estado da Bahia e das principais regiões produtoras, em função das questões diagnóstico sobre métodos de controle e controle químico de pragas.

Questões do Diagnóstico	Bahia	Anagé	Livramento de Nossa Senhora	Presidente Dutra
Métodos de controle	47,6% químico	100% químico e cultural	79% Químico	36% químico e 36% químico e cultural
Produtos* usados (químico, biológico, outros)	19 itens	2 itens	7 itens	10 itens
Classificação Toxicológica dos Produtos Químicos e Biológicos	46% III – medianamente tóxico	100% III - medianamente tóxico	45% II - altamente tóxico	63% III - medianamente tóxico
Classificação Ambiental dos Produtos Químicos e Biológicos	26% I - altamente tóxico ao meio ambiente	100% II – muito perigoso ao meio ambiente	64% II – muito perigoso ao meio ambiente	56% I - altamente tóxico ao meio ambiente
Início da aplicação	54,3% frutos bem pequenos	67% frutos bem pequenos	71% na fase de botão	78% frutos bem pequenos
Número de aplicações	25% 5 aplicações	67% 4 aplicações	36% 5 aplicações	21% 5 aplicações
Rotação de produtos	54,3% Não realiza rotação	100% realizam rotação	50% realiza rotação	67% não realiza rotação
Ingrediente Ativo (em revisão ou proibido)	quatro	-----	dois	dois

*Os produtos estão listados na Tabela 5.

Fonte: dados da pesquisa

Tabela 5 - Produto, modo de ação, ingrediente ativo (IA), grupo químico dos produtos usados na pinha no Estado da Bahia.

Produto Comercial	Modo de ação	Ingrediente Ativo (IA)	Grupo químico
Connect	Sistêmico	Beta-ciflutrina + imidacloprido	Neonicotinóide + piretróide
Engeo Pleno	Sistêmico, contato e ingestão.	Lambda-cialotrina + tiametoxam	Neonicotinóide + piretróide
Polytrin	Contato e ingestão	Cipermetrina + profenofós	Organofosforado + piretróide
Óleo mineral	Contato	Óleo mineral	Hidrocarbonetos alifáticos
Karate	Contato e ingestão	Lambda-cialotrina	Piretróide
Agro oil	Contato	Óleo vegetal	Ésteres de ácidos graxos
Decis	Contato e ingestão	Deltametrina	Piretróide
Cyprin 250 CE	Contato e ingestão	Cipermetrina	Piretróide
Piretróide	----	-----	Piretróide
Folisuper	Contato e ingestão	Parationa-metílica	Organofosforado
Vertimec 18 EC	Contato e ingestão	Abamectina	Avermectina
Altacor	Contato e ingestão.	Clorantraniliprole	Antranilamida
Fastac 100 SC	Contato e ingestão	Alfa-cipermetrina	Piretróide
Stron	Sistêmico	Metamidofós	Organofosforado
Siptran*	Seletivo	Atrazina	Organofosforado
Tamaron*	Sistêmico	Metamidofós	Organofosforado
Agritoato 400	Sistêmico	Dimetoato	Organofosforado
Úrina de bovide	----	-----	-----

*Retirado do mercado em função da Resolução da ANVISA RDC n. 01/2011.

Fonte: dados da pesquisa

De modo geral, observa-se que a maioria dos inseticidas pertence ao grupo químico dos piretróides ou de mistura de piretróide com neonicotinóide (Connect e Engeo Pleno) ou com organofosforado (Polytrin). Estes três inseticidas foram citados por 49,1% dos produtores. Os produtos neonicotinóides estão em fase de reavaliação pelo IBAMA (IBAMA, 2012), em função de seus efeitos adversos sobre abelhas (LIMA; ROCHA, 2012). Dos produtos citados pelos produtores, o Stron e Tamaron, ambos à base de metamidofós, saíram do mercado em junho de 2012 (ANVISA, 2011).

Vale ressaltar que, dentre os produtos citados para controle da broca, Siptran (Atrazina) é um herbicida, seu uso como inseticida indica falta de conhecimentos básicos do produtor em relação aos produtos fitossanitários, o que implica na possibilidade de uso incorreto e inseguro de inseticidas, podendo gerar riscos à saúde do trabalhador e do consumidor. Como a cultura da pinha não possui produtos registrados observa-se que os produtores das diferentes regiões utilizam produtos mais relacionados às culturas principais da região, provavelmente pela maior disponibilidade nas lojas de produtos agropecuários.

Observa-se que 46% dos agrotóxicos são da Classe III (medianamente tóxicos) e 21% da Classe IV (pouco tóxico), 20% da Classe II (altamente tóxico) e 13% da Classe I (extremamente tóxico) (Tabela 4). Em Anagé, a totalidade dos produtos é medianamente tóxica, enquanto em Livramento observa-se uma distribuição entre as classes toxicológicas, com predominância de produtos altamente tóxicos. A situação de Presidente Dutra é mais próxima à de Anagé

(Tabela 4). Em Boa Vista, RO, para os horticultores que cultivam em ambiente protegido a distribuição é 13% extremamente tóxico, 21,7% altamente tóxico, 26,1% medianamente tóxico e 39,1% pouco tóxico (LIMA et al., 2011).

Considerando-se a classificação ambiental, os produtos são classificados como altamente tóxico ao meio ambiente (46%) e muito perigoso ao meio ambiente (45%), totalizando 91% dos inseticidas citados pelos produtores, com predominância de produtos altamente tóxico em Presidente Dutra e muito perigoso em Livramento e presidente Dutra (Tabela 4). Para os produtores de hortaliças de Boa Vista, RO, a distribuição é 91,3% nas classes I, II e III podendo trazer sérias consequências para ao meio ambiente (LIMA et al., 2011).

As pulverizações para controle da broca são iniciadas quando os frutos estão bem pequenos, com até 2 cm aproximadamente (54,3% dos produtores) ou então desde a fase de botão floral (42,9%). Contudo, uma minoria de produtores inicia as pulverizações em frutos maiores (Tabela 4). Quando se observa o comportamento do produtor de cada região, verifica-se que em Livramento a maior parte dos produtores (71%) inicia as aplicações na fase de botão, em contraste com as demais regiões onde a maioria inicia na fase de frutos pequenos, sendo 67% para Anagé e 78% para Presidente Dutra (Tabela 4).

Assim, de modo geral, observa-se que há conhecimento da biologia geral do inseto, uma vez que a fêmea inicia suas posturas em frutos pequenos, mas em condições de altas infestações, as oviposições também ocorrem nas flores (BITTENCOURT; MATTOS SOBRINHO; PEREIRA, 2007). Na literatura há indicações para iniciar as pulverizações nas inflorescências, para o caso da graviola, e frutos pequenos e grandes, a cada 15 dias (GALLO et al., 2002) ou a cada 10 ou 15 dias (BRAGA SOBRINHO, 2010). Quanto ao número de pulverizações para controle da broca-do-fruto, há uma grande variação entre as respostas dos produtores com menores percentuais para os extremos, ou seja, apenas uma aplicação (2,8%) e 15 aplicações (2,8%). Grande parte dos produtores (47,2%) afirmou que realiza 4 (22,2%) e 5 aplicações (25%). O total de 30,5% dos produtores pulverizam 6 (8,3%), 7 (8,3%), 8 (8,3%) ou 10 (5,6%) vezes durante o ciclo de produção (Tabela 4).

Um aspecto de manejo importante na prevenção de seleção de populações de insetos e ácaros resistentes aos inseticidas e acaricidas é a rotação de produtos com sítios de ação diferenciados. A maioria dos produtores de pinha (54,3%) não realiza rotação de inseticidas, sendo esta situação reflexo da região de Presidente Dutra, onde 67% dos produtores não realizam rotação. Em Anagé, a totalidade dos produtores afirmou realizar essa tática de manejo e em Livramento a rotação é praticada por 50% dos produtores (Tabela 4).

3.4. USO CORRETO DE AGROTÓXICOS

O conhecimento da Lei dos Agrotóxicos e afins é um importante mecanismo que leva ao uso seguro e correto dos produtos fitossanitários. Dos produtores de pinha entrevistados, 50,7% afirmam que já leram e que conhecem o conteúdo da Lei; 17% afirmam ter tomado conhecimento da Lei pelos meios de comunicação e que sabem alguma coisa sobre ela; 16% não conhecem a Lei, mas já escutaram alguma coisa a respeito; 9% conhecem a lei, mas não dominam seu conteúdo; e 7%, conhecem a lei, tomaram conhecimento pelos meios de comunicação, mas não sabem bem do que se trata (Tabela 6).

Tabela 6 - Síntese dos tipos de controle aspectos fitossanitários da cultura da pinha no Estado da Bahia e das principais regiões produtoras.

Questões do Diagnóstico	Bahia	Anagé	Livramento de Nossa Senhora	Presidente Dutra
Lei de Agrotóxicos	50,7% Sim, já li, conhecem seu conteúdo.	33% sim, já li, conhecem seu conteúdo. 33% sim, já li, mas não domino o seu conteúdo. 33% sim, já tomei conhecimento pelos meios de comunicação e sei alguma coisa sobre ela.	44% não, mas já escutei alguma coisa a respeito.	58% sim, já li, conhecem seu conteúdo.
Tríplice lavagem	79,4% realizam	100% realizam	92% realizam	67% realizam
Descarte embalagens vazias	31,4% Devolvem na central de recebimento	100% devolvem na central de recebimento	43% queima 43% devolve a loja que comprou	44% devolvem na central de recebimento

Fonte: dados da pesquisa

Em relação às regiões produtoras, em Presidente Dutra há predomínio de produtores que conhecem a Lei, já em Livramento a situação é mais grave, pois a maioria apenas escutou alguma coisa a respeito (Tabela 6). Dados do Programa de Educação Sanitária da ADAB indicaram que em Lapão a população de produtores em sua maioria não conhecia lei de agrotóxicos (55%) (ADAB, 2011b).

Com relação à tríplice lavagem, a maioria dos produtores (79,4%) faz uso da prática. Condição semelhante é observada em Livramento de Nossa Senhora e Anagé, e com menor percentual em Presidente Dutra (67%) (Tabela 6). Em levantamentos com produtores de manga de áreas monitoradas e não monitoradas, em Livramento de Nossa Senhora, verificou-se que 82% e 98%, respectivamente, realizam a tríplice lavagem (BRANDÃO, 2009), assemelhando-se ao resultado do presente trabalho para pinha no mesmo município (92%). Em Boa Vista, RO, os produtores de hortaliças em ambiente protegido não realizam a tríplice lavagem em sua maioria (90,67%) e 100% não dão a destinação correta (LIMA et al., 2011).

Quanto ao descarte de embalagens, apenas 31% dos produtores devolvem na central de embalagens e 28,8% devolvem nas lojas agropecuárias. Um dado surpreendente é que 31% dos produtores queimam as embalagens, 5,7% guardam e 2,9% enterram na propriedade, totalizando quase 40% de descarte totalmente irregular e ilegal. Foi encontrado o descarte regular apenas em Anagé (Tabela 6). Produtores de pêssego de Pelotas, RS, também praticam a queima (11,8%), o abandono na lavoura (3%) e enterro (4,4%) das embalagens, porém de forma menos acentuada (LIMA et al., 2009). Cerca de 10% dos produtores de manga de Livramento de Nossa Senhora queimam as embalagens; 70% dos produtores de áreas não monitoradas deixam as embalagens no campo, em contraste com apenas 4% das áreas monitoradas (BRANDÃO, 2009). Os produtores de Lapão apresentam, em sua maioria, comportamento adequado à legislação, com 89% dos produtores

que entregam as embalagens na central de recebimento de embalagens vazias, e apenas 11% desrespeitam a Lei (ADAB, 2011b).

4. CONCLUSÕES

- A cultura da pinha na Bahia está estabelecida em pequenas áreas, há o predomínio de produtores com idade acima de 41 anos, baixo nível de escolaridade, baixa participação em associações e, ou, cooperativas e uso de baixo nível tecnológico nos cultivos;

- O polo de Anagé destaca-se por apresentar produtores com maior nível de escolaridade e tecnológico e maiores conhecimentos sobre a Lei dos Agrotóxicos;

- A importância dos problemas fitossanitários varia em função das regiões produtoras; com custos de controle da ordem de 10 a 20% do custo total de produção, ficando neste mesmo patamar a participação do custo de controle da broca-do-fruto em relação ao custo com problemas fitossanitários;

- O controle químico é o mais utilizado mesmo não existindo nenhum inseticida registrado para o controle da broca-do-fruto, sem realização de rotação de inseticidas pela maioria dos produtores;

- Há um desconhecimento geral da Lei dos Agrotóxicos pelos produtores, o que gera muitos casos de descarte irregular de embalagens;

- Constata-se a necessidade de políticas públicas que envolvam ações de Educação Sanitária e Extensão Rural na cadeia produtiva da pinha para o Estado da Bahia.

5. REFERÊNCIAS

AGÊNCIA ESTADUAL DE DEFESA AGROPECUÁRIA DA BAHIA. Bahia que Produz – Defesa Sanitária Vegetal. **Relatório**. Salvador: ADAB-DDSV, 2011a. p. 42.

AGÊNCIA ESTADUAL DE DEFESA AGROPECUÁRIA DA BAHIA. Diagnóstico educativo sobre a conduta dos produtores rurais do município de Lapão, com relação ao uso correto e seguro dos agrotóxicos. **Relatório**. Irecê: Programa de Educação Sanitária, 2011b. p. 49.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. Defere inclusão de novo acondicionamento, cancelamento de registro da apresentação, cancelamento de registro do medicamento e retificação de publicação, conforme relação anexa. **Resolução - RE n. 143, de 14 de Janeiro de 2011**. p. 56. Seção 1. Diário Oficial da União (DOU) de 17 de Janeiro de 2011.

BARROS, R. et al. Desequilíbrio biológico do ácaro-rajado *Tetranychus urticae* Koch, 1836 (Acari: Tetranychidae) após aplicações de inseticidas em algodoeiro. **Arquivos Instituto Biológico**, São Paulo, v. 74, n. 2, p.171-174, 2007.

BITTENCOURT, M. A. L.; MATTOS SOBRINHO, C.; PEREIRA, M. J. B. Biologia, danos e táticas de controle da broca-da-polpa das anonáceas. **Revista Bahia Agrícola**, v. 8, n. 1, p. 16-17, 2007.

BRAGA SOBRINHO, R. **Potencial de exploração de anonáceas no nordeste do Brasil**. In: Semana Internacional da Fruticultura, Floricultura e Agroindústria. 17^a. set 2010. Disponível em: <http://www.ceinfo.cnpat.embrapa.br/arquivos/artigo_3425.pdf>. Acesso em 15 out. 2012.

BRANDÃO, M. H. S. T. **Levantamento do de agrotóxicos e utilização de equipamentos de proteção individual entre os agricultores do polo de fruticultura de Livramento de Nossa Senhora, Bahia**. 2009. 68 f. Monografia. (Especialização em Epidemiologia com ênfase em Defesa Sanitária Vegetal). União Metropolitana de Educação e Cultura. Lauro de Freitas.

GALLO, D. et al. **Entomologia agrícola**. Piracicaba: FEALQ, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Comunicado**. Brasília, 2012 (Comunicado nº139).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário**. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/default.shtm>>. Acesso em 16 out. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE FRUTAS. **Programa SEBRAE de cadeias produtivas agroindustriais: estudo da cadeia produtiva de fruticultura do Estado da Bahia – Análise das principais cadeias produtivas de frutas e da fruticultura orgânica no contexto baiano**. São Paulo, jan. 2005. Disponível em: <<http://www2.ba.sebrae.com.br/banco/documentos/cadeiasprodutivas/Estudo%20da%20Cadeia%20Produtiva%20de%20Fruticultura%20do%20Estado%20da%20Bahia%20-%20An%C3%A1lises.pdf>>. Acesso em 15 out. 2012.

LIMA, M. C.; ROCHA, S. A. **Efeitos dos agrotóxicos sobre as abelhas silvestres no Brasil. Proposta metodológica de acompanhamento**. Brasília: IBAMA, 2012.

LIMA, A. C. S. et al. Diagnóstico fitossanitário e de práticas associadas ao uso de agrotóxicos nas hortas em ambiente protegido em Boa Vista – Roraima. **Revista Agroambiental On-line**, v. 5, n. 2, p. 124-133. 2011. Disponível em: <www.Agroambiente.ufrb.br>. Acesso em 13 out. 2012.

LIMA, C. A. B. et al. A. D. Diagnóstico da exposição ocupacional a agrotóxicos na principal região produtora de pêssego para indústria do Brasil. **Ciência Rural**, Santa Maria. v. 39, n. 3, p. 900-903, 2009.

LIMA, S. S. et al. Nível tecnológico e fatores de decisão para adoção de tecnologia na produção de caju no Ceará. **Revista de Economia e Agronegócios**, v. 6, n. 1, p.121-145, 2010.

MACÊDO, L. A. S. et al. Perfil socioeconômico dos produtores de abacaxi do município de Lagoa de Dentro, Paraíba. **Geoambiente on-line**. n. 17. jul./dez. 2011. Disponível em: <www2.jatai.ufg.br/index.php/geoambiente>. Acesso em 15 out. 2012.

MALHOTRA, N.K. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

MARQUES, C. R. G.; NEVES, P. M. J.; VENTURA, M. U. Diagnóstico do conhecimento de informações básicas para o uso de agrotóxicos por produtores de hortaliças da região de Londrina. **Ciência Agrária**, Londrina, v. 31, n. 3, p. 547-556, 2010.

NOGUEIRA, E. A. E; MELLO, N. T. C. de; MAIA, M. L. Produção e comercialização de anonáceas em São Paulo e Brasil. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 51-54, 2005.

REICHERT, L. J. et al. Caracterização e análise da produção de batata nos municípios de São Lourenço do Sul – Brasil e Sanlúcar de Barrameda – Espanha. **Extensão Rural**, Santa Maria, n. 22, p. 133-158, 2011.

RICHETTI, A.; MORAES, G. C.; ÁVILA, C. J. Perfil do produtor e manejo de pragas na microrregião Dourados. **Documento 102**. Dourados: Embrapa Agropecuária Oeste, 2009.

SÃO JOSÉ, A. R. Cultivo e mercado da graviola, Fortaleza: **Instituto Frutal**, 2003.

TRINDADE, M. L. B.; CHIAVEGATO, L. G. Efeitos de subprodutos da fotodegradação da deltametrina na população de *Tetranychus urticae* Koch (Acari: Tetranychidae). **Anais da Sociedade Entomológica do Brasil**, v. 28, n. 3, p. 511-517, 1999.

ZARTH, N. A. et al. Perfil sócio-econômico da viticultura da região sudoeste do Paraná. **Synergismus Scyentifica**, v. 6, n. 1, p. 10, 2011.

PERFIL DOS FRUTICULTORES E DIAGNÓSTICO DO USO DE AGROTÓXICOS NO POLO DE FRUTICULTURA DE LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA, BAHIA

Suzany Aguiar Leite¹
Maria Aparecida Castellani²
Ana Elizabete Lopes Ribeiro³
Aldenise Alves Moreira⁴
Weber Marcílio Malheiro Aguiar⁵

RESUMO

O Brasil é o terceiro produtor mundial de frutas, destacando-se a Região Nordeste como uma das principais produtoras. Na Bahia, dez polos de fruticultura são importantes na exportação de frutas frescas. O polo de Livramento de Nossa Senhora tem referência nos cultivos da manga, maracujá e banana. O objetivo do trabalho foi realizar um diagnóstico sobre aspectos da produção de banana, manga e maracujá, voltados ao perfil do produtor, da propriedade e do uso de agrotóxicos, devolução de embalagens vazias e descarte de resíduos. Foram aplicados 610 questionários, abrangendo 20% dos produtores de cada frutífera. Os produtores têm baixo grau de escolaridade, dificultando a compreensão do uso de agrotóxicos de forma correta. A assistência técnica por meio de órgãos públicos é insuficiente e realizada pelos profissionais das casas comerciais. O uso de EPI não é prática persistente e a lavagem dos equipamentos é realizada em tanque de uso doméstico. Ações de educação sanitária devem ser desenvolvidas, com atenção aos produtores de maracujá, que, por serem mais jovens, podem se tornar multiplicadores dos conhecimentos necessários para uso de agrotóxicos.

Palavras-chave: banana, destino de embalagens, manga, maracujá, perfil do produtor.

¹Graduada em Engenharia Agrônômica (UESB). Mestre em Agronomia (UESB). Doutoranda em Agronomia (UESB). E-mail: suzanyleite@yahoo.com.br

²Graduada em Agronomia (UNESP). Mestre em Agronomia (UNESP). Doutora em Agronomia (UNESP). Pós-Doutora em Proteção de Plantas (UNESP). Professor Pleno, DFZ/UESB. E-mail: castellani@uesb.edu.br

³Graduada em Agronomia (UESB). Mestre em Agronomia (UESB). Doutora em Entomologia Agrícola (UFRPE). Pós-Doutora em Agronomia (UESB). Professor Adjunto do Núcleo Docente Multidisciplinar (UFOB). E-mail: ana.lopes@ufob.edu.br

⁴Graduada em Agronomia (UFAL). Mestre em Agronomia (UNESP). Doutora em Agronomia (UNESP). Pós-Doutora em Proteção de Plantas (UNESP). Professor Pleno, DFZ/UESB. E-mail: aldenise.moreira@gmail.com

⁵Graduado em Engenharia Agrônômica (UESB). Especialista em Defesa Sanitária Vegetal (UNIME). Mestre em Defesa Agropecuária (UFRB). Fiscal Estadual Agropecuário (ADAB). E-mail: weberaguiar@yahoo.com.br

PROFILE OF FRUIT GROWERS AND DIAGNOSTIC USE OF PESTICIDES IN FRUIT THE PLACES LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA, BAHIA.

ABSTRACT

Brazil is the third worldwide producer of fruit, highlighting the Northeast as one of the main producers. In Bahia ten places of fruit growing are important in the export of fresh fruit. The place Livramento de Nossa Senhora It has reference in crops of mango, passion fruit and banana. The aim of the study was accomplish an diagnosis of aspects of production banana, mango and passion fruit, associated to profile producing, the property and the use of pesticides, return of package empty and discard of residues. They were applied 610 questionnaires, to include 20% of the producers of each fruit. Producers have low literacy difficult to understand the use of pesticides correctly. Technical assistance by public bodies is insufficient and performed by professionals from business houses. The use of PPE is not persistent practice and washing equipment is carried on household tank. Shares of health education should be developed, with attention to producers of passionfruit, as they are younger, can become multipliers of knowledge necessary to use pesticides.

Keywords: banana, destination of package, mango, passion fruit, profile producing.

1. INTRODUÇÃO

O Brasil é o terceiro maior produtor mundial de frutas, destacando-se as regiões Sudeste, Nordeste e Sul como principais produtoras. Em 2010, O Estado de São Paulo respondeu por 32,9% da produção, seguido pela Bahia (15,1%), Rio Grande do Sul (7,9%), Minas Gerais (7,1%), Pernambuco (5,2%) e demais estados (31,9%). É uma atividade econômica de destaque nos cenários econômico e social, pois envolve mais de 5 milhões de pessoas, sendo praticada, em média, em propriedades de até 10 ha, garantindo boa qualidade de vida às famílias produtoras (KIST et al., 2012).

Na Bahia, a fruticultura ocupa posição de destaque no agronegócio e está presente em todas as regiões do estado, totalizando dez polos consolidados e estruturados também para exportação de frutas frescas. No Sudoeste da Bahia, a agricultura irrigada da Bacia do Rio de Contas, que envolve o polo de fruticultura de Livramento de Nossa Senhora, tem como referência o cultivo da manga, maracujá e banana, com perspectivas de diversificação da produção, incluindo plantios como goiaba e abacaxi (SEAGRI, 2013).

Os cultivos frutícolas apresentam diversos problemas fitossanitários, decorrentes do ataque de pragas, doenças e plantas daninhas, levando, muitas vezes, o produtor a adotar medidas de controle nos pomares. O controle químico, por meio da utilização de agrotóxicos, geralmente, destaca-se como método mais utilizado, porém, nem sempre de forma racional.

O uso da tática do controle químico deve ser fundamentado nos conhecimentos que envolvem desde o monitoramento das pragas e doenças, tomada de decisão pela aplicação ou não, seleção do produto, tecnologia de aplicação, medidas de segurança e proteção individual até o destino final das embalagens e dos resíduos, dentre outros aspectos, para minimizar riscos de contaminação do meio ambiente, intoxicação do aplicador e resíduos nos alimentos.

Alguns estudos desenvolvidos na Bahia têm indicado que os produtores de pinha possuem baixa escolaridade (OLIVEIRA, 2012); inexpressiva participação em cooperativas e associações de classe, tanto dos produtores de pinha como de graviola (FREITAS et al., 2013; OLIVEIRA, 2012); pouco ou nenhum conhecimento sobre a Lei dos Agrotóxicos pelos produtores de manga (BRANDÃO, 2009), pinha (OLIVEIRA, 2012) e graviola (FREITAS et al., 2013); e necessidade de investimentos em assistência técnica especializada (FREITAS et al., 2013; OLIVEIRA, 2012). No entanto, os dados são pontuais sobre determinada cultura, não existindo informações sobre os polos de fruticultura da Bahia e seus principais cultivos. Assim, o objetivo do trabalho foi realizar um diagnóstico sobre aspectos da produção de banana, manga e maracujá, voltados para o perfil do produtor, da propriedade e do uso de agrotóxicos, devolução de suas embalagens vazias e descarte de resíduos, com o intuito de subsidiar o planejamento de ações de educação sanitária aos fruticultores do polo de fruticultura de Livramento de Nossa Senhora, BA.

2. MATERIAL E MÉTODOS

O estudo foi realizado no polo de Fruticultura de Livramento de Nossa Senhora, BA, no perímetro irrigado e suas adjacências, que abrange propriedades dos municípios de Livramento de Nossa Senhora e Dom Basílio, localizados no polígono das Secas, no semiárido baiano, com aproximadamente 12 mil ha. Livramento de Nossa Senhora, município que concentra a maioria das propriedades, dista aproximadamente 722 km de Salvador e compreende uma superfície de 2.291 km², situando-se nas coordenadas 13°15' de latitude sul e 41°50' de longitude oeste, a uma altitude média de 480m, com precipitação média de 760 mm anuais e temperatura média anual de 22,6°C. O estudo foi desenvolvido nos meses de novembro e dezembro de 2010. O tamanho da amostra foi definido a partir dos dados cadastrais existentes na Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Estado da Bahia (ADAB), unidade de Livramento de Nossa Senhora. O tamanho da amostra foi estimado utilizando-se a fórmula de Thompson (1992) *apud* Zart et al. (2011), que leva em conta o tamanho da população alvo, o erro admitido e o desvio padrão de uma variável que caracterize essa população, bem como o valor tabelado do grau de confiança estabelecido (95%). Utilizou-se a seguinte fórmula para estimar o tamanho da amostra:

$$n = \frac{1}{\left(\frac{r^2}{z^2 \cdot y^2} + \frac{1}{N}\right)}$$

Em que: n= Tamanho amostral; r = margem de erro de uma variável significativa da população; z = grau de confiança (95%); y = desvio padrão de uma variável significativa da população e N = número total de indivíduos da população considerada.

Aplicando-se a fórmula, estimou-se o tamanho mínimo da amostra, abrangendo 20% da população de produtores de manga, maracujá e banana, totalizando 330, 240 e 40 produtores, respectivamente (Tabela 1).

Tabela 1- População total, população amostrada, grau de confiança, desvio padrão e erro amostral

Cultura	População total	População amostrada	Grau de confiança (%)	Desvio padrão	Erro amostral (%)
Manga	1650	330	95	0,65	3,0
Maracujá	1200	240	95	0,65	3,5
Banana	200	40	95	0,65	8,5
Total	3050	610			

Fonte: dados da pesquisa

As propriedades foram selecionadas por amostragem aleatória, a partir dos dados cadastrais existentes na ADAB, unidade de Livramento de Nossa Senhora. O questionário foi elaborado com 36 perguntas, estruturadas de múltipla escolha, resposta livre, por faixa e dicotômica, englobando os seguintes aspectos: 1) Perfil do fruticultor: idade, grau de escolaridade, local de residência, tipo de posse da terra e participação em segmentos organizados da sociedade; 2) Perfil da propriedade: área total, área cultivada com manga, maracujá e banana, idade do pomar e mão de obra utilizada; 3) Problemas fitossanitários: pragas e doenças mais comuns e métodos de controle de pragas, doenças e plantas daninhas utilizados; 4) Uso de agrotóxicos: responsável pela aplicação, frequência da aplicação, idade do aplicador, orientação técnica, período de carência, tipo e manutenção do equipamento e receituário agrônomico; 5) Uso seguro e destino das embalagens e resíduos: uso de Equipamento de Proteção Individual (EPI), local de lavagem do EPI, tríplice lavagem, perfuração do fundo das embalagens utilizadas, destino final das embalagens e destino dos resíduos de pulverizadores. A aplicação dos questionários consistiu de visitas às propriedades selecionadas, realizando as entrevistas com os fruticultores de cada cultura.

As questões de respostas livres foram enquadradas em categorias estabelecidas pelos autores: como idade do produtor e idade do aplicador, quantificadas nas faixas de: 18-30; 31-40; 41-50 e acima de 50; e área cultivada: 1-5; 5,1-10; 10,1-15; acima de 15 hectares, idade dos pomares: 1-5; 5,1-10; 10,1-15; 15,1-20; 20,1-25 e acima de 25 anos. Os dados obtidos foram tabulados, calculando-se as porcentagens das respostas de cada quesito em relação ao total de produtores entrevistados de cada frutífera e ao total geral de produtores, com análise descritiva dos mesmos.

3.RESULTADOS E DISCUSSÃO

A maioria dos fruticultores (65%) do polo de Livramento de Nossa Senhora possui idade acima dos 41 anos, ocorrendo variação na faixa etária em função do tipo de fruteira cultivada. No cultivo de banana, predominam produtores com mais de 50 anos (75%), em manga a faixa etária concentra-se em idades acima de 41 anos (30% de 41 a 50 anos e 49% acima de 50 anos), sendo mais jovens os produtores de maracujá, pois 55% dos mesmos possuem até 40 anos (Tabela 2).

Tabela 2 - Síntese (%) das respostas sobre perfil do produtor de banana, manga e maracujá do polo de fruticultura de Livramento de Nossa Senhora, Bahia.

Questões do diagnóstico	Banana (%)	Manga (%)	Maracujá (%)	Total (%)
Idade do Produtor:				
18 – 30	2	5	30	14,7
31 – 40	11	16	25	20,3
41 – 50	12	30	25	28,4
Acima de 50	75	49	20	36,6
Grau de escolaridade				
Analfabeto	2	1	1	1,3
Assina o nome	5	6	3	4,7
Ensino fundamental incompleto	70	39	60	49,6
Ensino fundamental completo	3	14	11	12
Ensino médio incompleto	5	7	10	7,8
Ensino médio completo	15	27	13	20,6
Superior incompleto	-	-	1	0,5
Superior completo	-	6	1	3,5
Tipo da posse da terra:				
Proprietário	83	94	56	77,6
Ocupante	-	-	1	0,3
Parceiro	7	2	5	3,4
Arrendatário	5	2	5	3,7
Assentado	5	-	-	0,3
Meeiro	-	1	33	14,2
Comodato	-	1	-	0,5
Participação em organizações de classe:				
Cooperativa	33	37	17	29,5
Associação	42	33	45	37,9
Sindicato rural	20	12	16	14,1
Clube recreativo	2	7	-	4,4
Partido político	3	5	1	3,1
Associação cultural	-	1	-	0,3
Nenhuma	-	5	21	10,7
Outra	-	-	-	-

Fonte: dados da pesquisa

Esses dados concordam com aqueles apresentados para produtores de guaraná de Alta Floresta, MT, onde a maioria dos produtores (84,4%) possui idade superior a 41 anos (GOUVEIA et al., 2012), fato não constatado por Matias et al. (2003) para fruticultores de Limoeiro do Norte, CE, onde 31,3% tem idade de 41-50 anos e apenas 6,2% têm idade superior a 50 anos, demonstrando que parte dos produtores são mais jovens, situação constatada para os produtores de maracujá da região em estudo. De modo geral, a escolaridade dos produtores é baixa. Quase metade da população entrevistada (49,6%) possui o ensino fundamental incompleto, seguido de ensino médio completo (20,6%) e fundamental completo (12%), com pequena variação entre produtores das três fruteiras, destacando-se os produtores de manga com maior escolaridade, pois 27% possuem o ensino médio completo, havendo, ainda, produtores analfabetos (6%), sendo nesta condição englobados, também, aqueles que só assinam o nome (Tabela 2). O baixo grau de escolaridade é um dos fatores que contribuem para o risco de intoxicação por agrotóxicos, devido

à dificuldade na compreensão das informações contidas nos rótulos (BEDOR et al., 2009; PERES; MOREIRA, 2007; et al.). Ainda, segundo Zarth et al. (2011), em trabalho com produtores de uva, o baixo grau de escolaridade dos produtores associado à idade acima de 50 anos são fatores que dificultam a realização de mudanças nos controles e processos da atividade, além da tendência, em algumas propriedades, de abandono da atividade por falta de mão-de-obra pelo êxodo do jovem do meio rural.

A maioria dos produtores é proprietário da terra, atingindo 77,6% no total e 83%, 94% e 56% para os cultivos de banana, manga e maracujá, respectivamente. Dos produtores de maracujá, um percentual expressivo (33%) trabalha na condição de meeiro. Outros tipos de posse da terra foram menos expressivos, como ocupante (0,3%), parceiro (3,4%), arrendatário (3,7%), assentado (0,3%) e comodato (0,5%) (Tabela 2). A maioria (79,1%) dos produtores não reside nas propriedades, variando de 77% a 90% para produtores de maracujá e banana, respectivamente. Quanto aos aspectos relacionados à posse da terra em Boa Vista, RR, 81,34% dos horticultores entrevistados são proprietários da terra (LIMA et al., 2011). De modo geral, 81,5% dos produtores participam de organizações de classe, como cooperativa (29,5%), associação (37,9%) e sindicato rural (14,1%), principalmente (Tabela 2). Este fato é interessante, uma vez que a organização em associações é de grande importância, no sentido de adoção de novas tecnologias e uso de tecnologias limpas, pois o mercado exterior é cada vez mais exigente (SILVA; FRANCISCO; BAPTISTELLA, 2008). Acredita-se que o fortalecimento da cooperativa local própria, gerenciada por fruticultores, e a ampliação da participação dos fruticultores serviriam de suporte técnico, de fomento à produção e apoio aos processos de comercialização, conforme constatado para a produção de batata (REICHERT et al., 2011).

No polo de fruticultura de Livramento de Nossa Senhora, a banana é cultivada em áreas de até 10 ha no máximo, sendo que 95% das propriedades não ultrapassam 5 ha. A manga é cultivada principalmente em áreas de até 5 ha (72%), havendo no entanto, uma distribuição em todos os tamanhos estudados, sendo que 2% das propriedades ultrapassam 25 ha. Seguindo o mesmo padrão, os cultivos de maracujá predominam em áreas de até 5 ha (93%), com pequena porcentagem de cultivos entre 5 e 15 ha (6%) (Tabela 3).

Os pomares de banana são novos, sendo a maioria (95%) na faixa de 1 a 5 anos; já os pomares de manga são mais antigos, concentrando-se (82%) na faixa entre 5 a 15 anos de idade, com 13% com mais de 15 anos. A manga é a frutífera que predomina na região, sendo o seu cultivo mais antigo e tradicional no polo de Livramento. Quanto ao maracujá, pela própria característica da cultura, todos os pomares apresentaram idade na faixa de 1 a 5 anos (Tabela 3), o que era esperado, pois a vida útil de um pomar dessa cultura na região não ultrapassa 11 a 12 meses, em função de problemas fitossanitários, como a fusariose e diversas viroses, tornando-se praticamente obrigatória a erradicação das plantas após esse período. A mão de obra utilizada nas propriedades é predominantemente familiar nos cultivos de banana (86%) e maracujá (55%), sendo que, em manga, a mão de obra familiar (32%) e diaristas (36%) compreendem a maioria, destacando-se também maior percentual de empregados fixos (10%) em relação às outras fruteiras (Tabela 3).

Tabela 3 - Síntese das respostas sobre perfil da propriedade cultivadas com banana, manga e maracujá. Livramento de Nossa Senhora, Bahia

Questões do diagnóstico	Banana (%)	Manga (%)	Maracujá (%)	Total (%)
Área cultivada:				
1 – 5	95	72	93	81,9
5,1 – 10	5	19	5	13,1
10,1 – 15	-	3	1	2,1
15,1- 20	-	3	-	1,5
20,1 – 25	-	1	-	0,3
Acima de 25	-	2	1	1,2
Idade do pomar:				
1 – 5	95	5	100	44,9
5,1 – 10	5	45	-	26,1
10,1 – 15	-	37	-	21,4
Acima de 15	-	13	-	7,6
Mão de obra utilizada na propriedade:				
Familiar	86	32	55	42,7
Empregados fixos todos com carteira assinada	4	10	-	6,4
Empregados: parte fixo com carteira assinada e parte sem carteira	-	2	1	1,5
Temporários	5	15	3	10
Empregados sem carteira assinada	-	3	-	1,8
Meeiros/parceiros	-	2	20	8,1
Diaristas	5	36	21	29,5

Fonte: dados da pesquisa

As respostas sobre os problemas fitossanitários indicaram que os tripses são pragas importantes para as três frutíferas. A cultura com maiores indicações de problemas fitossanitários, tanto pragas como doenças, foi a manga; no entanto, as moscas-das-frutas, pragas quarentenárias, quando se visa exportação para os mercados americano e japonês, foram indicadas apenas por 5% dos produtores de manga, assumindo maior frequência nas respostas tripses (32%), lagarta (40%) e gafanhoto (13%). Em banana, constata-se reduzido número de problemas fitossanitários, segundo os produtores, destacando-se, nas respostas, tripses (33%), ácaro (34%) e "mosquito" (33%), sendo este não identificado. Quanto ao maracujá, as respostas foram bastante coerentes com os problemas fitossanitários comuns na cultura, como tripses (30%), lagarta (34%), ácaro (4%), percevejo (3%) e mosca branca (21%) (Tabela 4).

Tabela 4 - Síntese das respostas sobre problemas fitossanitários nos cultivos de banana, manga e maracujá. Livramento de Nossa Senhora, Bahia

Questões do diagnóstico	Banana (%)	Manga (%)	Maracujá (%)	Total (%)
Pragas comuns nos pomares:				
Tripes	33	32	30	31,5
Lagarta	-	40	34	37,7
Gafanhoto	-	13	-	8,2
Cochonilha	-	5	-	3,4
Pulgão	-	2	-	1,3
Ácaro	34	-	4	1,6
Moscas-das-frutas	-	5	-	3,2
Vaquinha	-	1	-	0,8
Percevejo	-	1	3	1,3
Mosca branca	-	1	21	7,9
Mosquito	33	-	-	0,2
Outros	-	-	8	2,9
Doenças comuns nos pomares:				
Antracnose	-	84	18	62,5
Oídio	-	2	-	1,4
Virose	-	-	77	23,6
Fusariose	-	-	2	1,4
Outros	-	14	3	11,1
Métodos de controle das pragas:				
Nenhum controle	62	-	-	4,4
Controle cultural	-	-	-	-
Controle biológico	-	1	-	0,5
Controle genético	-	-	-	-
Controle químico	38	99	100	95,1
Métodos de controle de plantas daninhas:				
Capina	41	23	64	38,3
Roçagem	38	45	16	34,8
Herbicida	21	32	19	26,6
Outro método	-	-	1	0,3

Fonte: dados da pesquisa

No entanto, é importante considerar que, como não foram mostradas fotografias ou outros tipos de ilustrações para identificação ou confirmação dos problemas fitossanitários citados, acredita-se que as respostas tenham sido, de certa forma, imprecisas, a exemplo do problema “mosquito” mencionado por 33% dos produtores de banana, sobre o qual não se encontra informações relacionadas na literatura. Não foram citadas a ocorrência de doenças em bananeiras, destacando-se antracnose (84%) e virose (77%) nas respostas dos produtores de manga e maracujá, respectivamente.

Quanto aos métodos de controle de pragas, houve predomínio do controle químico em manga (99%) e maracujá (100%), e ausência de controle (62%) em banana. Além do químico, o controle biológico foi o único citado. Todos os produtores realizam controle de plantas daninhas, com distribuição relativamente uniforme entre capina, roçagem e herbicida, exceto para maracujá, cujo controle que se destacou foi a capina (64%). Outras técnicas de controle de pragas alternativas

aos agrotóxicos são, hoje, uma realidade, tanto em termos da produtividade quanto em relação aos custos, além de apresentarem um potencial de contaminação humana ou ambiental muito menor (PERES; MOREIRA, 2007). No entanto, os produtores entrevistados aparentam não ter conhecimento sobre os outros métodos de controle. De modo geral, o controle químico é empregado nos três cultivos, tanto para controlar pragas e doenças, como para controle das plantas daninhas. A responsabilidade das aplicações é do próprio fruticultor, na maioria dos cultivos de banana (78%) e maracujá (91%), enquanto que em manga esse serviço é terceirizado na maioria dos casos (73%) (Tabela 5).

De modo geral, a grande maioria dos aplicadores (84,9%) apresenta idade entre 18 e 50 anos, com destaque para o maracujá, com 47% na faixa etária de 18 a 30 anos (Tabela 5). Grande percentual de produtores (47,2%) não recebe orientação técnica, atingindo 87% em banana e 59% em maracujá, sendo os produtores de manga melhor assistidos. No entanto, essa orientação técnica, quando ocorre, é proveniente das casas comerciais, principalmente de revenda dos agrotóxicos (61,4% no total) e com inexpressiva a participação de órgãos públicos (0,8%). Isso reflete no grande percentual de produtores que não usam receituário agrônomo (51,9%), destacando-se os cultivos de banana (77%) e maracujá (62%) (Tabela 5). Essa realidade já havia sido constatada para produtores de manga do polo de fruticultura de Livramento de Nossa Senhora por Brandão (2009). A autora verificou que a maioria dos produtores de pomares monitorados para controle de moscas-das-frutas recebe assistência através do responsável técnico, e que, em pomares não monitorados, a maioria dos entrevistados tem assistência através das casas comerciais. No entanto, a autora ressalta que a orientação dos fruticultores deveria ser realizada por órgãos públicos e responsáveis técnicos, já que os vendedores das lojas não estão devidamente preparados para orientar os agricultores, como se relata em trabalho de Bedor et al. (2007). A falta de assistência técnica especializada parece ser um grande entrave para o desenvolvimento e inovação da horticultura como um todo. Na Região de Araras, SP, 28% das propriedades, principalmente as de cultivos de hortaliças e frutas, não contam com orientação de engenheiros agrônomos (MONQUERO; INÂNCIO; SILVA, 2009). Na fruticultura irrigada do polo fruticultor do submédio do Vale de São Francisco, a assistência técnica relacionada com o manejo de agrotóxicos no local de trabalho é precária. Essa falta de acompanhamento técnico revela que os tomadores de decisão levam em conta somente a produtividade e o rendimento financeiro (BEDOR, 2009).

Tabela 5 - Síntese das respostas sobre uso de agrotóxicos nos cultivos de banana, manga e maracujá. Livramento de Nossa Senhora, Bahia

Questões do diagnóstico	Banana (%)	Manga (%)	Maracujá (%)	Total (%)
Responsável pela aplicação:				
Fruticultor	78	27	91	56,8
Terceirizado	22	73	9	43,2
Frequência de aplicação:				
Aplica sempre	5	59	90	66,7
Não aplica	37	1	1	2,9
Às vezes	58	21	9	19,3
Trator da associação	-	19	-	11,1
Idade do aplicador:				
18 – 30	20	9	47	21,6
31 – 40	33	26	26	26,2
41 – 50	33	46	19	37,1
Acima de 50	14	19	08	15,1
Orientação técnica:				
Sim	13	67	41	52,8
Não	87	33	59	47,2
Orientação técnica através de:				
Casa comercial	45	47	84	61,4
Órgão público	2	-	1	0,8
Responsável técnico	8	37	4	21,6
Outro	49	16	11	16,2
Receita agrônômica				
Usa	23	59	38	48,1
Não usa	77	41	62	51,9

Fonte: dados da pesquisa

A capacitação profissional dos vendedores de lojas de produtos agrícolas e o rigor na fiscalização dos órgãos responsáveis pelo uso de agrotóxicos junto aos produtores rurais são atividades importantes nesse contexto (BEDOR, 2008). A carência de políticas governamentais voltadas ao acompanhamento e fiscalização das atividades do homem do campo afasta ainda mais os agricultores dos saberes disponíveis sobre as práticas de proteção de lavouras e combate às pragas. Somam-se a esses fatores a forte influência das políticas de incentivo à produção agrícola, quase todas fortemente associadas ao aumento do consumo de agentes químicos, em particular agrotóxicos (PERES; MOREIRA, 2007). A partir de 1990, as entidades públicas de extensão rural do Brasil, que sobreviveram ao desmonte e privatização, fizeram um esforço para se readequarem aos novos tempos, sem a obtenção dos resultados desejados, pois ficavam presos às estruturas institucionais e a metodologias parcialmente participativas (KREUTZ; PINHEIROS; CAZELLA, 2005). Na Bahia, a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola, EBDA, responsável pelas ações de acesso a serviços de extensão rural gratuitos, foi extinta em 2015, agravando ainda mais a situação de precariedade dos serviços.

O uso do EPI completo é praticado por 38% dos produtores, sendo que boa parte (41%) usa luva, bota, macacão e máscara. Um dado preocupante é que a maioria dos produtores (52,6%) lava o EPI em tanques de uso doméstico, destacando-se o maracujá, com 81% dos produtores que realizam tal prática (Tabela 6).

Tabela 6 - Síntese das respostas sobre o uso de Equipamento de proteção individual (EPI), destino final das embalagens e dos resíduos de agrotóxicos nos cultivos de banana, manga e maracujá. Livramento de Nossa Senhora, Bahia

Questões do diagnóstico	Banana (%)	Manga (%)	Maracujá (%)	Total (%)
EPI				
Usa completo	29	58	23	38,2
Não usa EPI	7	6	16	10,8
Luva, bota, macacão e máscara	62	31	60	41,5
Outro	2	5	1	9,5
Onde lava o EPI				
Tanque de uso doméstico	35	34	81	52,6
Local apropriado	65	66	19	47,4
Realiza tríplice lavagem:				
Sim	87	96	88	92,4
Não	13	4	12	7,6
Destino final das embalagens vazias de agrotóxicos:				
Deixa no campo	5	4	21	11,4
Lava e devolve	90	90	64	78,9
Reutiliza	-	-	-	-
Queima	5	6	15	9,7
Destino dos resíduos dos pulverizadores:				
Aplica no pomar	95	95	97	95,7
Joga na terra	2	3	3	2,9
Outro	3	2	-	1,4

Fonte: dados da pesquisa

O não uso do equipamento de proteção por aplicadores de agroquímicos representa dados preocupantes, como em Conceição do Araguaia, PA, apenas 3% utilizam EPI, e 97% dos mesmos não fazem o manejo dos agrotóxicos com a proteção adequada (NASCIMENTO; SANTOS, 2012). A tríplice lavagem das embalagens é feita pela maioria dos produtores, 92,4% e 78,9% lavam e devolvem as embalagens, existindo um percentual geral de quase 11,4% que deixam as embalagens no campo e de 9,7% que as queimam. A maioria dos produtores (95,7%) aplica os resíduos de agrotóxicos dos pulverizadores nos próprios pomares (Tabela 6). Essa realidade se repete muitas vezes, sendo mais agravante em outros polos de produção do Brasil, como no município de Conceição do Araguaia, PA, onde apenas 21% dos agricultores dão destino correto às embalagens, sendo que 68% dos lavradores queimam as embalagens após sua utilização; 4% reutilizam; e 7% as enterram (NASCIMENTO; SANTOS, 2012).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As faixas etárias predominantes são dos fruticultores de Livramento de Nossa Senhora, BA, é acima de 41 anos e os produtores de maracujá os mais jovens. Os fruticultores apresentam baixo grau de escolaridade, o que dificulta a compreensão do uso dos agrotóxicos de forma correta; a maioria proprietário da terra sem residir na mesma. A maioria das áreas cultivadas está na faixa de 1 a 5 ha. As pragas e doenças são aquelas comuns a outras regiões produtoras. Há predomínio do uso de controle químico nas três fruteiras estudadas, com destaque para a cultura do maracujá. A assistência técnica por meio de órgãos públicos é insuficiente, sendo realizada, principalmente, pelos profissionais das casas comerciais. O uso de EPI não é prática persistente dos fruticultores e a lavagem dos equipamentos é realizada, na totalidade, em tanque de uso doméstico. Ações de educação sanitária devem ser desenvolvidas na região, com especial atenção aos produtores de maracujá que, por serem mais jovens, podem se tornar multiplicadores dos conhecimentos mínimos necessários para o uso de agrotóxicos.

5. AGRADECIMENTOS

Ao PNP/DACTA, pelo financiamento da pesquisa; à Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB; e à Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia-ADAB, pelo apoio na realização do trabalho.

6. REFERÊNCIAS

BEDOR, C. N. G.; RAMOS, L. O.; REGO, M. A. V. ; PAVÃO, A. C.; AUGUSTO, L. G. S. Avaliação e Reflexos da Comercialização e Utilização de Agrotóxicos na Região do Submédio do Vale do São Francisco. **Revista Baiana de Saúde Pública**. v. 31, n. 1, p. 68-76, 2007.

BEDOR, C. N. G.; **Estudo do potencial carcinogênico dos agrotóxicos empregados na fruticultura e sua implicação para a vigilância da saúde**. 2008, 115f. Dissertação (Doutorado em Saúde Pública). Fundação Oswaldo Cruz. Recife.

BEDOR, C. N. G.; RAMOS, L. O. PEREIRA, P. J.; RÊGO, M. A. V. PAVÃO, A. C.; AUGUSTO, L. G. S. Vulnerabilidades e Situações de Riscos Relacionados ao Uso de Agrotóxicos na Fruticultura Irrigada. **Revista Brasileira Epidemiológica**. v. 12, n. 1, p. 39-49, 2009.

BRANDÃO, M. H. S. T. **Diagnóstico da utilização de agrotóxicos e equipamento de proteção individual no polo de fruticultura de Livramento de Nossa Senhora, BA**. 2009, 38f. Curso de Especialização em Epidemiologia com ênfase em Defesa Sanitária Vegetal. União Metropolitana para o Desenvolvimento da Educação e Cultura (UNIME). Lauro de Freitas, BA.

FARIA, N. M. X.; FACCHINI, L. A.; FASSA, A. G. TOMASI, E. Trabalho rural e intoxicações por agrotóxicos. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.20, n.5, p.1298-1308, 2004.

FARIA, N. M. X.; FASSA, A. G.; FACHINI, L. A.. Intoxicação por agrotóxicos no Brasil: os sistemas oficiais de informação e desafios para realização de estudos epidemiológicos. **Ciência e Saúde Coletiva**. v. 12, n. 1, p. 25-38, 2007.

FREITAS, A. L. G. E.; VILASBOAS, F. S.; PIRES, M. M.; SÃO JOSÉ, A. R. Caracterização da Produção e do Mercado da Graviola (*Annona muricata*) no Estado da Bahia. **Informações Econômicas**, SP, v. 43, n. 3, p.23-34, 2013.

GOUVEIA, V. F.; ROSSI, A. P.; ROSSI, A. P.; ROCHA, V. F.; RIBEIRO, L. F. C. Perfil dos produtores de guaraná (*Paullinia cupana*) no município de Alta Floresta – MT. **Revista Conexão**, v.8, n.2, p.300-311, 2012.

KIST, B. B.; VENCANTO, A. Z.; SANTOS, C.; CARVALHO, C.; REETZ, E. R.; POLL, H.; BELING, R. R. **Anuário da Fruticultura 2012**. Editora Gazeta, Santa Cruz, 2012, 128p.

KREUTZ, I. J.; PINHEIRO, S. L. G.; CAZELLA, A. A. A construção de novas atribuições para a assistência técnica e extensão rural: A mediação com reconhecimento da identidade. **Extensão Rural**, Santa Maria, Ano XII, n. 12, p. 41-69, 2005.

LIMA, A. C. S.; SOUZA, C. Z. F.; OLIVEIRA, A. H. C.; ALVES, J. M. A.; CORREIA, R. G. Diagnóstico fitossanitário e de práticas associadas ao uso de agrotóxicos nas hortas em ambiente protegido em Boa Vista – Roraima. **Revista Agro@ambiente On-line**, v. 5, n. 2, p. 124-133, 2011.

MATIAS, G. D. M.; SILVA, L. M. R.; KHAN, A. S. Perfil dos produtores de frutas do município de Limoeiro do Norte – CE frente ao novo paradigma de desenvolvimento do setor. **Revista Ciência Agronômica**, v.34, n. 1, p. 5-11, 2003.

MONQUERO, P. A.; INÁCIO, E. M.; SILVA, A. C. Levantamento de agrotóxico e utilização de equipamento de proteção individual entre os agricultores da região de Araras. **Arquivos do Instituto Biológico**, v. 76, n. 1, p. 135-139, 2009.

NASCIMENTO, T. P. A.; SANTOS, M. L. Diagnóstico do uso de agrotóxico em projetos de assentamento no município de Conceição do Araguaia – PA. In: III Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental, 2012, Goiânia – GO. **Anais eletrônicos**.. IBEAS, 2012. Disponível em: < <http://www.ibeas.org.br/congresso/Trabalhos2012/XI-001.pdf>>. Acesso em: 14/06/2013.

OLIVEIRA, A.S. **Perfil do produtor de pinha na Bahia, importância da broca-dos-frutos e eficiência de inseticidas no controle da praga**. 2012, 99f. Dissertação (Ciências Agrárias – Defesa Agropecuária) Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cruz das Almas.

PERES, F.; MOREIRA, J. C. Saúde e ambiente em sua relação com o consumo de agrotóxicos em um polo agrícola do Estado do Rio de Janeiro, Brasil. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, sup. 4, p. 5612-5621, 2007.

REICHERT, L. J.; PADILHA, M. C.; GOMES, M. C.; CÁCERES, R. S. Caracterização e análise da produção de batata nos municípios de São Lourenço do Sul – Brasil e Sanlúcar de Barrameda – Espanha. **Extensão Rural**, Santa Maria, Ano XVII, n.22, p.133-158, 2011.

SECRETÁRIA DE AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (SEAGRI),
Horticultura Baiana, 2010. Disponível em:
<http://www.seagri.ba.gov.br/hortifruticultura_baiana.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2013.

SILVA, M. V. **A Utilização de Agrotóxicos em Lavouras Cafeeiras Frente ao Risco da Saúde do Trabalhador Rural no Município de Cacoal-RO (Brasil)**. 2006, 73f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) Universidade de Brasília. Brasília.

SILVA, P. R.; FRANCISCO, V. L. F. S.; BAPTISTELLA, C. S. L. Caracterização da cultura do limão no estado de São Paulo, 2001-2007. **Informações Econômicas**, SP, v. 38, n. 7, p. 24-31, 2008.

SOUZA, A. A.; SANTOS NETO, F. G.; ARAÚJO, A. C. Diagnóstico da situação das hortas comunitárias da cidade de Parnaíba (PI). **Diversa**. Ano I, n. 1, p. 11-22, 2008.

ZARTH, N. A.; CITADIN, I.; PERONDI, M. A.; DONAZZOLO. Perfil sócio-econômico da vitivinicultura na região sudoeste do Paraná. **Synergismus scyentifica** UTFPR, v. 6, n. 1, p. 20, 2011.

NORMAS PARA PREPARAÇÃO DE TRABALHOS PARA PUBLICAÇÃO NA EXTENSÃO RURAL

FOCO E ESCOPO

O periódico **Extensão Rural** é uma publicação científica do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural do Centro de Ciências Rurais da Universidade Federal de Santa Maria destinada à publicação de trabalhos inéditos, na forma de artigos científicos e revisões bibliográficas, relacionados às áreas de extensão rural, administração rural, desenvolvimento rural, economia rural e sociologia rural. São publicados textos em português, espanhol ou inglês.

Os manuscritos devem ser enviados pelo site da revista: (<http://periodicos.ufsm.br/extensaorural/>), necessitando para isso que o autor se cadastre e obtenha seu login de acesso. A submissão deve obedecer aos passos descritos em “iniciar nova submissão”.

Momentaneamente o periódico Extensão Rural não cobra taxas de tramitação e de publicação.

EDIÇÃO DAS SUBMISSÕES

Os trabalhos devem ser encaminhados via eletrônica no site da revista, seguindo as orientações disponíveis.

Nas abas “sobre a revista > submissões” existe um tutorial em formato PDF para auxiliar os autores nas primeiras submissões.

O arquivo precisa estar na forma de editor de texto, com extensão “.doc” ou “.docx”, com o nome dos autores excluídos do arquivo, inclusos apenas nos metadados da submissão.

CONFIGURAÇÃO DE PÁGINAS

O trabalho deverá ser digitado em página tamanho personalizado, com dimensões de 17 x 24 cm com fonte Arial 9 pt, espaçamento simples, com margens normal com largura interna 2,5 cm, externa 2,5 cm, inferior e superior 2,5 cm.

As figuras, os quadros e as tabelas devem ser apresentados no corpo do texto, digitadas preferencialmente na mesma fonte do texto, ou com tamanho menor, se necessário. Esses elementos não poderão ultrapassar as margens e também não poderão ser apresentados em orientação “paisagem”.

As figuras devem ser editadas em preto e branco, ou em tons de cinza, quando se tratarem de gráficos ou imagens. As tabelas não devem apresentar formatação especial.

ESTRUTURAS RECOMENDADAS

Recomenda-se que os artigos científicos contenham os seguintes tópicos, nesta ordem: título em português, resumo, palavras-chave, título em inglês, *abstract* (ou *resumen*), *key words* (ou *palabras clave*), introdução ou justificativa ou referencial teórico, métodos, resultados e discussão, conclusões ou considerações finais, referências bibliográficas. Ao final da introdução ou da justificativa o objetivo do trabalho precisa estar escrito de forma clara, mas sem destaque em negrito ou itálico.

Agradecimentos e pareceres dos comitês de ética e biossegurança (quando pertinentes) deverão estar presentes depois das conclusões e antes das referências.

Para as revisões bibliográficas se recomenda os seguintes tópicos, nesta ordem: título em português, resumo, palavras-chave, título em inglês, *abstract*, *key words*, introdução ou justificativa, desenvolvimento ou revisão bibliográfica, considerações finais, referências bibliográficas e agradecimentos (quando pertinentes).

TÍTULOS

Os títulos nos dois idiomas do artigo devem ser digitados em caixa alta, em negrito e centralizados, com até 20 palavras cada. Se a pesquisa for financiada, deve-se apresentar nota de rodapé com a referência à instituição provedora dos recursos.

AUTORES

A Extensão Rural aceita até cinco autores, que devem ser incluídos nos metadados. Não use abreviaturas de prenomes ou sobrenomes.

RESUMOS, RESUMEN E ABSTRACTS

O trabalho deve conter um resumo em português, mais um abstract em inglês. Se o trabalho for em espanhol, deve conter um *resumen* inicial mais um resumo em português e, se o trabalho for em inglês, deve conter um *abstract* mais um resumo em português.

Estas estruturas devem ter no máximo 1.200 caracteres, contendo o problema de pesquisa, o objetivo do trabalho, algumas informações sobre o método (em caso de artigos científicos), os resultados mais relevantes e as conclusões mais significativas.

As traduções dos resumos devem ser feitas por pessoa habilitada, com conhecimento do idioma. Evite traduções literais ou o auxílio de *softwares*.

Devem ser seguidos por palavras-chave (*key words* ou *palabras clave*), escritas em ordem alfabética, não contidas nos títulos, em número de até cinco.

MÉTODO

O método deve descrito de forma sucinta, clara e informativa. Os métodos estatísticos, quando usados, precisam ser descritos e devidamente justificada a sua escolha.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados devem embasar as discussões do artigo e estar embasados na literatura já existente, quando pertinente, devidamente citada e referenciada. Evite discussão de resultados irrelevantes e mantenha o seu foco nos objetivos do trabalho.

CONCLUSÕES OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

É facultado aos autores escolherem entre conclusões ou considerações finais. Porém são proposições diferentes. As conclusões devem ser diretas, objetivas e atender aos propósitos iniciais (objetivos) do trabalho. Não devem ser a rerepresentação dos resultados. As considerações finais podem ser mais extensas que as conclusões e podem recomendar novas pesquisas naquele campo de estudo. Não

precisam ser tão finalísticas como as conclusões e são recomendadas para pesquisas que requerem interpretações em continuidade.

ORIENTAÇÕES GERAIS DE GRAFIAS

Os autores possuem padrões de grafia distintos e, lamentavelmente, alguns artigos precisam ser devolvidos aos autores por falta de adequações de grafia, conforme as orientações técnicas da língua portuguesa, inglesa e espanhola. Assim, são relembradas algumas normas e orientações nesse sentido:

- Evite o uso demorado de abreviaturas, exceto quando se repetirem muitas vezes no texto. Nesse caso, cite na primeira vez que usá-la o seu significado;

- Evite usar números arábicos com mais de uma palavra no texto, exceto quando seguidos de unidades de medida. Exemplos:

Prefira	Evite
... três agentes foram...	... 3 agentes foram...
... quarenta produtores foram...	... 40 produtores foram...
... 21 agentes foram...	... vinte e um agentes foram...
... colheu 3 kg de peras...	... colheu três quilos de peras...
...corresponde a 2,3 m...	... corresponde a 2,3 metros...

- Cuide a padronização das unidades de medida. Geralmente são em letra minúscula, no singular, sem ponto e escritas com um espaço entre o número e a unidade (correto 4 g e não 4g, 4 gs ou 4 gs.), exceto para percentagem (correto 1,1% e não 1,1 %). Outros exemplos:

Unidade	Certo	Errado
Quilograma	kg	Kg; Kgs.; KG; quilos
Metro	m	M; mt; Mt
Litro	l	L; lt; Lt
Hectare	ha	Ha; Hec; H; h
Tonelada	t	T; Ton; ton
Rotações por minuto	rpm	RPM; Rpm; r.p.m.

- Lembre-se que na língua portuguesa e espanhola as casas decimais são separadas por vírgulas e na língua inglesa por ponto. Exemplos: o a colheita foi de 5,1%; *la cosecha fué de 5,1%*; *the harvest was 5.1%*.

TÓPICOS

Os tópicos devem ser digitados em caixa alta, negrito e alinhados a esquerda. Devem ser precedidos e seguidos de um espaço vertical. Subtítulos dentro dos tópicos devem ser evitados, exceto quando forem imprescindíveis à redação e organização dos temas, (neste caso use caixa alta e alinhado a esquerda).

Os tópicos dos artigos devem ser numerados. Recomenda-se a numeração em revisões que possuam mais de quatro assuntos distintos na discussão. Nesse caso devem ser usadas numerações conforme o exemplo abaixo:

3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

3.1. A REGIÃO DE IBITINGA

Estudos realizados na região estudada mostram que...

3.2. OS HORTIGRANJEIROS E A AGRICULTURA FAMILIAR

Alguns autores mostram que os hortigranjeiros...

Descrever o título em português e inglês (caso o artigo seja em português) ou inglês e português (caso o artigo seja em inglês) ou espanhol e português (caso o artigo seja em espanhol). O título deverá ser digitado em caixa alta, com negrito e centralizado. Evitar nomes científicos e abreviaturas no título, exceto siglas que indicam os estados brasileiros.

Use até cinco palavras-chave / key words, escritas em ordem alfabética e que não constem no título.

CITAÇÕES

As citações dos autores, no texto, deverão ser feitas seguindo as normas da ABNT (NBR 6023/2000). Alguns exemplos são mostrados a seguir:

Citações indiretas (transcritas)

a) Devem ser feitas com caixa baixa se forem no corpo do texto.

Exemplo um autor: ... os resultados obtidos por Silva (2006) mostram...; Exemplo dois autores: ... os resultados obtidos por Silva e Nogueira (2006) mostram...; Exemplo mais de dois autores: ... os resultados obtidos por Silva et al. (2006) mostram...;

b) Devem ser feitas com caixa alta se forem no final do texto.

Exemplo um autor: ... independente da unidade de produção (SILVA, 2006).; Exemplo dois autores: ... independente da unidade de produção (SILVA; NOGUEIRA, 2006).; Exemplo três autores: ... independente da unidade de produção (SILVA; NOGUEIRA; SOUZA, 2006).; Exemplo mais de três autores: ... independente da unidade de produção (SILVA et al., 2006).;

Citações diretas

Conforme norma da ABNT, se ultrapassarem quatro linhas, devem ser recuadas a 4 cm da margem em fonte menor (Arial 8 pt), destacadas por um espaço vertical anterior e outro posterior à citação. Exemplo:

...porque aí a gente “tava” no dia de campo de São Bento e aí foi onde nós tivemos mais certeza do jeito certo de fazer a horta. Depois disso os agricultores aqui de Vila Joana começaram a plantar, conforme aprenderam no dia de campo.(agricultor da Família Silva).

Citações diretas com menos de quatro linhas, devem ser apresentadas no corpo do texto, entre aspas, seguido da citação. Exemplo: “...os dias de campo de São Bento ensinaram os agricultores de Vila Joana a plantar corretamente (MENDES, 2006)”.

REFERÊNCIAS

As referências bibliográficas também devem ser efetuadas no estilo ABNT (NBR 6023/2000). A seguir são mostrados alguns exemplos. As dúvidas não

contempladas nas situações abaixo podem ser sanadas acessando o link <http://w3.ufsm.br/biblioteca/> clicando sobre o botão MDT.

b.1. Citação de livro:

SARMENTO, P.B. **A citação exemplar de livro com um autor**. Santa Maria: Editora Exemplo, 1999.

OLIVEIRA, F.G.; SARMENTO, P.B. **A citação exemplar de livro com dois ou mais autores**. Santa Maria: Editora Exemplo, 1999.

b.2. Capítulo de livro:

PRESTES, H.N. A citação de um capítulo de livro. In: OLIVEIRA, F.G.; SARMENTO, P.B. **A citação exemplar de livro com dois ou mais autores**. Santa Maria: Editora Exemplo, 1999.

b.3. Artigos publicados em periódicos:

OLIVEIRA, F.G.; SARMENTO, P.B. A citação de artigos publicados em periódicos. **Extensão Rural**, v.19, n.1, p.23-34, 2012.

b.4. Trabalhos publicados em anais:

GRAÇA, M.R. et al. Citação de artigos publicados em anais com mais de três autores. In: JORNADA DE PESQUISA DA UFSM, 1., 1992, Santa Maria, RS. **Anais...** Santa Maria : Pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa, 1992. p.236.

b.5. Teses ou dissertações:

PEREIRA, M.C. **Exemplo de citação de tese ou dissertação**. 2011. 132f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Programa de Pós Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria.

b.6. Boletim:

ROSA, G.I. **O cultivo de hortigranjeiros**. São Paulo: Secretaria da Agricultura, 1992. 20p. (Boletim Técnico, 12).

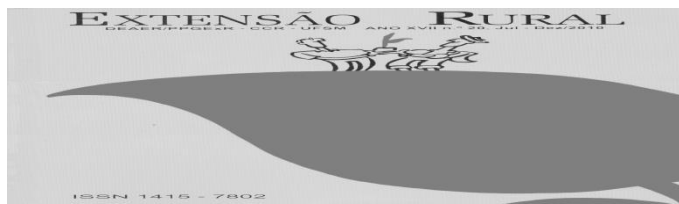
b.7. Documentos eletrônicos:

MOURA, O.M. **Desenvolvimento rural na região da Quarta Colônia**. Disponível em: <http://www.exemplos.net.br>. Acessado em 20 ago. 2012.

FIGURAS

Os desenhos, gráficos, esquemas e fotografias devem ser nominados como figuras e terão o número de ordem em algarismos arábicos, com apresentação logo após a primeira citação no texto. Devem ser apresentadas com título inferior, em negrito, centralizado (até uma linha) ou justificado à esquerda (mais de uma linha), conforme o exemplo:

Figura 1 – Capa alongada da revista em tons de cinza.



Fonte: Autor (2016)

As figuras devem ser feitas em editor gráfico sempre em qualidade máxima.

TABELAS E QUADROS

É imprescindível que todas as tabelas e quadros sejam digitados segundo menu do Microsoft® Word “Inserir Tabela”, em células distintas (não serão aceitas tabelas com valores separados pelo recurso ENTER ou coladas como figura). Tabelas e quadros enviados fora de normas serão devolvidas para adequação.

Devem ser numeradas sequencialmente em algarismos arábicos, com numeração independente entre figuras, quadros e tabelas e apresentadas logo após a chamada no texto. Prefira títulos curtos e informativos, evitando a descrição das variáveis constantes no corpo da tabela ou quadro.

Quadros não-originais devem conter, após o título, a fonte de onde foram extraídas, que deve ser referenciada.

As unidades, a fonte (Arial 9 pt) e o corpo das letras em todas as figuras devem ser padronizados.

Quadros e tabelas não devem exceder uma lauda. Não deverão ter texto em fonte destacada com negrito ou sublinhado, exceto a primeira linha e o título. Este deverá ser em negrito, com formatação idêntica ao título das figuras, porém com localização acima da tabela ou quadro, centralizado (até uma linha) ou justificado à esquerda (mais de uma linha), conforme o exemplo:

Tabela 1 – Exemplo de tabela a ser usado na revista Extensão Rural.

Item	Tabela	Quadro
Bordas laterais	Abertas	Fechadas
Dados	Preferencialmente da pesquisa	Preferencialmente da revisão
Conteúdo	Números	Texto
Rodapé*	Fonte arial 8 pt	Geralmente não há
Bordas internas	Não há	Há
Alinhamento	Números alinhados à direita	Texto alinhado à esquerda, sem justificar/hifenizar
Exemplos	12,3 4,5 6.789,1 123,0	O texto do quadro deve ser alinhado à esquerda sem justificar ou hifenizar

* exemplo de rodapé.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

Use o tutorial e a lista de verificação (*checklist*) para auxiliá-lo. A máxima adequação às normas agiliza o trâmite de publicação dos trabalhos, facilita aos pareceristas e melhora o conceito do periódico. Dessa forma, os autores saem beneficiados com a melhora de qualificação dos seus trabalhos.

É obrigatório o cadastro de todos autores nos metadados de submissão. Não serão aceitos pedidos posteriores de inclusão de autores, visto a necessidade de analisar os autores do trabalho para eleição de pareceristas não impedidos.

Excepcionalmente, mediante consulta prévia para a Comissão Editorial outro expediente de submissão de artigo poderá ser utilizado.

Lembre-se que os conceitos e afirmações contidos nos artigos serão de inteira responsabilidade de todos os autores do trabalho.

Os artigos serão publicados em ordem de aprovação e os artigos não aprovados serão arquivados havendo, no entanto, o encaminhamento de uma justificativa pelo indeferimento.

Em caso de dúvida, consultar artigos de fascículos já publicados ou se dirija à Comissão Editorial, pelo endereço atendimento.extensao.rural@gmail.com.